



MINAGRIF/PDAC



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E FLORESTAS

PROJECTO DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA COMERCIAL - (P159052-AO)

PRESTADOR DE SERVIÇOS TÉCNICOS (TSP) PARA APOIAR A ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PLANOS DE NEGÓCIOS

PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL (PGAS) DA FAZENDA VERDE NATURAL

Iniciativa:



Financiamento:



Largo António Jacinto, Edifício B do MINAGRIF, 2º Andar, Direito, Luanda, República de Angola

OUTUBRO DE 2022



Índice

| | |
|--|----|
| SUMÁRIO EXECUTIVO..... | 12 |
| 1. INTRODUÇÃO..... | 13 |
| 1.1. Apresentação do projecto PDAC | 13 |
| 1.2. Objectivos e âmbito do PGAS..... | 15 |
| 1.3. Estrutura e Conteúdos do PGAS | 16 |
| 1.4. Identificação da Equipa Ambiental e Social | 17 |
| 1.5. Breve descrição de responsabilidades do TSP, Proponente, PDAC e Banco Mundial (BM) | 18 |
| 1.6. Identificação das Etapas de Elaboração, implementação, monitorização e arranjos institucionais dos PGAS | 20 |
| 1.7. Principais riscos ambientais e sociais associados..... | 21 |
| 2. DESCRIÇÃO DO SUBPROJECTO | 23 |
| 2.1. Objectivos do subprojecto | 23 |
| 2.2. Breve apresentação e caracterização geral da fazenda | 23 |
| 2.3. Localização da fazenda | 24 |
| 2.4. Mão de Obra..... | 28 |
| 2.5. Descrição do processo produtivo a adoptar pelo subprojecto | 29 |
| 2.6. Principais actividades do subprojecto | 29 |
| 2.6.1. Equipamentos agrícolas existentes e por adquirir | 30 |
| 2.6.2. Limpeza de terrenos | 31 |
| 2.6.3. Análise dos solos | 31 |
| 2.6.4. Correção dos solos (aplicação de calcário dolomítico) | 32 |
| 2.6.5. Rotações, sucessões de culturas e áreas a semear anualmente | 32 |
| 2.7. Necessidades hídricas das culturas..... | 34 |
| 2.8. Actividades relacionadas com reabilitações e construções | 35 |



MINAGRIF/PDAC



| | | |
|---------|--|----|
| 2.9. | Consumo de energia e água potável | 36 |
| 2.10. | Programação das campanhas agrícolas e aquisição com antecedência dos insumos agrícolas 36 | |
| 2.11. | Preparação das terras limpas | 36 |
| 2.11.1. | Instalação das culturas (Sementeira/plantação)..... | 36 |
| 2.11.2. | Seguindo rigorosamente as fichas técnicas e as contas cultura | 36 |
| 2.11.3. | Acompanhamento das culturas instaladas | 37 |
| 2.11.4. | Colheita, armazenamento e expedição da produção..... | 37 |
| 2.12. | Principais tecnologias adoptadas pelo projecto | 37 |
| 2.13. | Estimativa de produção de resíduos | 37 |
| 3. | CARACTERIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E SOCIAL | 38 |
| 3.1. | Enquadramento Biofísico | 38 |
| 3.1.1. | Clima | 38 |
| 3.1.2. | Vegetação | 39 |
| 3.1.3. | Áreas de conservação e protegidas..... | 39 |
| 3.1.4. | Solos | 39 |
| 3.1.5. | Hidrografia | 39 |
| 3.2. | Características sócio económica da província do Huambo | 39 |
| 3.3. | Demografia..... | 40 |
| 3.4. | Aspectos socioeconómicos..... | 41 |
| 3.4.1. | Qualificação e escolaridade..... | 41 |
| 3.4.2. | Actividade e emprego..... | 41 |
| 3.5. | Relativamente ao abastecimento de água e energia..... | 42 |
| 3.6. | Enquadramento Local..... | 43 |
| 3.6.1. | Actividades da população envolvente | 43 |



MINAGRIF/PDAC



| | | |
|-------------|---|-----------|
| 3.6.2. | Problemas de doenças e de saneamento básico | 43 |
| 3.6.3. | Uso actual da terra na área do projecto | 43 |
| 4. | ENQUADRAMENTO LEGAL | 43 |
| 4.1.1. | Constituição da República de Angola de 2010..... | 43 |
| 4.2. | Legislação Ambiental | 44 |
| 4.3. | Legislação Social..... | 46 |
| 4.4. | Políticas ambientais e sociais do Banco Mundial accionadas pelo Projecto | 47 |
| 4.5. | Avaliação das lacunas da legislação e recomendações | 48 |
| 5. | AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS | 52 |
| 5.1. | Metodologia de identificação e avaliação dos impactos ambientais e sociais..... | 52 |
| 5.2. | Critérios utilizados para determinar a consequência do impacto | 52 |
| 5.3. | Classificação dos impactos..... | 53 |
| 5.3.1. | Fase de Construção..... | 54 |
| 5.3.2. | Fase de Operação..... | 59 |
| 6. | MEDIDAS DE MITIGAÇÃO PROPOSTA | 65 |
| 7. | PROGRAMAS DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL..... | 70 |
| 7.1. | Plano de de gestão de eesíduos e efluentes | 70 |
| 7.1.1. | Implementação do PGR (Acções, responsabilidades)..... | 72 |
| 7.1.2. | Descartes de resíduos na fazenda | 73 |
| 7.1.3. | Procedimentos para a gestão de resíduos e efluentes | 74 |
| 7.1.3.4. | Recolha e Transporte de Resíduos | 78 |
| 7.1.4. | Cronograma de Acções e Responsabilidades na Gestão de Resíduos..... | 82 |
| 7.2. | Plano de Higiene, Saúde e Segurança Ocupacional | 83 |
| 7.2.1. | Principais causas de acidente no campo | 84 |
| 7.2.2. | Identificação e Mapeamento dos riscos..... | 84 |



MINAGRIF/PDAC



| | | |
|---------------|---|-----------|
| 7.2.3. | Levantamento e aquisição dos equipamentos de protecção individual (EPI)..... | 85 |
| 7.2.4. | Promoção de formações/treinamentos regulares aos trabalhadores | 86 |
| 7.2.5. | Cronograma de Acções e Responsabilidades de PHSSO | 87 |
| 7.3 | Plano de atendimento às emergências para fazenda | 87 |
| 7.3.1. | Objectivos..... | 88 |
| 7.3.2. | Directrizes gerais | 88 |
| 7.3.3. | Consciencialização ambiental..... | 89 |
| 7.3.4. | Procedimentos de Emergência | 89 |
| 7.3.5. | Cronograma de implementação do plano de emergências | 93 |
| 7.4 | Plano de gestão de pragas..... | 93 |
| 7.4.1. | Uso e manejo de pesticidas..... | 94 |
| 7.4.2. | Armazenamento..... | 95 |
| 7.4.3. | Manipulação | 95 |
| 7.4.4. | Aplicação..... | 95 |
| 7.4.5. | Disposição | 96 |
| 7.4.6. | Embalagens | 96 |
| 7.4.7. | Fertilizantes | 96 |
| 7.4.8. | Gestão integrada de pragas | 97 |
| 7.5. | Plano de prevenção da COVID-19..... | 104 |
| 7.5.1. | Plano de contingência da Fazenda..... | 104 |
| 7.5.2. | Estabelecer medidas gerais de prevenção no ambiente de trabalho | 104 |
| 7.5.3. | Desenvolver uma política e procedimentos internos para identificação e isolamento de pessoas doentes..... | 105 |
| 7.5.4. | Práticas de trabalho seguro..... | 106 |
| 7.5.5. | Cronograma de implementação do plano | 106 |



MINAGRIF/PDAC



| | | |
|---------|---|-----|
| 7.6. | Plano de formação ambiental e social | 108 |
| 7.7. | Plano de Prevenção de EAS/AS | 111 |
| 7.8. | Plano de Implementação do MSGR previsto pelo PDAC | 112 |
| 7.8.1. | Acções de divulgação do MSGR..... | 113 |
| 7.8.2. | Mecanismo de Sugestões e Gestão de Reclamações (MSGR) | 114 |
| 7.8.3. | Plano de Acção contra Abuso e Exploração Sexual ou Assédio Sexual | 115 |
| 7.9. | Plano de Consultas Públicas | 115 |
| 7.9.1. | Cronograma de implementação | 115 |
| 8. | CUSTOS ESTIMADOS | 117 |
| 9. | ACOMPANHAMENTO E MONITORIZAÇÃO DO SUBPROJECTO | 118 |
| 9.5. | Propósito..... | 118 |
| 9.6. | Meios de verificação e indicadores de execução..... | 118 |
| 9.7. | Acompanhamento..... | 119 |
| 10. | CONSULTA PÚBLICA..... | 123 |
| 10.1. | Resumo dos comentários e preocupações recebidos nas reuniões de consulta pública..... | 123 |
| 11. | Outros Aspectos | 124 |
| 11.1. | Padronização das actividades previstas no processo produtivo..... | 124 |
| 11.2. | Reporting e Cronograma de Implementação e Elaboração de Relatórios | 124 |
| 12. | ANEXOS..... | 128 |
| 12.1. | Anexo I: Relatório da Consulta Pública | 128 |
| 12.1.1. | Anexos da consulta pública: Lista de Presença e Fotografias | 131 |
| 12.2. | Anexo II: Croquis de Localização do Subprojecto..... | 134 |
| 12.3. | Anexo III. Título de Concessão de Terra da Fazenda VERDE NATURAL | 135 |
| 12.4. | Anexo IV: Registo fotográfico da Fazenda antes do financiamento | 137 |



MINAGRIF/PDAC



| | | |
|-------|--|-----|
| 12.5. | Anexo V: Formulário de Mecanismo de Gestão de Sugestões e Gestão de Reclamações - PDAC | 138 |
| 12.6. | Anexo VI: Ficha de Registo de Não Conformidades da fazenda Verde Natural | 139 |
| 12.7. | Anexo VII: Código De Conduta..... | 142 |



Índice de Tabelas

| | |
|---|----|
| Tabela 1: Descrição da equipa técnica do TSP BRLi/SIRIUS responsável pela elaboração, supervisão e monitoria da implementação do PGAS | 17 |
| Tabela 2: Riscos Ambientais e Sociais..... | 21 |
| Tabela 3: Coordenadas geográfica da fazenda | 24 |
| Tabela 4: Esquema da rotação (sucessão das culturas) | 33 |
| Tabela 5: Evolução das áreas (ha) Vs. padrão Tecnológico..... | 34 |
| Tabela 6: Expectativa dos rendimentos | 34 |
| Tabela 7: Necessidade hídrica das Culturas | 34 |
| Tabela 8: Principais resíduos produzidos na fazenda..... | 37 |
| Tabela 9: Legislação Ambiental..... | 44 |
| Tabela 10: Legislação Social..... | 46 |
| Tabela 11: Políticas Ambientais e sociais do Banco Mundial..... | 47 |
| Tabela 12: Descrição das principais lacunas entre as leis nacionais e as Políticas de Salvaguarda do Banco Mundial | 49 |
| Tabela 13: Critérios usados para determinar a consequência do impacto | 52 |
| Tabela 14: Classificação dos impactos..... | 53 |
| Tabela 15: Identificação e avaliação dos impactos ambientais e sociais | 54 |
| Tabela 16: Identificação e avaliação dos impactos ambientais e sociais fase de operação | 59 |
| Tabela 17: Medidas de mitigação propostas | 65 |
| Tabela 18: Resíduos gerados na fazenda Verde Natural | 70 |
| Tabela 19: Segregação de Resíduos | 75 |
| Tabela 20: Tipo de resíduos, origem, acções e responsabilidades do proponente: | 79 |
| Tabela 21: Metodologia de destino final para resíduos | 81 |
| Tabela 22: Cronograma de Acção e Responsabilidades na Gestão de Resíduos | 82 |
| Tabela 23: Cronograma de Acções e Responsabilidades de PHSSO..... | 87 |



MINAGRIF/PDAC



| | |
|--|-----|
| Tabela 24: Procedimentos de emergência | 91 |
| Tabela 25: cronograma de implementação do plano de emergências | 93 |
| Tabela 26: Culturas e tipo de pragas | 97 |
| Tabela 27: Pesticidas/ Insecticidas usados na cultura do milho | 98 |
| Tabela 28: Insecticidas usadas na cultura do Feijão Vulgar..... | 100 |
| Tabela 29: Pesticidas, riscos ambientais, ocupacionais e de saúde, incluindo medidas de mitigação e indicadores de monitoria Impactos negativos / Pragas e uso de pesticidas/ ameaças / riscos Causas Medidas de mitigação Ferramenta de implementação. | 102 |
| Cronograma de supervisão Tabela 30: Cronograma de implementação do plano de gestão de pragas e doenças..... | 103 |
| Tabela 31: Calendário de monitoria e supervisão | 103 |
| Tabela 32: Cronograma de implementação do plano de gestão de pragas e doenças | 104 |
| Tabela 33: cronograma de implementação do plano prevenção a covid 19..... | 106 |
| Tabela 34: Plano de formação Ambiental e Social | 108 |
| Tabela 35: Estimativa de custos | 117 |
| Tabela 36: Plano de Monitoria de impactos da fazenda VERDE NATURAL..... | 120 |
| Tabela 37: Comentários recebidos e respostas..... | 123 |
| Tabela 38: Cronograma de Implementação e Elaboração de Relatório | 124 |
| Tabela 39: Monitorização a partir do 2º ano de implementação | 125 |
| Tabela 40: Periodicidade de entrega de relatórios..... | 126 |
| Tabela 41: Formulário de Mecanismo de Gestão de Sugestões e Reclamações do PDAC..... | 138 |
| Tabela 42: Relatório De Não Conformidades (RNC) | 139 |



MINAGRIF/PDAC



Índice de figuras

| | |
|--|-----|
| Figura 1: Componentes do PDAC..... | 15 |
| Figura 2: Mapa da fazenda VERDE NATURAL na comuna da Calima | 25 |
| Figura 3: Aldeias vizinhas da fazenda..... | 25 |
| Figura 4: Localização das infraestruturas (círculo amarelo) no território da Fazenda | 26 |
| Figura 5: Pontos mais alto e mais baixo da fazenda..... | 26 |
| Figura 6: Recursos hídricos da fazenda..... | 27 |
| Figura 7: Mapa topográfico da fazenda..... | 27 |
| Figura 8: Equipamentos da fazenda | 30 |
| Figura 9: Gráfico de Desemprego por Género | 42 |
| Figura 10: Segregação de resíduos | 75 |
| Figura 11: Recipiente de pequeno/médio porte para acondicionamento dos resíduos..... | 77 |
| Figura 12: Recipientes de grande porte para o acondicionamento de resíduos | 77 |
| Figura 13: Adesivo para a identificação de Resíduos | 77 |
| Figura 14: Lista de presenças da Consulta Pública | 131 |
| Figura 15: Especialista Ambiental e Social com o proponente e participantes..... | 132 |
| Figura 16: participantes da consulta pública | 132 |
| Figura 17: Proponente, trabalhadores e a equipa de especialistas | 133 |
| Figura 18: Croqui de Localização | 134 |
| Figura 19: Título de Conção de Terra da Administração Municipal | 136 |
| Figura 20: Pormenor de um campo da fazenda Verde Natural | 137 |



MINAGRIF/PDAC



Lista de Acrónimos

| | |
|-------------------|---|
| AFD: | Agência Francesa de Desenvolvimento |
| AIA: | Análise de Impacto Ambiental |
| BM: | Banco Mundial |
| BRLi- | Empresa contratada pelo PDAC para a prestação de assistência técnica especializada no |
| SIRIUS: | Corredor |
| EAS/AS: | Exploração e Abuso Sexual e/ou Assédio Sexual |
| EBRD: | Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento |
| EDA: | Estação de Desenvolvimento Agrário |
| IDA: | Instituto de Desenvolvimento Agrário |
| IFC: | Corporação Financeira Internacional |
| INE: | Instituto Nacional de Estatística |
| M & A: | Monitoria e Avaliação |
| MINAGRIF | Ministério da Agricultura e Florestas |
| MINAMB | Ministério do Ambiente |
| MSGR: | Mecanismo de Sugestões e Gestão de Reclamações |
| OIT: | Organização Internacional do Trabalho |
| PDAC: | Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial de Angola |
| PGAS: | Plano de Gestão Ambiental e Social |
| PGR | Plano de Gestão de Resíduos |
| PME: | Pequenas e Média Empresas |
| PN: | Plano de Negócio |
| TSP: | Prestadores de Serviços Técnicos |
| UIP: | Unidade de Implementação do Projecto |
| VBG: | Violência Baseada no Género |
| VCC | Violência Contra a Criança |



MINAGRIF/PDAC



SUMÁRIO EXECUTIVO

A equipa do TSP BRLI-Sirius submete ao-Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial de Angola (PDAC) o presente Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) para o Plano de Negócio da **Fazenda Verde Natural**, está localizada na Aldeia de Ngulawa, Comuna de Calima, Município do Huambo, província do Huambo, tem na sua estrutura executiva da fazenda 13 trabalhadores, dos quais 3 mulheres e 10 homens, cujo proponente é o **Senhor Cipriano Dorivaldo Francisco Jeremias**, Presidente do Conselho de Administração. A proposta foi preparada e concebida seguindo as normas do Banco Mundial e a Legislação vigente na República de Angola com a finalidade de apresentar um quadro ilustrativo dos impactos ambientais e sociais negativos do subprojecto, propostas de mitigação dos riscos, medidas de salvaguardas ambientais e sociais e um plano de monitorização ambiental e social.

O subprojecto visa atingir os seguintes objectivos:

- Aumentar a produção da actual área de 5,5 hectares para 40 hectares;
- Garantir a produção em sequeiro de 40 hectares de Milho, Feijão, Soja e batata doce e em regime irrigado de 10 hectares de maçaroca e batata rena;
- Aumentar a produtividade e melhorar o acesso aos mercados estabelecendo relações comerciais com os potenciais compradores, transportadores e fornecedores de insumos;
- Fomentar as boas práticas internacionais adoptando pacotes de média e alta tecnologia;
- Comercializar os produtos de qualidade, para os mercados de maior consumo (Luanda, Cuanza Sul e Huambo);
- Alcançar uma estabilidade financeira em médio prazo (3 a 5 anos);
- Promover o desenvolvimento social da Fazenda e das comunidades, focalizando nos assuntos de equidade de Género, ambiente higiene e segurança ocupacional.

A categoria ambiental e social do subprojecto foi estabelecida por consultores de salvaguarda ambientais e sociais do PDAC, tendo como base a ficha de triagem social e ambiental apresentada pela BRLI/SIRIUS. O projecto foi classificado como **categoria B**, sujeito a apresentação de um PGAS que inclui disposições sobre gestão de pragas e doenças e de gestão de resíduos.

No âmbito da categorização ambiental e social foi também preenchida a ficha de pré-avaliação/triagem do Reassentamento Involuntário. Pelo preenchimento da ficha concluiu-se que o Plano de Negócio da **Fazenda Verde Natural**, não irá desencadear a O.P 4.12, visto que o projecto será implementado num terreno privado, cujo proponente apresenta o título de propriedade, já em uso agrícola e sem ocupantes informais, quer para fins de exploração agrícola, quer para fins habitacionais. O subprojecto não irá igualmente afectar o acesso das comunidades vizinhas às suas explorações agrícolas ou a qualquer outro meio de subsistência.

O presente PGAS apresenta programas de mitigação dos impactos ambientais e sociais identificados, as propostas de medidas de mitigação destes impactos, as responsabilidades de execução e coordenação e os custos estimados para cada fase do subprojecto. Os programas de monitorização dos impactos identificam os parâmetros a monitorar, frequências de medição, as responsabilidades quanto a revisão e elaboração de relatórios bem como a estimativa de custos. O PGAS inclui também programas de fortalecimento institucional e capacitação durante os 5 anos de implementação do subprojecto.

O PGAS foi sujeito à consulta pública para sua divulgação e recolha de informações (feedback) em primeira instância pelo PDAC órgão financiador do subprojecto, autoridades locais e Proponente e trabalhadores das fazendas.



MINAGRIF/PDAC



1. INTRODUÇÃO

O Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS), é um documento que traça as directrizes gerais de gestão ambiental e social para as operações normais do subprojecto. Inclui procedimentos e especificações ambientais e sociais (integrando as medidas de mitigação) e oferece uma visão geral dos papéis e responsabilidades fundamentais de cada um dos intervenientes. As especificações ambientais e sociais estão divididas em matriz para a fase de construção e matriz para a fase de operação.

Este PGAS diz respeito ao Plano de Negócio da Fazenda VERDE NATURAL está localizada na Aldeia de Ngulawa, Comuna de Calima, Município do Huambo, província do Huambo cujo proponente é o senhor **Cipriano Dorivaldo Francisco Jeremias**, a sua elaboração teve o suporte técnico da equipa da BRLI- SIRIUS, contratada no âmbito do PDAC. O Plano de Negócio da fazenda visa melhorar/desenvolver a produção e comercialização das respetivas culturas (milho, feijão, soja, batata doce) numa área de 40 hectares em sequeiro, e 10 hectares de maçaroca e batata rena em regime irrigado.

Portanto, com base ao sistema de produção actual, tem sido cultivada de forma muito dispersa do milho, feijão, batata doce e beringela. Com o surgimento do Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial, pretende-se, organizar e potencializar a produção e produtividade da fazenda, eliminando o sistema de produção rudimentar e conseqüentemente, dispersão de investimento para focar na produção de culturas como o milho, feijão, soja, batata doce, em sistema de sequeiro e maçaroca e batata rena em sistema de regadio.

A fazenda tem na sua estrutura executiva 13 trabalhadores, dos quais 3 mulheres e 10 homens. Os trabalhadores não têm contratos de trabalho e não auferem salário mínimo de acordo com a Lei Geral do Trabalho (LGT).

Quanto as condições de habitabilidade, a fazenda não possui infraestruturas para albergar os trabalhadores, quanto aos equipamentos a fazenda dispõe de algumas máquinas agrícolas para o trabalho mecanizado.

1.1. Apresentação do projecto PDAC

O Projecto de Desenvolvimento de Agricultura Comercial (PDAC), cujo objectivo fundamental é de aumentar a produção e produtividade de micro, pequenos e médios agrícolas e facilitar o acesso ao mercado em cadeias de valor seleccionadas. Este projecto tem o financiamento do Banco Mundial e da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) por um período de seis (6) anos que compreende entre 2018 - 2024. O projecto estabelece os seguintes objectivos:

- Aumentar a produção e a produtividade agrícola;
- Diminuir as importações e melhorar a segurança alimentar com a promoção da autossuficiência;
- Gerar empregos e renda em sistemas agroalimentares;
- Promover o alinhamento da oferta pelos produtores e nos mercados privados;



MINAGRIF/PDAC



- Fortalecer a prestação e a qualidade da assistência técnica e treinamento para os beneficiários do projecto, suas organizações e principais partes interessadas envolvidas nas cadeias de valor;
- Permitir maior acesso ao capital por meio de subsídios equivalentes e garantias parciais de crédito;
- Apoiar investimentos em infraestrutura como estradas, irrigação, electricidade, etc.;
- Promover investimentos que melhorem o ambiente de agronegócio.

O Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial em Angola possui quatro componentes interligadas a serem implementadas simultaneamente, seguindo a sequência lógica de actividades de cada uma delas:

Componente 1: Promoção e apoio ao desenvolvimento do agronegócio

Pretende catalisar o potencial da agricultura e do agronegócio apoiando agricultores elegíveis e Pequenas e Médias Empresas (PME) do agronegócio nas áreas do projecto.

Subcomponente 1.1: Fortalecimento das capacidades produtividade e comercialização

Subcomponente 1.2: Garantias parciais de crédito

Componente 2: Infraestrutura para Produção e Marketing

A Componente 2 apoiará investimentos públicos em estradas de serviço agrícola e outras infraestruturas (irrigação e infraestrutura de “último km”).

Subcomponente 2.1: Reabilitação de Estradas Rurais

Subcomponente 2.2: Apoio a Projectos Públicos de Irrigação

Subcomponente 2.3: Conexões de electricidade rural de último km

Componente 3: Fortalecimento Institucional e Melhoramento do Ambiente de Negócios

Irá contribuir para a criação dum ambiente mais propício para o desenvolvimento sustentável do agronegócio, abordando os constrangimentos ao desenvolvimento das cadeias de valor através dum diálogo público-privado, apoiando novas tecnologias nas cadeias de valor prioritárias e fortalecendo a capacidade institucional do MINAGRIF (Ministério da Agricultura e Florestas).

Componente 4: Gestão e monitoria/avaliação do projeto

A Componente se concentra na gestão do projeto, monitoria e avaliação (M&A)



MINAGRIF/PDAC



As quatro componentes têm abrangência nos dois corredores de desenvolvimento para o financiamento de nove cadeias de valor (milho, feijão, soja, café, batata rena, batata doce, mandioca, ovos e frangos):

Corredor A: cobertura de duas províncias (Cuanza Norte e Malanje);

Corredor B: cobertura de quatro províncias (Cuanza Sul, Huambo, Bié da Huila),



Figura 1: Componentes do PDAC

O subprojecto “Fazenda VERDE NATURAL” integra-se na componente 1 (promoção e apoio ao desenvolvimento do agronegócio).

Em conformidade com o conhecimento sobre as limitações dos produtores para darem o salto para uma agricultura comercial e orientada para o mercado, devido ao limitado conhecimento e manuseamento de tecnologias avançadas, acesso ao financiamento e mercados seguros, o PDAC recrutou o Técnico Prestador de Serviços (TSP) BRLI-Sirius, empresa especializada em consultoria para prover assistência técnica na elaboração de Planos de Negócio e acompanhamento dos proponentes.

Por isso o referido Plano de Negócio da fazenda VERDE NATURAL foi formulado dentro da implementação da prestação de serviços da BRLI-Sirius.

Dentro das suas atividades com fazenda VERDE NATURAL e dados de levantamento, o TSP BRLI/Sirius preencheu uma Ficha de Triagem e Categorização Ambiental e Social do Subprojecto que apresentou à UIP. Com esse documento a UIP tomou a decisão de incluir o subprojecto na **categoria ambiental e social B**, cujos potenciais impactos ambientais adversos podem afectar as populações humanas e/ou áreas ambientalmente importantes, com impactos específicos ao local do subprojecto e que podem ser mitigados com acções particulares ambientais e sociais.

Deste modo, a equipa ambiental e social da BRLI - SIRIUS apresenta o presente Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS), onde são definidas as referidas acções de mitigação dos impactos a ser desenvolvidos pelo proponente para as fases de construção, implementação e operação do projecto com apoio dos especialistas da BRLI-Sirius e o programa de monitorização do TSP, e implementar do PDAC e das entidades multisectoriais estatais competentes.

1.2. Objectivos e âmbito do PGAS

O PGAS serve para fornecer um quadro global para a gestão ambiental e social das actividades do subprojecto, e tem que ser usado como ferramenta prática durante a sua implementação.

Os objectivos específicos do PGAS são:



MINAGRIF/PDAC



- Estabelecer procedimentos claros e metodologias de integração das questões ambientais e sociais durante as fases de implementação do projecto;
- Prestabelecer mecanismos de preparação e implementação do projecto que permitam tratar adequadamente as questões de salvaguarda ambiental e social do Governo da República de Angola e do Banco Mundial no caso do PDAC;
- Avaliar os potenciais impactos ambientais e sociais do projecto e propor medidas de mitigação;
- Identificar as necessidades de treinamento e fornecer um orçamento para formação e capacitação do Proponente;
- Elaborar em plano de monitorização ambiental e social.
- Colaborar na implementação do Plano de Acção contra EAS/AS previsto pelo PDAC, bem como na implementação do MSGR.

No presente caso, a elaboração deste PGAS teve em consideração as políticas relevantes de salvaguardas ambientais e sociais do Banco Mundial. Ao assumir formalmente as medidas a nível da gestão ambiental e social, o presente PGAS garante que os potenciais impactos negativos sejam minimizados e os positivos maximizados.

Os planos de gestão definidos para o presente subprojecto são:

- Plano de Gestão de Resíduos e Efluentes;
- Plano de Higiene, Saúde e Segurança ocupacional;
- Plano de Gestão de Pragas;
- Plano de Atendimento à Emergências;
- Plano de Prevenção da COVID 19;
- Plano de Formação Ambiental e Social.
- Plano de Prevenção de EAS/AS;
- Plano de Consultas Públicas.
- Plano de Implementação do MSGR

1.3. Estrutura e Conteúdos do PGAS

Depois desta introdução e apresentação do subprojecto da Fazenda VERDE NATURAL, o presente PGAS aborda os seguintes assuntos:

- Sumário Executivo
1. Introdução
 2. Descrição do projecto



MINAGRIF/PDAC



3. Caracterização do meio Ambiente e Social
4. Enquadramento legal
5. Avaliação dos impactos ambientais e sociais
6. Medidas de mitigação propostas
7. Programa de gestão ambiental e social
8. Custos estimados
9. Programa de gestão a acompanhamento/monitoria do subprojecto
10. O plano de consulta pública
11. O mecanismo de sugestões e gestão de reclamações
12. Outros aspectos a considerar no presente PGAS
13. Anexos.

1.4. Identificação da Equipa Ambiental e Social

A seguir é apresentada uma breve descrição da equipa técnica do TSP BRLi-Sirius responsável pela elaboração, supervisão e monitoria da implementação do PGAS, inclusive a formação e papel de cada um no PGAS (Tabela 1).

Tabela 1: Descrição da equipa técnica do TSP BRLi/SIRIUS responsável pela elaboração, supervisão e monitoria da implementação do PGAS

| Nome | Contacto | Formação | Papel | Base de trabalho |
|----------------|--|---|---|----------------------|
| Daniel Sassepe | daniel.corredorb@sirius.co.ao sassupe@yahoo.com.br Telemóvel: 942 817 594 | Eng.º Agrónomo; Pós-Graduado em Ciências do Consumo Alimentar M.Sc. Produção e Tecnologia Alimentar | Implementar os PGAS com base nas orientações do QGAS, orientar e capacitar os proponentes na implementação, supervisão e apoiar o MSGR e plano de mitigação de EAS/AS do PDAC Elaborar os PGAS base nas orientações do QGAS, orientar e capacitar os proponentes na implementação dos PGAS | Huambo, Huífla e Bié |



MINAGRIF/PDAC



| Nome | Contacto | Formação | Papel | Base de trabalho |
|---------------|--|---------------------------|---|------------------|
| Irina Portela | irina.corredorb@sirius.co.ao leiteirina@gmail.com Telemóvel: 928 558 872 | Eng ^a Geógrafa | Implementar os PGAS com base nas orientações do QGAS, orientar e capacitar os proponentes na implementação, supervisão e apoiar o MSGR e plano de mitigação de EAS/AS do PDAC Elaborar os PGAS base nas orientações do QGAS, orientar e capacitar os proponentes na implementação dos PGAS | Cuanza Sul |

1.5. Breve descrição de responsabilidades do TSP, Proponente, PDAC e Banco Mundial (BM)

As instituições que participam na implementação e monitoria do PGAS da Fazenda VERDE NATURAL são respetivamente (i) o TSP BRLi-Sirius (ii) o Proponente, Sr. **Cipriano Dorivaldo Francisco Jeremias**, (iii) a UIP PDAC e (iv) o Banco Mundial.

O TSP BRLi-Sirius é responsável pela elaboração e apresentação à UIP PDAC do presente PGAS, assim como a supervisão e monitoria directa da implementação das acções previstas.

No âmbito das suas atribuições, O TSP BRLi - Sirius terá que:

- Garantir que o PGAS elaborado esteja em conformidade com os requisitos legais ambientais e sociais estabelecidos pelo PDAC e pelo Banco Mundial;
- Realizar formações do proponente e das suas equipas para melhor entender o conteúdo do PGAS e para ter capacidades de implementa-lo;
- Apoiar o proponente no planeamento da implementação do PGAS;
- Apoiar o proponente a formular regulamentos e procedimentos particulares em relação às medidas ambientais e sociais definidas;
- Monitorar/controlar a implementação do PGAS mediante o levantamento dos indicadores definidos;



MINAGRIF/PDAC



- Monitorizar e avaliar a eficácia das acções previstas no PGAS no que concerne a saúde, segurança e protecção ambiental e social;
- Garantir condições de correcção de eventuais não conformidades com o PGAS com a implementação de medidas corretivas;
- Elaborar relatórios de implementação do PGAS e disponibilizá-los ao PDAC;
- Informar o PDAC e particularmente o especialista ambiental e social nos casos em que o PGAS não esteja a ser implementado conforme previsto ou caso aconteça um problema ambiental e social na gestão da fazenda. Implementar medidas de prevenção e protecção dos trabalhadores contra EAS/AS
- Subescrever o Código de Conduta previsto pelo projecto e assegurar a assinatura do CdC por todos os trabalhadores contratados pelo proponente;
- Prever a aplicação de medidas imediatas de protecção e segurança física de sobreviventes de EAS/AS causadas por um trabalhador e medidas de correctivas sobre o agressor;
- Assegurar o acesso ao MSGR por todos os trabalhadores e comunidade envolvente, disponibilizar um canal de recepção de reclamações/sugestões nas instalações e colaborar na sua divulgação junto dos mesmos.

As aplicações das medidas previstas no plano de monitoramento do PGAS são da responsabilidade do Proponente que receberá instruções e treinamento do TSP BRLi-Sirius sobre os mecanismos de implementação. O TSP BRLi-Sirius tem a responsabilidade de administrar capacidades ao Proponente sobre os contornos de aplicação dos planos de mitigação dos impactos negativos.

O Proponente: Sr. Cipriano Dorivaldo Francisco Jeremias

O proponente é o principal responsável pela implementação do PGAS na Fazenda VERDE NATURAL. Por isso ele deverá:

- Implementar as medidas acordadas no PGAS;
- Manter uma colaboração salutar com outros intervenientes mencionados neste PGAS;
- Implementar activamente as acções tendentes a mitigar os impactos negativos sociais e ambientais;
- Prevenir ou minimizar a ocorrência de acidentes que possam causar danos no ambiente e prevenir ou minimizar, os seus efeitos, além de facilitar acções para prevenir a propagação de a propagação do vírus COVID-19;
- Garantir as condições de segurança, saúde e protecção dos trabalhadores, deve atender a critérios reconhecidos para a acomodação de trabalhadores, como os da IFC / EBRD: (https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/topics_ext_content/ifc_external_corporate_site/sustainability-at-ifc/publications/publications_gpn_workersaccommodation).



MINAGRIF/PDAC



A UIP PDAC (Unidade de implementação do Projecto PDAC)

A UIP tem a responsabilidade geral de avaliação das fichas de triagem e categorização ambiental e social dos projectos bem como da avaliação dos planos de gestão ambiental e social apresentados pela BRLi-Sirius. Para isso possui uma unidade ambiental e social composta por:

- 1 Especialista Ambiental qualificado cujas responsabilidades são:
 - Avaliar e categorizar as fichas de triagem ambientais e sociais das actividades apresentadas pelo TSP BRLi - Sirius e definir os estudos ambientais e sociais necessários (os PGAS);
 - Revisão dos PGAS
 - Monitorar e avaliar os relatórios ambientais apresentados pelo TSP;
 - Monitorar a implementação das medidas de mitigação dos impactos ambientais negativos no subprojecto incluindo as salvaguardas ambientais.

- 1 Especialista em desenvolvimento social cujas responsabilidades são:
 - Avaliar e categorizar as fichas de triagem ambientais e sociais das actividades apresentadas pelo TSP BRLi – Sirius e definir os estudos ambientais e sociais necessários (os PGAS);
 - Revisão dos PGAS;
 - Avaliar a salvaguarda das questões sociais do subprojecto;
 - Melhorar os resultados de desenvolvimento social do subprojecto;
 - Monitorar o envolvimento dos cidadãos nos processos de participação pública e assegurar que os aspectos de género e juventude incluídos na conceção do projecto sejam adequadamente abordados durante a implementação do PGAS;
 - Implementar o Plano de Formação previsto no PGAS;
 - Apoiar a implementação do MSGR e do Plano de mitigação de EAS/AS do PDAC

A Responsabilidade da monitorização das acções do proponente é da UIP- PDAC.

O Banco Mundial (BM)

O **BM** tem a responsabilidade de rever e aprovar este PGAS, de dar a sua não objecção para iniciar a sua implementação, de supervisionar e avaliar os relatórios de monitorização das salvaguardas ambiental e social do subprojecto e garantir que estes apresentem a qualidade necessária.

1.6. Identificação das Etapas de Elaboração, implementação, monitorização e arranjos institucionais dos PGAS



MINAGRIF/PDAC



A elaboração do PGAS do subprojecto consiste em 4 etapas fundamentais:

- (i) Triagem de riscos ambientais, verificação no local e categorização do estudo a ser realizado;
- (ii) Realização do estudo conforme a categorização;
- (iii) Consulta pública e processo de divulgação;
- (iv) Revisão e aprovação do estudo de acordo com os resultados.

A etapa de Implementação do subprojecto cumprirá a etapa da:

- (i) A capacitação específica para melhor integração do PGAS

A monitorização dos subprojectos será feita mensalmente pelo especialista das salvaguardas ambientais e sociais e deverá considerar os parâmetros da qualidade da água, biodiversidade, cobertura florestal, produção agrícola, geração de renda, afluxo populacional, consciência ambiental, o uso de pesticidas, a conservação do solo e eficiência no uso da água e da energia, participação das comunidades.

Outros arranjos institucionais para a implementação do PGAS são:

A UIP tem a responsabilidade geral pela implementação deste PGAS e pelos instrumentos e outras medidas de salvaguarda ambientais e sociais relacionadas ao subprojecto através dos seus especialistas de salvaguarda social e ambiental da BRLI –Sirius.

A UIP assegura através dos especialistas de salvaguardas e sociais assegura a preparação destes documentos, a obtenção das licenças e autorizações exigidas pela legislação nacional relevantes antes de qualquer acção, informa ao comité de direcção de todas as diligências, e assegura que o Banco e os outros atores recebam todos os relatórios de monitoramento ambiental e social. Para isso, possui uma unidade ambiental e social composta por dois especialistas qualificados (01 especialista em proteção ambiental e 01 especialista em desenvolvimento social).

1.7. Principais riscos ambientais e sociais associados

Tabela 2: Riscos Ambientais e Sociais

| Riscos ambientais | Riscos Sociais | |
|--|--|---|
| | Direitos humanos | Direitos laborais |
| Risco de erosão durante as actividades de limpeza e preparo de parcelas agrícolas | A falta de chuva, pode causar desemprego no seio dos trabalhadores do campo, pois não haverá colheita e isso vai provocar desigualdade social | Acidentes nas comunidades próximas (transporte) |
| Contaminação do solo e da água e degradação da paisagem devido a resíduos e efluentes (resíduos sólidos, águas residuais, óleos e combustíveis de máquinas e equipamentos) | A ausência de espaços para repouso separados por género para abrigar os funcionários misturados e é algo que vai contra a os hábitos e costumes locais (esta limitação pode gerar situações de assédio sexual ou outras formas de violência baseada no género) | Risco de acidentes de trabalho durante o manuseio de máquinas e substâncias químicas perigosas. |
| Geração de poeira, ruído, vibração e gases devido a operação de máquinas e equipamentos com impacto sobre os trabalhadores da. | A ausência de informação sobre os Direitos Humanos pode causar violência doméstica e desigualdades de género. | Aumento da propagação do vírus da Covid 19 |
| Geração de resíduos sólidos (resíduos | O aumento de consumo dos recursos | Acidentes de trabalho (fase de |



MINAGRIF/PDAC



| | | |
|---|--|--|
| não perigosos, e resíduos perigosos como embalagens de pesticidas e fertilizantes e outras substâncias químicas usadas na manutenção de máquinas) efluentes líquidos ou gasosos | hídricos bem como a produção mais resíduos sólidos domésticos, sem destino adequado pode ser factor de risco á saúde da população. | construção e operacional do projecto) |
| A contaminação do solo e da água por uso de pesticidas e fertilizantes | | A ausência de informação sobre os Direitos laborais e de contrato de trabalho aos trabalhadores efectivos pode gerar situações de exploração laboral |
| | | O incumprimento dos Direitos Laborais e a ausência de contrato de trabalho da equipa permanente pode gerar situações de exploração laboral, conflitos, desigualdades de género e situações de EAS/AS (devido à vulnerabilidade na contratação precária pela empresa) |
| | | O recrutamento de mão-de-obra eventual para trabalhar nos períodos de plantio e colheita, sobretudo quando vindos de outras regiões, incorrem riscos acrescidos de permanecerem em condições precárias, sem alojamento condigno, condições de higiene, saúde e segurança, e em vulnerabilidade ao risco de trabalho forçado, de exploração laboral e exploração e abuso sexual e/ou assédio sexual (EAS/AS) |
| | Na sua maioria os rios têm um forte caudal e permanentes e o acesso a água por outras comunidades vizinhas não é condicionado. | Riscos de EAS/AS ou outras formas de violência baseada no género (VBG) dentro da fazenda, sobretudo em período de contratação de trabalhadores eventuais, , prevendo-se que 80% destes será mão-de-obra do sexo feminino. |
| Contaminação do solo e da água por cadáveres de aves e fezes das aves | | O recrutamento de mão-de-obra eventual para trabalhar nos períodos de plantio e colheita, sobretudo quando vindos de outras regiões, incorrem riscos acrescidos de permanecerem em condições precárias, sem alojamento condigno, condições de higiene, saúde e segurança, e em vulnerabilidade ao risco de trabalho forçado, de exploração laboral e exploração e abuso sexual e/ou assédio sexual (EAS/AS); |
| Contaminação do ar por emissão de amoníaco e odores e emissões de poeiras. | | Riscos de EAS/AS ou outras formas de violência baseada no género (VBG) dentro da fazenda, sobretudo em período de contratação de trabalhadores eventuais |
| Poderá ocorrer a contaminação do solo e da água pelo descarte inadequado de resíduos e efluentes contaminados gerados no aviário | | Riscos para a saúde dos trabalhadores e impactos ecológicos pelo manuseio inadequado de substâncias químicas perigosas (embalagens de pesticidas, medicamentos, vacinas, etc) |
| Contaminação por vectores patológicos | | Perigos de segurança e saúde comunitária durante a execução das actividades de produção avícola |



MINAGRIF/PDAC



O subprojecto prevê a utilização de fertilizantes químicos que pode contaminar os solos. Como tal o seu uso deverá ser de acordo com as políticas das salvaguardas ambientais e sociais **OP 4.09** do BM e preparados de acordo as directrizes da FAO. No capítulo 7.4 Plano de Maneio e gestão de pragas são apresentados maiores detalhes sobre as acções de gestão e controle de praga definidas para o subprojecto da Fazenda VERDE NATURAL.

2. DESCRIÇÃO DO SUBPROJECTO

2.1. Objectivos do subprojecto

O objectivo do subprojecto é aumentar a produção da actual área física de 5,5 hectares para 40 hectares, garantir a produção em sequeiro de 40 hectares de Milho, Feijão, Soja e batata doce e em regime irrigado de 10 hectares de maçaroca e batata rena, aumentar a produtividade e melhorar o acesso aos mercados estabelecendo relações comerciais com os potenciais compradores, transportadores e fornecedores de insumos, fomentar as boas práticas internacionais adoptando pacotes de média e alta tecnologia, comercializar produtos de qualidade, para os mercados de maior consumo (Luanda, Cuanza Sul e Huambo), alcançar uma estabilidade financeira em médio prazo (3 a 5 anos) e promover o desenvolvimento social da Fazenda e das comunidades, focalizando nos assuntos de equidade de Género, ambiente higiene e segurança ocupacional.

A partir do 3º ano de produção o projecto pretende alcançar os seguintes resultados:

Sistema de sequeiro

- Milho: 180 Ton/ano numa superfície de 30 ha;
- Soja: 35 Ton/ano numa superfície de 10 ha;
- Feijão: 48 Ton/ano numa extensão de 24 ha;
- Batata-doce: 150 Ton/ano numa superfície de 6 ha.
- Maçaroca: época 110 Ton/ano numa superfície de 10 ha.

Sistema irrigado

- Batata rena: 300 Ton/ano numa superfície de 10 ha;
- 450.000 espigas/ano numa extensão de 10 ha.

2.2. Breve apresentação e caracterização geral da fazenda

A fazenda VERDE NATURAL é propriedade da Firma denominada Carlos Jeremias Júnior, de responsabilidade individual, criada em 2015, com o Registo comercial nº 2015.2032 da conservatória do Registo Comercial de Luanda, possuindo o NIF: 2601004053. A empresa tem como objecto social actividade Agropecuária e Prestação de serviços. A Fazenda Verde Natural está localizada na aldeia de Ngulawa comuna da Calima, município do Huambo Província do Huambo a mais de 50 Km da sede, limitada pelo rio Cuando de caudal permanente, apostando na construção de duas represas que irá



MINAGRIF/PDAC



permitir apostar num sistema de rega levando água para as zonas de produção via gota-a-gota e aspersão, evitando desperdícios da água. O proponente investiu numa produção em pequena escala baseada no cultivo de milho, batata-doce, pimento e beringela numa área de 5 ha em paralelo o proponente esta investindo em fruticultura principalmente citrinos e outras hortícolas para uma maior sustentabilidade financeira da Fazenda. O Proponente perspectiva especializar-se na produção de grãos com acompanhamento técnico de um especialista Engenheiro Agrônomo sendo a gerência e administração da fazenda a cargo do Proponente que será responsável de toda negociação, contratação com fornecedores e compradores da produção e grãos.

Nos últimos 2 anos a área de produção é de aproximadamente:

- 2,0 Hectares de Milho;
- 2,0 Hectares de Batata-doce;
- 0,7 Hectares de Beringela;
- 0,7 Hectares de Pimento.

A fazenda dispõe de 150 galinhas poedeiras que produzem regularmente ovos. O Proponente pretende expandir a produção utilizando a produção de milho e soja para produção local de ração.

O projecto a ser implementado é de carácter económico e social, implicando recursos financeiros externos e intervenção em cadeia de valores onde os seus intervenientes contribuirão directa ou indirectamente no seu sucesso. O projecto será implementado numa área de 100 hectares dos quais 70 hectares serão utilizados para produção de milho, feijão, soja batata rena e doce em sequeiro e em condições seguras que não agridam o ambiente, e com padrões de produção internacionalmente aceitáveis. O esquema de rotação sugerido será de sucessões de cultura e áreas a semear anualmente. O aumento da área de cultivo consequentemente da produtividade, rentabilidade, crescimento económico e social tem sido a motivação do proponente, promovendo assim o emprego e a melhoria da renda familiar nas comunidades vizinhas.

2.3. Localização da fazenda

A fazenda VERDE NATURAL, encontra-se localizada na Aldeia de Ngulawa, Comuna de Calima, Município do Huambo, província do Huambo.

Tabela 3: Coordenadas geográfica da fazenda

| PONTOS | LADOS | | AZIMUTES | COORDENADAS UTM | |
|--------|--------|--------|-----------|-----------------|---------|
| | P.E. | L (m) | DOS LADOS | X | Y |
| 1 | 01 fev | 136,16 | | 594481 | 8563668 |
| 2 | 02 mar | 435,06 | | 594383 | 8563762 |
| 3 | 03 abr | 296,75 | | 594420 | 8564195 |
| 4 | 04 mai | 370,9 | | 594125 | 8564200 |
| 5 | 05 jun | 407,19 | | 593782 | 8564340 |
| 6 | 06 jul | 403,21 | | 593902 | 8564729 |
| 7 | 07 ago | 404,64 | | 594026 | 8565113 |
| 8 | 08 set | 412,43 | | 594142 | 8565500 |
| 9 | 09 jan | | | 594241 | 8565900 |



MINAGRIF/PDAC

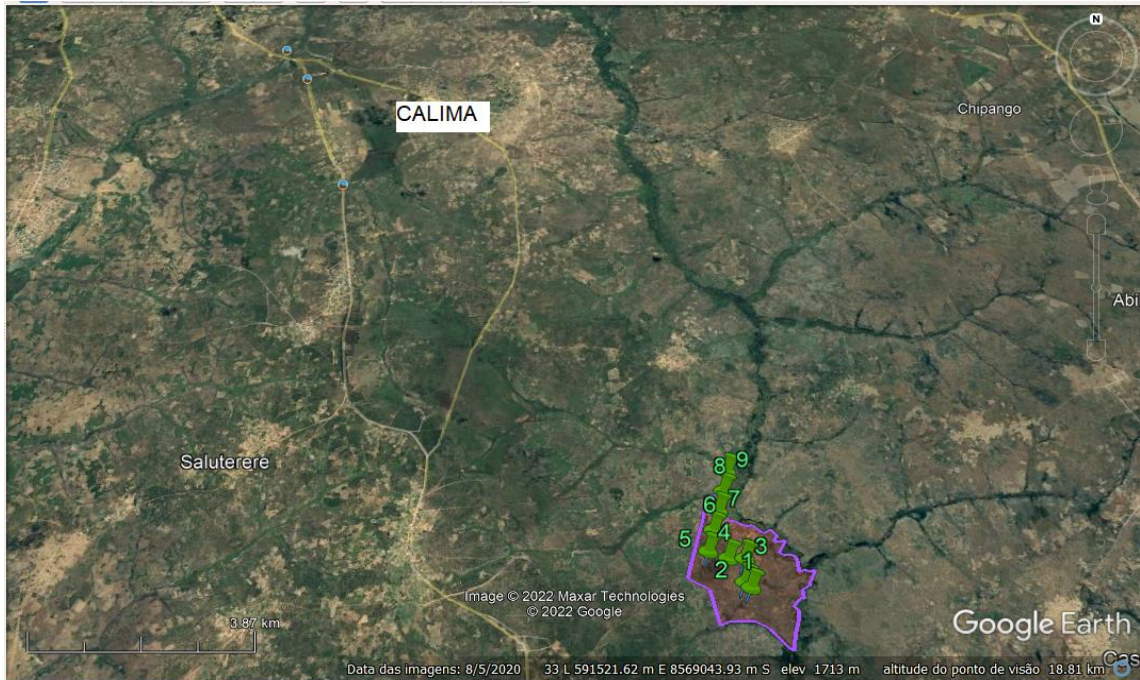


Figura 2: Mapa da fazenda VERDE NATURAL na comuna da Calima

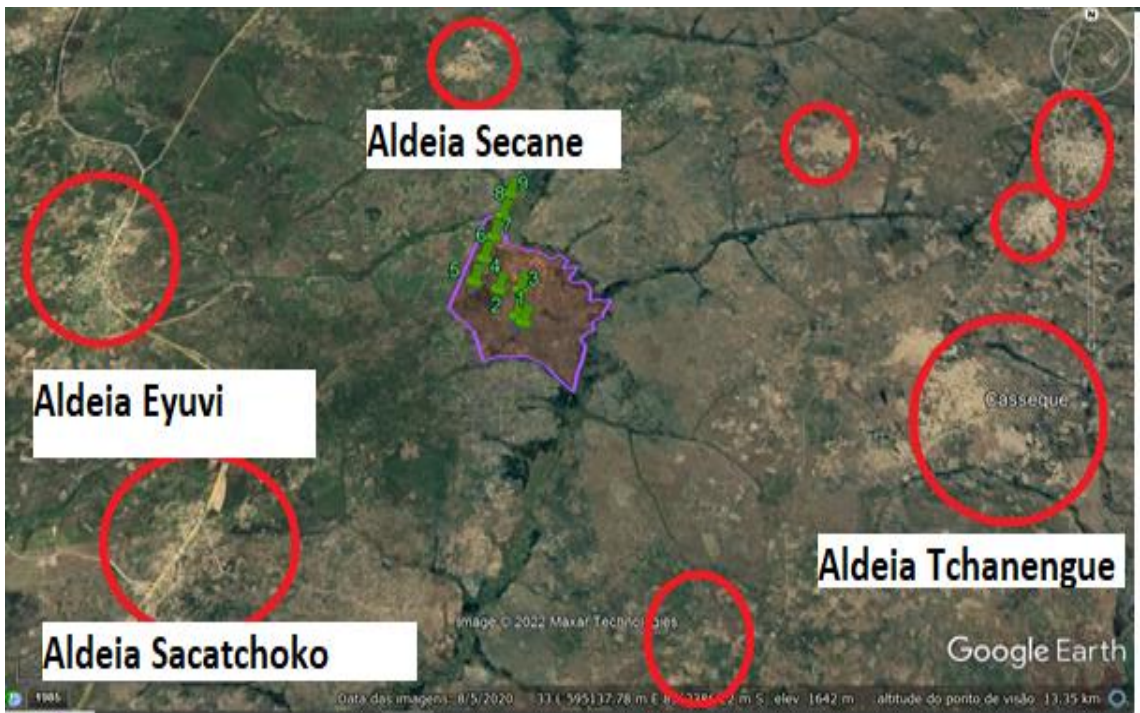


Figura 3: Aldeias vizinhas da fazenda



MINAGRIF/PDAC

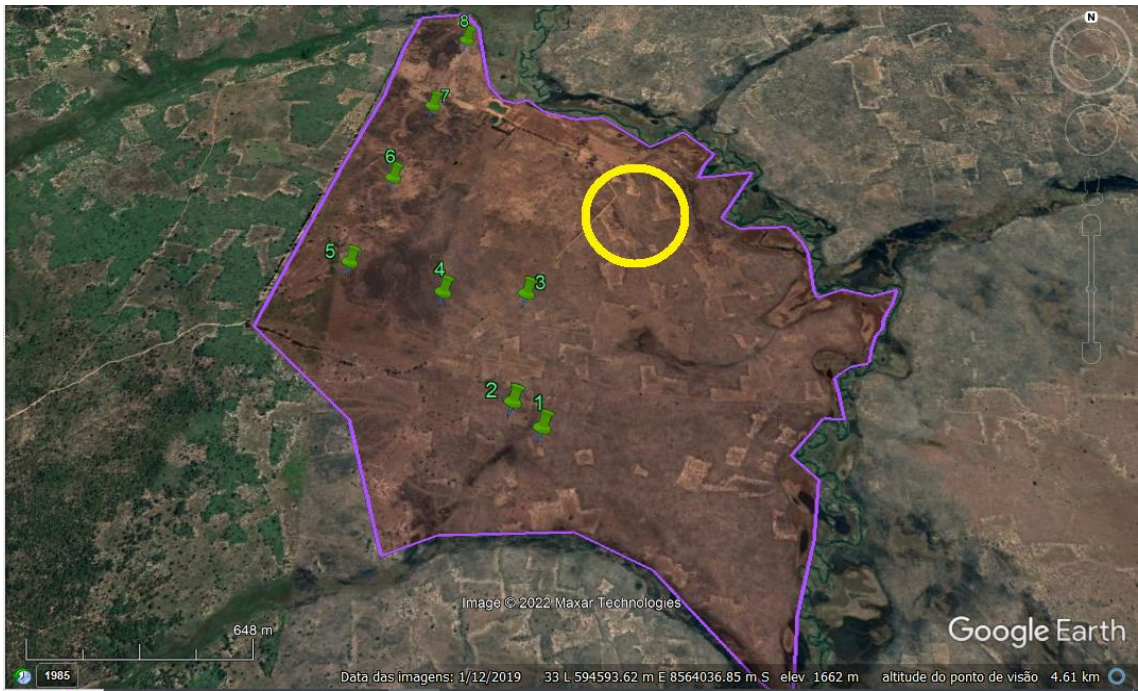


Figura 4: Localização das infraestruturas (círculo amarelo) no território da Fazenda

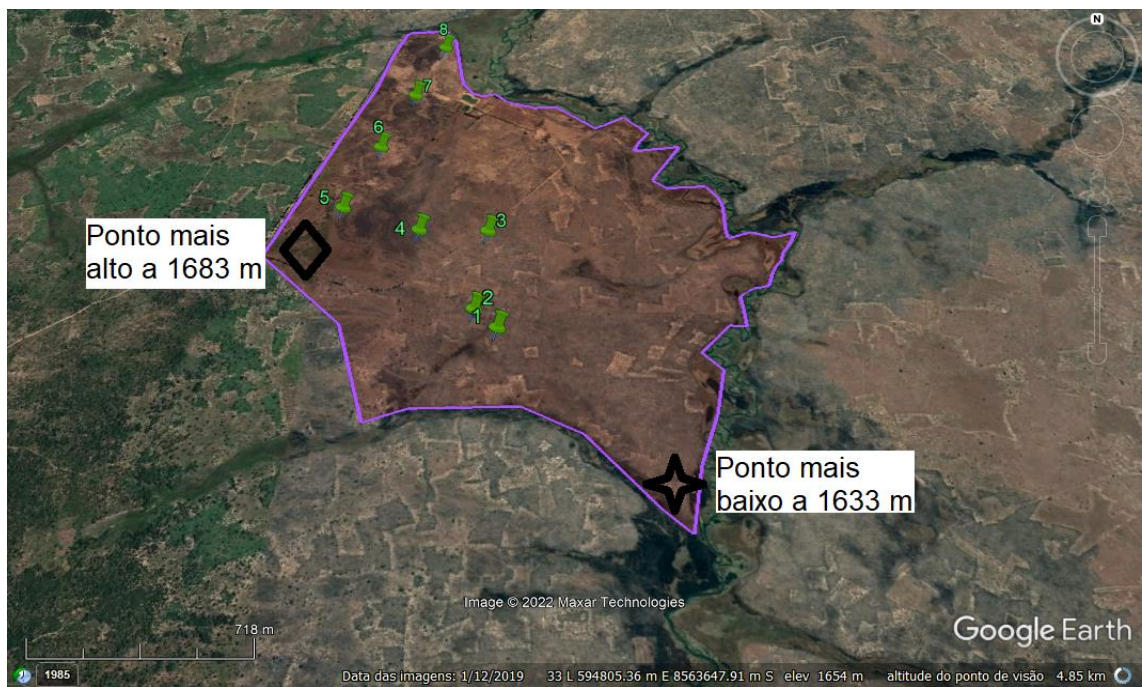


Figura 5: Pontos mais alto e mais baixo da fazenda



MINAGRIF/PDAC

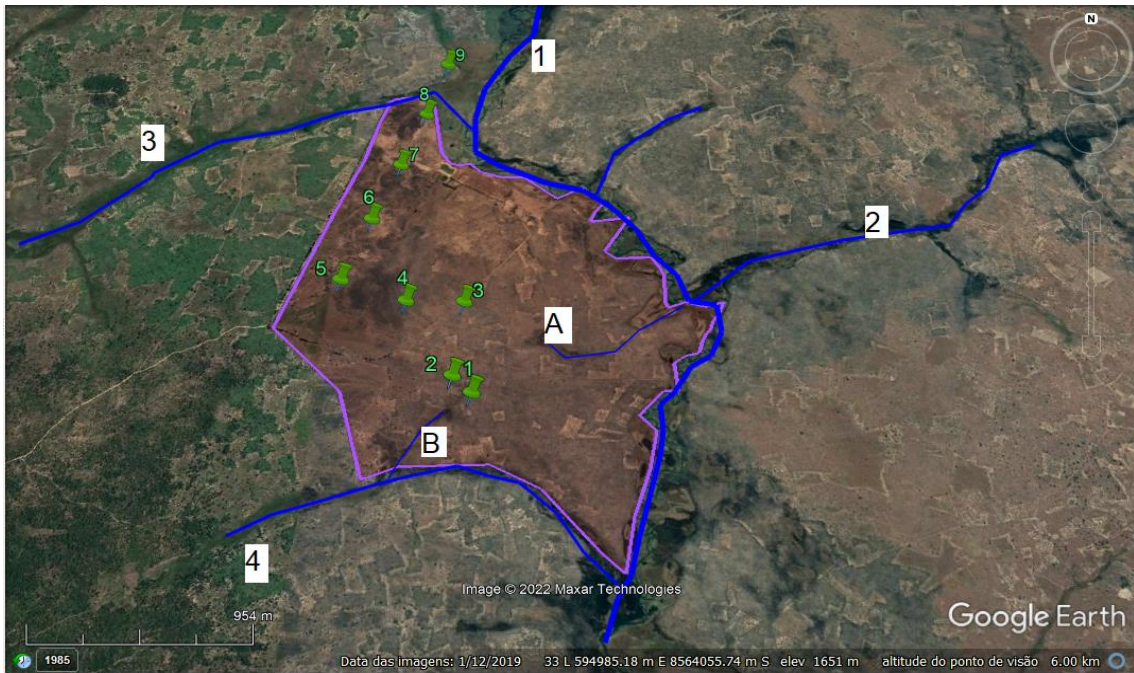


Figura 6: Recursos hídricos da fazenda

Localização das linhas de água na Fazenda. A Noroeste (3), Este (2) e Sudoeste (4) linhas de água de reduzido caudal. A Norte, Nordeste e Este o Rio Cuando, de caudal considerável durante todo o ano a uma distancia de 10 m e com potencial aproveitamento para irrigação em média escala.

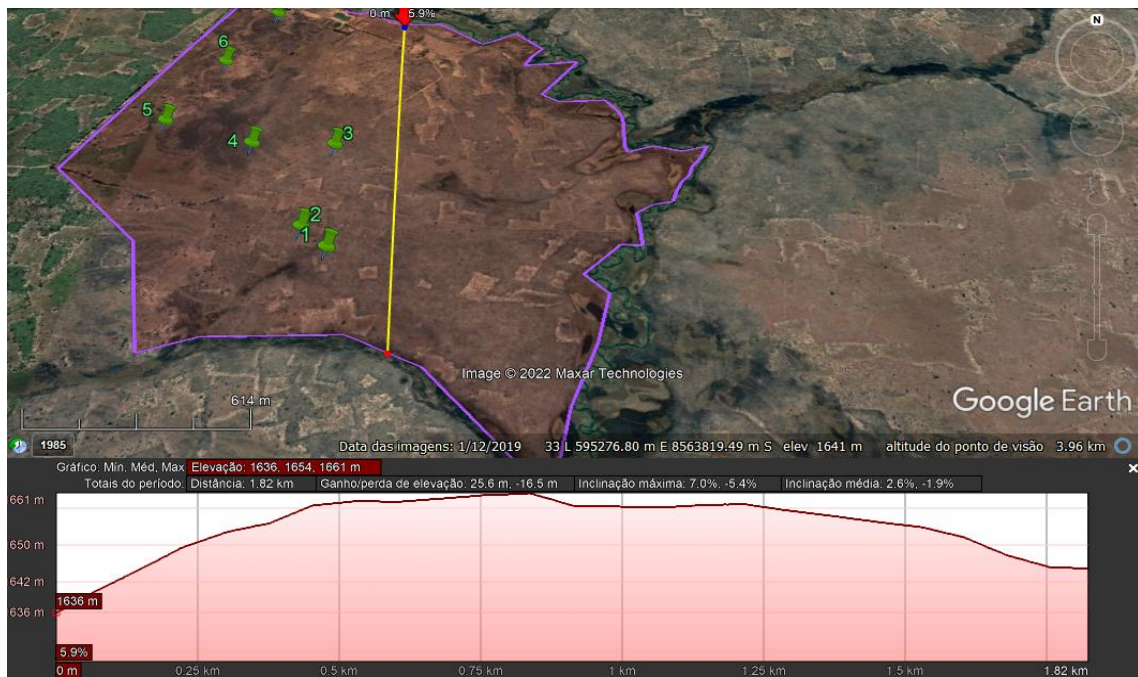


Figura 7: Mapa topográfico da fazenda



MINAGRIF/PDAC



No centro da Fazenda e no sentido Norte-Sul, numa distância de 1 820 metros há uma diferença de elevação que varia entre 1 636 e 1 661 m, com uma diferença de 25.6 m (- 16.5 m), inclinação máxima de 7.0% (- 5.4%) e média de 2.6% (- 1.9%). Neste sentido devem ser adotadas medidas anti erosivas em toda a sua extensão.

2.4. Mão de Obra

A fazenda VERDE NATURAL tem na sua estrutura executiva da fazenda 13 trabalhadores, dos quais 3 mulheres e 10 homens, nomeadamente:

Gestor Principal: Cipriano Dorivaldo Francisco Jeremias

Co - Gestor e Co- Proponente: Carlos Jeremias Júnior

Área Administrativa e operativa:

- 1 Engenheiro Agrónomo
- 1 Técnico Administrativo (Coproponente)
- 1 Tratorista
- 1 Motorista
- 5 Trabalhadores de campo
- 2 Seguranças

Serviço terceirizado

- 1 Contabilista
- Mão de obra eventual das comunidades/aldeias vizinhas

Presentemente os trabalhadores não apresentam contrato trabalho e não recebem salário mínimo estipulado pela Lei Geral do Trabalho (LGT).

Pretende-se recorrer também a contratação de mão-de-obra eventual das aldeias vizinhas para as operações manuais que necessitam muita mão de obra como a sacha, plantação da batata e acolheita. As necessidades anuais de mão-de-obra dependem da cultura e da intensidade da tecnologia empregue.

A maioria dos trabalhadores reside próximo do local de trabalho, mas existem aqueles que terão necessidade de residir na fazenda, sobretudo os seguranças. Para este caso o proponente tem obrigações e responsabilidades em garantir mínimas condições de segurança, saúde e protecção dos trabalhadores, atendendo os critérios reconhecidos para acomodação dos trabalhadores, como os da IFC/EBRD.

Devem ser contruídos dormitórios arejados e limpos regularmente intervalos, construídos com materiais de fácil limpeza material do piso, as instalações sanitárias podem estar localizadas no mesmo local, mas separadamente para homens e mulheres, devem ser seguidos os padrões usuais que variam de 10 a 12,5 metros cúbicos (volume) ou 4 a 5,5 metros quadrados (superfície), com uma altura mínima do teto de 2,10 metros, as áreas de dormir separadas são fornecidas para homens e mulheres, exceto em alojamento familiar, todas as portas e janelas devem ser trancadas e fornecidos com telas mosquiteiras.



MINAGRIF/PDAC



Grande parte das operações culturais a ser implementadas na fazenda serão realizadas por trabalhadores eventuais contratados nas aldeias dos arredores. Um dia de trabalho corresponde a um salário de 1000 Kzs.

2.5. Descrição do processo produtivo a adoptar pelo subprojecto

O presente projecto tem como actividade principal a produção de milho, feijão, soja, em sequeiro, maçaroca e batata rena em regadio, com objetivo de sistematizar a dupla cultura anual e o seu respectivo escoamento.

As principais razões que levam a implementação do projecto, têm a ver com o aumento da área de produção e da produtividade, o aumento da rentabilidade da empresa e, conseqüentemente, o crescimento económico e social dos promotores, bem como a ajuda à comunidade local com a criação de postos de trabalho, contribuindo para a segurança alimentar do município e da província.

Durante a implementação do projecto as principais actividades estarão consubstanciadas na limpeza do terreno para atingir os hectares necessários, aplicando técnicas anti erosivas e a compra de equipamentos agrícolas e respectivas alfaias. Serão realizadas lavouras, gradagens, calagem, adubação de fundo e de cobertura, de forma mecanizada, para aumentar o conteúdo nutricional do solo; serão aplicados produtos químicos como herbicidas, fungicidas e insecticidas para o controlo de ervas daninhas, doenças e pragas e a aplicação será feita com auxílio de equipamentos apropriados.

No final do projecto pretende-se obter o volume de produção maior, produtos com maior qualidade, melhoria nas condições de trabalho (produção, colheita, beneficiamento, armazenamento e escoamento), contribuir no aumento da renda das famílias (cujos membros serão trabalhadores efectivos ou eventuais). Será implementado o programa de monitorização ambiental e social pelo proponente com o apoio de Instituições Especializadas que irão prestar serviços.

2.6. Principais actividades do subprojecto

Durante a implementação do subprojecto podemos destacar as seguintes actividades:

- Treinamento do pessoal da Fazenda;
- Parcelamento do terreno em função da rotação de culturas a seguir
- Identificação de potenciais fornecedores e compradores (contractos ou acordos)
- Construção de infraestruturas da fazenda: armazéns, parque de máquinas; aterro sanitário
- Estabelecimento de estruturas de contenção da erosão;
- Estabelecimento das parcelas de cultivo e das estruturas de prevenção e combate à erosão;
- Aquisição dos equipamentos e insumos agrícolas;
- Planeamento anual das culturas a semear e das necessidades de insumos, compra de insumos e outros consumível
- Limpeza de terrenos;



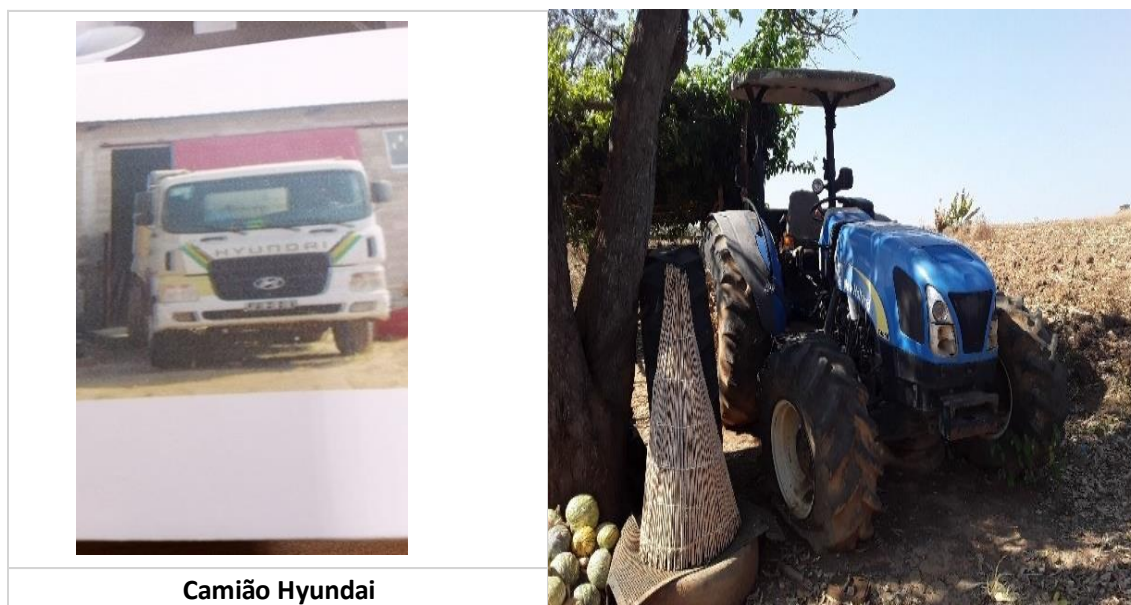
MINAGRIF/PDAC



- Correção dos solos (aplicação de calcário dolomítico);
- Preparação das terras já limpas;
- Instalação das culturas;
- Acompanhamento das culturas instaladas (Cuidados culturais);
- Colheita, tratamento, processamento armazenamento e comercialização da produção.

2.6.1. Equipamentos agrícolas existentes e por adquirir

A fazenda VERDE NATURAL dispõe de equipamentos agrícolas mecanizados tais como, 2 tractores de marca *New Holanda* e 1 *Buldózer Cartapilar* que está actualmente alugado numa pequena empresa de exploração de diamantes, 1 camião basculante, 2 geradores, 2 represas construídas com apoio da mão-de-obra local.



Camião Hyundai

Figura 8: Equipamentos da fazenda

O plano de negócio prevê a compra de outros equipamentos como:

- 1 Grade de 3 D;
- 1 Charrua 12+12 D;
- 1 reboque de 5 Tones;
- 1 Semeador de 6 Linhas;
- Eletrobomba e conjunto de tubagem para rega gota - a – gota;
- 1 Abre rego;
- 1 Higrómetro;
- 1 balança de 200 Kg;
- Reparação de trator de 75 HP.



MINAGRIF/PDAC



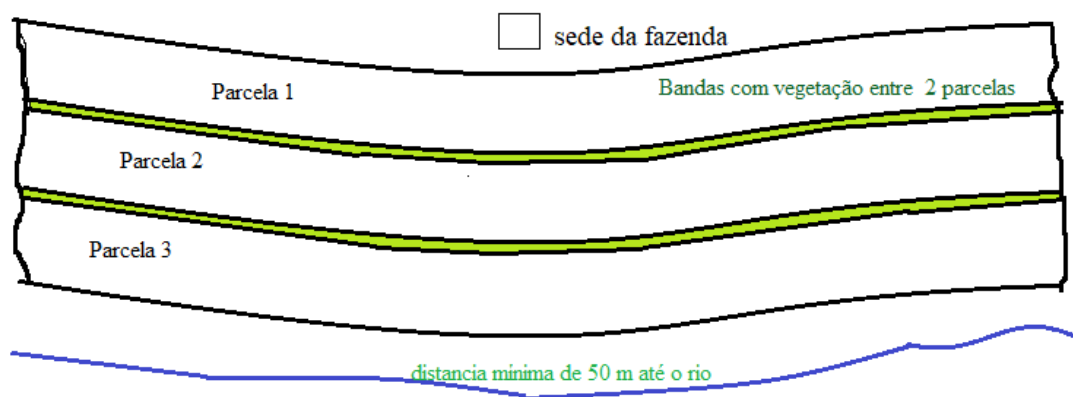
2.6.2. Limpeza de terrenos

A fazenda tem 100 hectares, dos quais 70 hectares encontram-se já limpos. Contudo, pretende-se produzir apenas 40 hectares, restarão hectares que servirão para medidas de conservação como, terraços, canais secundários e primários e vegetação protectiva entre parcelas, outros hectares serão ocupados pela floresta nativa e para acolher a sede e as infraestruturas de apoio a fazenda.

2.6.3. Análise dos solos

Inicialmente, será definido um plano geral de parcelamento dentro da fazenda. O plano de parcelamento será elaborado para (i) facilitar o trabalho mecanizado, (ii) eliminar os riscos de erosão, (iii) concentrar as parcelas nas zonas mais ricas da fazenda e (iv) dimensionar os canais de drenagem secundários e primário. Assim, as parcelas disponíveis serão arranjadas segundo as curvas de níveis com largura máxima de 100 - 150 m e comprimento mínimo de 400 m, de acordo com a topografia e dimensões do terreno.

Serão estabelecidas parcelas segmentadas de 10 hectares. No perímetro das bordaduras das parcelas serão preservadas as faixas com vegetação natural não inferiores a 5 m, alternadas com as faixas de cultura e quebra - ventos; respeitando escrupulosamente a proteção das nascentes, linhas de água e rios, deixando assim de 25 a 50 metros de distância, de acordo com a situação e dimensão, para limitar os impactos negativos. O desenho que se apresenta a seguir ilustra claramente as recomendações apresentadas.



Feitos os trabalhos de limpeza, as parcelas estarão plenamente disponíveis para o trabalho agrícola mecanizado sem risco de quebrar os equipamentos.

Seguido o parcelamento estarão disponíveis 180 ha para agricultura, semeados em duas épocas, ficando sempre alguns hectares como reserva anual para permitir pousio ou dupla cultura em caso de acontecer algum imprevisto.

Os alinhamentos das parcelas estarão definidos de acordo com a morfologia do terreno e a sua adaptação a cada tipo de cultura, deixando caminhos para uso da mecanização disponível, divididas por barreiras de quebra-ventos arbóreas, protegendo as nascentes e rios contra todo o tipo de degradação e respeitando todos os preceitos de proteção ambiental e social.



MINAGRIF/PDAC



2.6.4. Correção dos solos (aplicação de calcário dolomítico)

Está prevista uma calagem em toda a superfície agrícola em que será implementada o projecto (30 ha). Portanto a calagem deverá ser realizada minimamente 2-3 meses antes do início da campanha agrícola para e evitar os efeitos negativos do calcário dolomítico sobre a sementeira.

O conhecimento existente indica que, no geral, os solos da região necessitam de melhorar a reacção do solo (aumentar o pH) com calcário dolomítico para melhorar o seu condicionalismo físico e o nível de nutrientes. Dado o atraso para inicio da campanha n1 1ª época de 2022, a calendarização da calagem ficou programada da seguinte forma:

- 1ª fase entre junho – julho de 2023 com aplicação de 2 ton/ha de calcário dolomítico.
- 2ª fase entre junho e julho de 2023 do segundo ano de implementação com aplicação igualmente de 2 ton/ha de calcário dolomítico.
- Daí para frente, com uma aplicação de manutenção de 200 - 250 kg por ano de calcário dolomítico.

2.6.5. Rotações, sucessões de culturas e áreas a semear anualmente

De acordo a potencialidade da fazenda foi definida uma rotação bienal, com objectivo de cultivar uma a duas culturas por ano na mesma parcela, tendo uma sequência benéfica entre leguminosas (soja e feijão) e cereais/tubérculo (milho e batata rena) e uma sequência entre culturas de ciclo médio de 120 dias (soja e milho) e culturas de ciclo mais curto de 90-100 dias (feijão e batata) de modo a manter a fertilidade do solo e evitar a propagação de doenças. Na prática, teremos o seguinte:

1º Ano da rotação: 1ª época Milho e 2ª época Feijão

A sementeira do milho efetivar-se-á no mês de setembro para ser colhida no primeiro cacimbo em janeiro. O feijão será plantado a seguir para ser colhida em abril.

2º Ano da rotação: 1ª época Milho e maçaroca, 2ª época soja e batata doce

Na primeira época, toda área deverá ser semeada com milho. A sementeira do milho terá que acontecer o mais cedo possível depois da primeira chuva útil para ser colhido fim de janeiro início de fevereiro. Na segunda época a toda área será semeada batata doce. As culturas da segunda época são de ciclo curto (90 a 100 dias).

A Soja como cabeça de rotação vai permitir aumentar o teor de N no solo, o que assegurará a rotação. A sementeira da cultura de Soja será feita no mês de Dezembro por razões de foto periodismo (para




MINAGRIF/PDAC



beneficiar do maior tempo de luz solar). O resultado esperado é ter a soja pronta para colher entre 15 de abril e 15 de maio. Dependendo das variedades e duração do ciclo, a sementeira será planificada para que colheita seja feita dentro das datas estabelecidas.

Tabela 4: Esquema da rotação (sucessão das culturas)

|  | Anos de rotação | Época 1: Setembro á Janeiro | Época 2: Janeiro á Maio | Época 3: 15 Maio - Setembro |
|---|----------------------------------|-----------------------------|-------------------------|-----------------------------|
| | Primeiro ano de rotação cultural | Milho | Feijão | Batata rena |
| Segundo ano de rotação cultural | Milho | Batata doce | | |
| | Maçaroca | Soja | | |

O projeto vai começar, com a realização dos investimentos necessários e lançar as sementes em setembro (1ª época) para facilitar a implementação da sequência e rotação de culturas tecnicamente acima definidas. Com equipamento de rega poder-se-á fazer uma cultura suplementar de hortícolas ou batata rena no cacimbo. Área que deverá estar localizada próximo da fonte de água de rega. No primeiro ano serão estabelecidas as estruturas técnicas apropriadas para combater e evitar os fenómenos erosivos. Portanto, de acordo com a sucessão proposta, as áreas disponíveis para cada cultura tendo em conta a dupla cultura num mesmo espaço são as seguintes:

Durante o primeiro ano de produção estima-se produzir em 18 hectares, repartidos em 2 parcelas (+-9 ha cada uma):

- Milho: época 1, 12 ha,
- Feijão: época 2, 9 hectares
- Batata-doce: época 2, 3 ha
- Soja: época 2: 6 ha
- Maçaroca: época 1, 6 ha
- Batata rena com rega: época 3: 5 ha

Na segunda campanha agrícola e anos a seguir programou-se produzir em 40 hectares, repartidos em +- 2 parcelas de 20 hectares cada.

- Milho: época 1, 30 ha
- Feijão: época 2, 24 hectares
- Batata-doce: época 2, 6 ha
- Soja: época 2: 10 ha
- Maçaroca: época 1, 10 ha
- Batata rena com rega: época 3, 10 ha

Para uma melhor compreensão apresentam-se na tabela abaixo discriminada, a distribuição das áreas da previsão dos rendimentos esperados por hectare e por ano.



MINAGRIF/PDAC



Tabela 5: Evolução das áreas (ha) Vs. padrão Tecnológico

| Culturas/Época | Ano 1º | Ano 2º | Ano 3º e a seguir |
|---------------------------------|--------------------------|--------------------------|-----------------------------|
| | Padrão Tecnológico | | |
| | Média tecnologia (ano 1) | Média tecnologia (ano 2) | Alta tecnologia (ano 3 a 5) |
| Soja (época 2) | 6 | 10 | 10 |
| Milho (época 1) | 12 | 30 | 30 |
| Feijão (época 2) | 9 | 24 | 24 |
| Batata-doce (época 2) | 3 | 6 | 6 |
| Batata rena (época 3) | 5 | 8 | 8 |
| Adubação verde/Pousio (época 1) | 6 | 6 | 6 |

Tabela 6: Expectativa dos rendimentos

| Culturas | Ano 1º | Ano 2º | Ano 3 a 5 |
|-------------|------------|------------|-------------|
| Soja | 2,0 ton/há | 2,5 ton/ha | 3,5 ton/ha |
| Milho | 3,2 ton/há | 4,0 ton/ha | 6,0 ton/ha |
| Feijão | 1.1 ton/há | 1,5 ton/ha | 2,0 ton/ha |
| Batata rena | 20 ton/há | 25 ton/ha | 30,0 ton/ha |
| Batata-doce | 15 ton/há | 20 ton/ha | 25,0 ton/ha |

2.7. Necessidades hídricas das culturas

O presente subprojecto tem como actividade principal a produção e comercialização das respetivas culturas (milho, feijão, soja e batata rena) numa área de 45 hectares.

Todas as culturas serão instaladas em sistema de sequeiro, contando apenas com as chuvas. De uma maneira geral o consumo é demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 7: Necessidade hídrica das Culturas

| Culturas | Consumo por Ciclo |
|-------------|-------------------|
| Milho | 500 mm á 800 mm |
| Feijão | 300 mm |
| Batata Rena | 350 mm |
| Batata Doce | 250 mm e 550 mm |

Obs.: 1 mm de chuva equivale a 1 litro/m².

Tendo em conta o clima da região em que os valores das especificações pluviométricas anuais ultrapassam os 1000 mm, as necessidades hídricas das culturas serão supridas pelas chuvas.¹

Em termos de recursos hídricos, a fazenda é limitada pelo rio Cuando de caudal permanente.

¹ Fonte: DINIZ, A. Castanheira, 1991, Características Mesológicas de Angola



MINAGRIF/PDAC



2.8. Actividades relacionadas com reabilitações e construções

O plano de negócio prevê a construção de um alpendre para proteção dos equipamentos (6 m x 17 m), motorizados e alfaias agrícolas (grades, charruas, pulverizadores, semeadores). A estrutura vai permitir conservar os equipamentos protegendo-os das chuvas, sol e ventos.

Construção de um armazém de (17 m x 8 m), fechado para armazenamento dos produtos em grãos, com uso de material em alvenaria em bloco de cimento e cobertura de chapa de zinco.

Tratam-se de obras consideradas simples de construção de infraestruturas dentro da fazenda que não terão impacto negativo significativo sobre a vida das comunidades vizinhas ao projecto, ou seja, com as obras previstas no âmbito do subprojecto as comunidades vizinhas não serão privadas do acesso aos recursos hídricos e nem das suas actividades de produção. Na tabela 16 estão identificados e avaliados os potenciais impactos ambientais e sociais da actividade de construção de infraestruturas na fazenda.

Os Impactes ambientais e sociais negativos dos subprojectos prendem-se fundamentalmente na poluição ambiental (emissões de poeiras e gases nomeadamente de monóxido de carbono, óxidos de enxofre, geração de resíduos e ainda derramamentos acidentais, contaminações e intoxicações), a segurança dos trabalhadores, das populações e bens. As acções susceptíveis de gerar impactes negativos mais significativos, prendem-se sobretudo com o ruído, a poluição atmosférica e a segurança. Os principais impactes ambientais e sociais negativos identificados relacionam-se sobretudo com os projectos de reabilitação conforme a seguir se indica:

- Desmatamento e redução da cobertura vegetal devido a eventual recorrência a construção;
- Poluição do meio ambiente com resíduos da obra;
- Poluição sonora devido a operações de camiões e máquinas;
- Poluição atmosférica, solos e águas superficiais ou subterrâneas;
- Frustrações derivadas de perspectivas criadas de emprego das populações locais;
- Risco de acidente (durante a construção);
- Interferências com a circulação rodoviária.

Os impactes ambientais e sociais positivos associados à execução das obras de construção prendem-se, fundamentalmente com:

- Facilidade de circulação de pessoas e bens;
- Incremento das actividades económicas;
- Criação de postos de trabalho e acesso ao emprego;
- Promoção do desenvolvimento as comunidades
- Reordenamento das parcelas principalmente dos mais vulneráveis;



MINAGRIF/PDAC



- Acesso aos serviços sociais básicos.

2.9. Consumo de energia e água potável

A área de implementação não beneficia de energia eléctrica e água canalizada da rede pública.

Está prevista no plano de negócio a aquisição de um gerador e a abertura de um furo de água para suprir as necessidades de energia eléctrica e água potável para o consumo respectivamente, a nível da fazenda.

A fazenda está limitada pelo rio Cuando de caudal permanente, apostando na construção de duas represas que irá permitir apostar num sistema de rega levando água para as zonas de produção via gota-a-gota e aspersão, evitando desperdícios da água. O furo previsto servirá para o consumo humano e outras actividades domésticas da fazenda, para as actividades agrícolas, a água a ser usada vem do rio Cuando, que fica numa distância de aproximadamente 20 metros, no sentido Sudeste da fazenda. Contudo recomenda-se que a água para o consumo humano seja armazenada em recipientes devidamente higienizados e que a mesma seja tratada.

2.10. Programação das campanhas agrícolas e aquisição com antecedência dos insumos agrícolas

O proponente terá que planear em pormenores anualmente e/ou por época as diferentes campanhas agrícolas repartição das culturas nas diferentes parcelas, datas previsionais das operações culturais, necessidades de insumos (sementes, adubos, químicos, combustível).

2.11. Preparação das terras limpas

A preparação do solo será feita com equipamento próprio, utilizando o tractor e charrua para 1 lavoura e a grade para duas gradagens no início de cada época agrícola. Em termos de consumíveis, o promotor vai suportar apenas os custos com combustível.

Progressivamente a fazenda tentará orientar-se para as tecnologias de sementeira directa com trabalho mínimo do solo.

2.11.1. Instalação das culturas (Sementeira/plantação)

As sementeiras serão realizadas com semeador adquirido no âmbito do Plano de Negócio. Todas sementes serão compradas localmente com variedades conhecidas, qualidade certificada e sem uso de OGM.

2.11.2. Seguindo rigorosamente as fichas técnicas e as contas cultura

As diferentes operações culturais serão realizadas com os seguintes objectivos:

Para adubação, aplicar os fertilizantes em tempo certo quando a cultura precisa e em quantidades que permitem manter/melhorar a fertilidade dos solos. A adubação de fundo será realizada no momento da



MINAGRIF/PDAC



sementeira e nas linhas de sementeira. As adubações de cobertura (particularmente de nitrogénio) serão realizadas com cuidado e o adubo deve ser enterrado próximo das plantas.

Para luta contra doenças e pragas, vai-se priorizar as técnicas de luta biológica para manter os ataques em níveis baixos. Sempre que se usar químicos (inseticidas, fungicidas, herbicidas), será realizado nas datas e com doses certas, com produtos licenciados e comprados em Angola.

O risco para os trabalhadores da exposição a um pesticida é estimado por meio da avaliação de risco que faz parte do processo para determinar se um produto atende aos padrões de segurança e pode ser registrado. Se o risco para os trabalhadores for considerado preocupante, as ferramentas de gestão de risco podem ser usadas para gerenciar esses riscos reduzindo a exposição. Desenvolver panfletos, posters ou outros materiais para garantir que os trabalhadores agrícolas não qualificados entendam claramente as principais disposições de EHS que devem adoptar nas suas actividades diárias.

2.11.3. Acompanhamento das culturas instaladas

Nos dois primeiros anos de implementação do projecto, será utilizada média tecnologia para permitir ao proponente familiarizar-se com a extensão dos hectares produtivos e com a gestão da fazenda. A partir do terceiro ano do projecto será aplicada alta tecnologia, considerando sempre as melhores práticas ambientais e respeitando a legislação em vigor.

2.11.4. Colheita, armazenamento e expedição da produção

A colheita será realizada ceifeira debulhadora. Depois da colheita e, quando os grãos estiverem secos, serão armazenados antes de ser vendida.

2.12. Principais tecnologias adoptadas pelo projecto

Durante o Plano de Negócio para o cumprimento dos objectivos de produção, será utilizada padrões de média nos 2 primeiros anos e alta tecnologia a partir do 3 ano, será utilizada alta tecnologia, com uso de trabalho mecanizado para preparação do terreno, sementeira e parte dos tratamentos e manual para as demais práticas de produção (acompanhamento de maior parte das operações culturais pós sementeira).

2.13. Estimativa de produção de resíduos²

Tabela 8: Principais resíduos produzidos na fazenda

| Categorias | Massa (kg) | % |
|------------|------------|---|
|------------|------------|---|

²Adaptado da fonte: <https://www.redalyc.org/journal/2610/261057358002/0>



MINAGRIF/PDAC



| | | |
|-------------------------------|-------|------|
| Matéria orgânica perecível | 118 | 80 |
| Plástico | 18 | 12 |
| Papel e papelão | 4 | 2,5 |
| Vidro | 0,4 | 0,3 |
| Metal ferroso | 0,55 | 0,37 |
| Material não ferroso | 0,15 | 0,1 |
| Madeira | 0,04 | 0,03 |
| Pano, trapo, couro e borracha | 3 | 2 |
| Contaminante biológico | 3,52 | 2,67 |
| Contaminante químico | 0,006 | 0 |
| Pedra, terra cerâmica | 0 | 2 |
| Misto | 2,51 | 1,7 |
| Diversos | 0,08 | 0,05 |

3. CARACTERIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E SOCIAL

3.1. Enquadramento Biofísico

3.1.1. Clima³

A região onde se enquadra a fazenda VERDE NATURAL segundo a classificação climática de Köppen-Geiger predomina em Huambo o clima temperado .

É caracterizado por verões húmidos e mornos, com noites amenas e dias relativamente quentes e invernos secos com dias amenos e noites relativamente frias. É a 3ª cidade mais fria de Angola, e a segunda capital mais fria do país, perdendo somente para Lubango que é um pouco mais alta que Huambo e está a 2º graus ao sul da mesma.

O período chuvoso do ano dura 8,0 meses, de 14 de setembro a 13 de maio, com precipitação de chuva de 31 dias contínuos mínima de 13 milímetros. O mês mais chuvoso em Huambo é novembro, com média de 192 milímetros de precipitação de chuva.

O período sem chuva do ano dura 4,0 meses, de 13 de maio a 14 de setembro. O mês menos chuvoso em Huambo é julho, com média de 0 milímetro de precipitação de chuva.

³Fonte: Portal de Angola. 6 de março de 2019.



MINAGRIF/PDAC



3.1.2. Vegetação

A grande extensão da fazenda é ocupada por um estrato arbóreo de pequeno porte que serve de derivados como a lenha, carvão, frutos silvestres comestíveis e medicamentosas.

3.1.3. Áreas de conservação e protegidas

Na área de implementação do subprojecto, no município do Huambo, província do Huambo não existem zonas de conservação e protegidas.

3.1.4. Solos⁴

Os solos onde vai ser desenvolvido o PN enquadram-se na categoria de Solos Ferralíticos, inseridos num vastíssimo vale, profundos, de coloração vermelha, ou castanha, textura mediana com tendência para arenoargilosa, profundos com boa drenagem, completamente planos com cobertura arbórea.

3.1.5. Hidrografia⁵

A província do Huambo é irrigado pelas águas do rio Cunene, e dos rios Culimala, Cuvo-Queve, Calongue, Cuando-Cunene e Chanhêua, sendo local de nascimento do último.

Em termos de recursos hídricos, a fazenda é limitada pelo rio Cuando de caudal permanente.

3.2. Características sócio económica da província do Huambo

Huambo é uma das 18 províncias de Angola, localizada na região central do país. Sua capital está na cidade e município do Huambo.

Segundo as projeções populacionais de 2018, elaboradas pelo Instituto Nacional de Estatística, conta com uma população de 2 309 829 habitantes e área territorial de 35 771 km², sendo a quarta província mais populosa de Angola e uma das mais ricas da nação.^[1]

Os seus onze municípios são:

Huambo, Bailundo, Ecunha, Caála, Cachiungo, Longuimbale, Longonjo, Mungo, Chicala-choloanga, Chinjenje e Ucuma.

O município do Huambo é uma cidade e município de Angola, a capital da província do Huambo.

Segundo as projeções populacionais de 2018, elaboradas pelo Instituto Nacional de Estatística, conta com uma população de 815 685 habitantes e área territorial de 2 609 km², sendo o mais populoso município da província, da região central de Angola e o sétimo mais populoso do país.

⁴ Fonte: DINIZ, A. Castanheira, 1991, Características Mesológica de Angola

⁵ Fonte: FAS – Fundo de Apoio Social do Huambo



MINAGRIF/PDAC



As principais actividades económicas do município são, a agricultura, pesca e pecuária. Entretanto, a população dedica-se igualmente na exploração de inertes, do mel, caça e colheita de frutos silvestres. As principais culturas praticadas são o milho, arroz, feijão, hortícolas e fruteiras.

A zona é de distribuição geográfica das populações de cultura umbundo e caracteriza-se por uma densa ocupação agrícola e comercial, acentuado vínculo das comunidades rurais à terra arável, agricultura em geral de géneros pobres e de feição comercial, e presença do gado bovino em recria e como animais de trabalho.

A agricultura é a principal actividade das populações onde o projecto será implementado, que perante um reduzido nível de fertilidade dos solos e um condicionalismo ecológico pouco favorável as culturas usualmente praticadas, base da sua subsistência.

Os beneficiários directos são o proponente e os seus 13 trabalhadores. Os beneficiários indirectos são a população vizinha que presta serviços eventuais de sacha e colheita. 20% da mão de obra permanente é do sexo feminino. A integração das questões do género no plano está salvaguardada. As necessidades de mão-de-obra eventual são de 40, 64 e 121 trabalhadores no 1º, 2º e do 3º ano em diante. 80% dos trabalhadores eventuais são do sexo feminino e as suas necessidades anuais dependem da cultura e da intensidade da tecnologia empregue. A iniciativa vai promover impacto no desenvolvimento económico da das comunidades circunvizinhas através de transferências monetárias para pagar salários a trabalhadores eventuais cuja proveniência e de 90% local.

O proponente teve alguns contactos com a rede Leonor Carrinho, que está estabelecida na região planáltica com um projecto de apoio à agricultura familiar e compra de produtos em grão. Por outro a Fazenda VERDE NATURAL tem dois estabelecimentos em Luanda e Cuanza Sul para comercialização. Para além dos contactos verbais feitos com a redes de supermercados do Kero e Shoprite.

Portanto, segundo o proponente, cerca de 70 % da sua produção será canalizada para o mercado de Luanda, 20% para Huambo e 10% para Cuanza Sul, posteriormente conquistar as redes carrinho, Shoprite e Kero.

3.3. Demografia

Segundo as projecções da população da Região 2014-2050 do INE (Edição de 2016), estima-se para o ano 2021 uma população de 268 018 habitantes (128 997 homens e 139 020 mulheres), o que representa um aumento de 84,40 % relativamente ao ano 2014 (226 220). Tal como se referiu, pouco mais de metade dos habitantes são mulheres.

Caracteriza-se por ter uma população jovem, em que a média etária é de 16,0 anos (e na população rural é de 15,9). Cerca de 47,58% dos habitantes têm menos de 14 anos, 49,49% entre 15 e 64 anos e apenas 2,92% têm mais de 65 anos. Existe um grande equilíbrio entre a proporção de homens e mulheres nas faixas etárias mais jovens. A partir da faixa etária dos 30-34 anos a proporção de mulheres começa a aumentar, atingindo o máximo de 54,88% na faixa etária dos 40-44 anos e daí, começar a decrescer até a faixa etária dos 75-79 anos.

Os principais indicadores para a Região do Huambo, apontam para uma melhoria das condições de vida da população da província, entre 2014 e 2022, com um aumento ao nível da esperança média de vida (de 56,7 para 60,2 anos), e reduções significativas na taxa bruta de mortalidade (de 12,3% para 9,4%) e sobretudo de mortalidade infantil (de 85,1% para 60,8%, sendo mais expressiva nos homens). A



MINAGRIF/PDAC



projeção da natalidade, em 2021, mantém-se praticamente constante face a 2014. Sendo uma população com grande proporção de jovens, verifica-se uma taxa de dependência dos jovens elevada.

De acordo com o Censo de 2014 verifica-se ainda uma tendência de migração interna para as áreas urbanas, sobretudo para a província de Luanda. Mais de meio milhão nos 5 anos anteriores aos Censos e cerca de 240 mil nos últimos 12 meses antes do Censo 2014. Em termos de projecção prevê-se que o padrão médio anual de migração interna se mantenha até 2024, exceptuando a província do Bengo.

3.4. Aspectos socioeconómicos

De acordo com os Censos 2014, na província do Huambo a língua de comunicação geral é o português. Os três grupos linguísticos dominantes são os ovimbundos com poucas diferenças entre si, huambos, bailundos e sambos, com pequenas manchas de ganguelas e quicos com fraca expressão demográfica.

No que respeita à religião, 59,3% dos habitantes são católicos, 21,2% protestante, menos de 0,5% são islâmicos e judaicos, 16% não tem religião e a restante percentagem pertence a outras religiões.

A língua predominante localmente é o Umbundu, as populações vivem neste local a bastante tempo, não são emigrantes, não há minorias etnolinguísticas.

Não existem outros grupos minoritários em volta da fazenda do proponente, cujos riscos e impactos específicos devam ser analisados.

3.4.1. Qualificação e escolaridade

Quanto à escolaridade, 21,87% da população da província (com mais de 18 anos) não tem nenhum nível de escolaridade concluído. No entanto, 65,01% da população (com mais de 15 anos) sabe ler e escrever. Esta proporção baixa para cerca de 20,0% na população rural.

3.4.2. Actividade e emprego

Em 2019, a população nacional empregada no setor formal com 15 anos ou mais anos de idade foi estimada em 9.976.235 pessoas sendo 4.943.284 homens e 5.032.951 mulheres.

Em Angola 61,2% da população, com 15 ou mais anos é absorvida no mercado de trabalho. A taxa de emprego dos homens (63,4%) foi superior à das mulheres (59,2%). A diferença entre a taxa de emprego na área rural e na área urbana é bastante significativa, de acordo com o INE, 77,3% e 50,4% respectivamente apresentando uma diferença de 26,9% pontos percentuais, superior a cerca de 1,5 vezes, em favor da área rural. Cerca de 36,2% dos jovens, dos 15 aos 24 anos, estavam inseridos no mercado de trabalho, não havendo diferenças, estatisticamente significativas, entre homens (35,6%) e mulheres (36,8%).



MINAGRIF/PDAC



Na província do Huambo, a maioria da população empregada (62%) tem a sua actividade no sector primário (Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca), 18% no sector terciário (Transportes, comunicações, comércio, finanças e serviços administrativos) e 6% no sector secundário (Indústria, construção, energia e água), os restantes não têm actividade declarada.

A taxa de desemprego foi de 21,8%, sendo para os homens superior à das mulheres (21,4% e 20,2% respectivamente). Em 68,6% dos agregados familiares (num total de 443 386) pratica uma actividade agropecuária (dos quais 88,9% cultivam cereais).

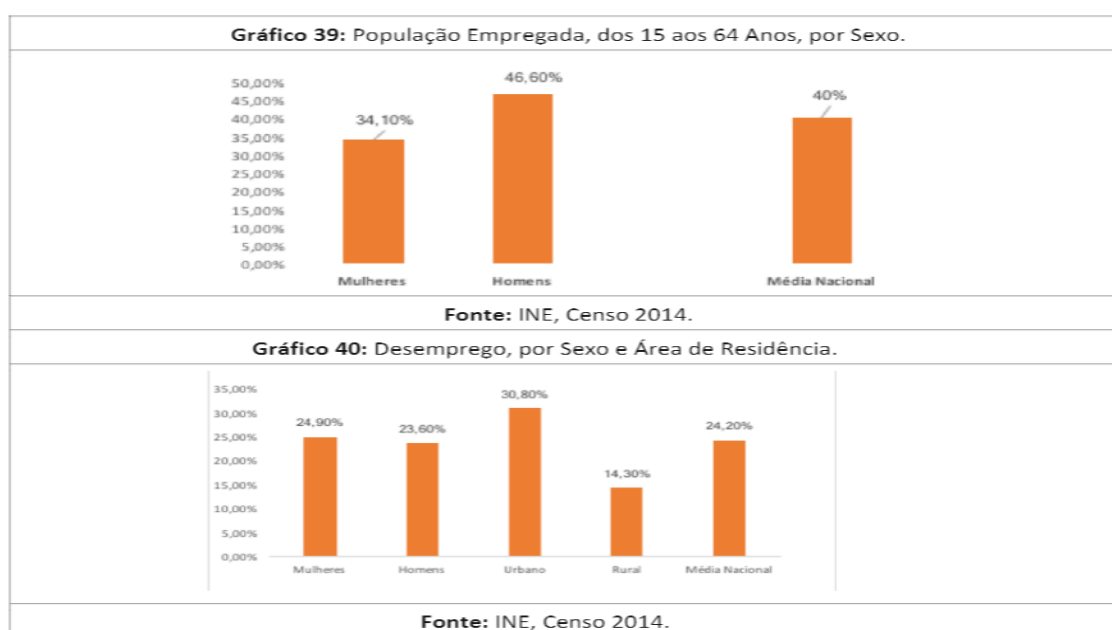


Figura 9: Gráfico de Desemprego por Género

A maioria das mulheres e jovens raparigas estão inseridas no mercado informal. Isso deve-se especialmente ao baixo nível de literacia e educação formal técnica que as relega para actividades comerciais e similares, que não exigem qualificações superiores. Assim sendo, elas não beneficiam dos direitos aplicáveis na legislação em vigor, tais como licença da maternidade, segurança social e salários dignos, para além de estarem vulneráveis à elevada instabilidade profissional.

O aumento do nível de escolaridade e oportunidade de empreender dentro do sector agrícola poderá diminuir o desemprego no nível do género dentro do município do Huambo.

3.5. Relativamente ao abastecimento de água e energia

Acerca de 56,9% dos agregados familiares têm acesso a fontes apropriadas de água no município do Huambo.

As fontes de energia mais utilizadas pelas famílias são o gás, carvão e lenha (por ordem de prevalência); sendo nas zonas rurais mais utilizada a lenha, seguida do carvão e do gás. Apenas 38,8% dos agregados têm acesso a electricidade da rede pública, e nas áreas rurais este valor desce para 2,8%.



MINAGRIF/PDAC



Cerca de 9 em 10 agregados familiares das áreas rurais depositam o lixo ao ar livre por causa da inexistência de empresas publicas de saneamento básico a nível da província e/ou município.

3.6. Enquadramento Local

3.6.1. Actividades da população envolvente

A sua principal ocupação da população envolvente é a agricultura de subsistência para suprir as necessidades com a alimentação e outras necessidades nos terrenos adjacentes a fazenda. Também fazem a criação de pequenos animais como galinhas, porcos e cabritos. Este trabalho é desempenhado maioritariamente por mulheres. A população utiliza para rega dos seus campos de cultura as linhas de água próximo a Fazenda. A Noroeste (3), Este (2) e Sudoeste (4) linhas de água de reduzido caudal. A Norte, Nordeste e Este o Rio Cuando, de caudal considerável durante todo o ano e com potencial aproveitamento para irrigação em média escala.

3.6.2. Problemas de doenças e de saneamento básico⁶

As doenças mais comuns são a malária e dermatites. Seguem-se as doenças diarreicas agudas e algumas do fórum respiratório, muitas vezes associadas à má qualidade da água que consomem e da falta de estruturas sanitárias e de agentes da saúde que devem promover a educação e assistência sanitária.

3.6.3. Uso actual da terra na área do projecto

Quanto a produção, várias foram as experiencias que o proponente foi desenvolvendo com a cultura do milho, batata-doce e hortícolas em pequena escala cujos resultados garantem a produção em grande escala.

4. ENQUADRAMENTO LEGAL

O PGAS da Fazenda VERDE NATURAL foi concebido para ser implementado segundo as normas legislativas ambientais e sociais da República de Angola e alinhadas às Políticas de Salvaguardas Ambientais e Sociais do Banco Mundial aplicáveis ao PDAC.

4.1.1. Constituição da República de Angola de 2010

Os aspectos reactivos aos direitos, liberdades, deveres e garantias sobre o meio ambiente são largamente abordados na Constituição de Angola (artigo 39 da Constituição da República de Angola - CRA) e na legislação angolana pós-independência. O Artigo 39 da CRA consagra o direito ao ambiente e declara o direito dos cidadãos a viver em ambiente sadio e não poluído, bem como o dever de o defender e preservar. O mesmo Artigo, igualmente exige ao Estado que adopte as medidas necessárias à protecção

⁶ Fonte: INE, 2014, Censo



MINAGRIF/PDAC



do ambiente e das espécies da flora e da fauna em todo o território nacional, à manutenção do equilíbrio ecológico, à correcta localização das actividades económicas e à exploração e utilização racional de todos os recursos naturais, no quadro de um desenvolvimento sustentável e do respeito pelos direitos das gerações futuras e da preservação das diferentes espécies. Igualmente exige a punição dos actos que ponham em perigo ou lesem a preservação do ambiente.

4.2. Legislação Ambiental

Tabela 9: Legislação Ambiental

| | |
|---|---|
| <p>Lei n° 5/98 de 19 de Junho Lei de Bases do Ambiente</p> | <p>Esta Lei serve de quadro básico de toda a legislação e regulamentos ambientais em Angola integrando definições de conceitos relevantes, tais como os da protecção, preservação e conservação do ambiente, promoção da qualidade de vida e uso sustentável dos recursos naturais.</p> |
| <p>Lei n.º 6/17 Lei de Bases de Florestas e Fauna Selvagem</p> | <p>Estabelece as normas que visam garantir a conservação e o uso racional e sustentável das florestas e da fauna selvagem existentes no território nacional e, ainda, as bases gerais do exercício de actividades com elas relacionadas. Revoga toda a legislação que contrarie o disposto na presente Lei, nomeadamente os artigos 16.º, 17.º e 18.º da Lei n.º 15/05, de 7 de Dezembro, Lei de Bases do Desenvolvimento Agrário, os Decretos n.º 40040, de 9 de Fevereiro de 1955, 44531, de 21 de Agosto de 1962 (Regulamento Florestal) e o Diploma Legislativo n.º 2873, de 11 de Dezembro de 1957 (Regulamento de Caça)</p> |
| <p>Lei n.º / 02, de 21 de Junho Lei das Águas</p> | <p>A lei prevê a posse do governo dos recursos hídricos do país, e a responsabilidade do Estado para o desenvolvimento, controle e preservação dos recursos hídricos. Regulamentos ainda não foram promulgadas</p> |
| <p>Lei n° 09/04, de 9 de Novembro Lei de Terra</p> | <p>A Lei de Terras de Angola reafirma o posicionamento constitucional de que o governo possui e exerce autoridade final sobre toda a terra e os recursos naturais. A mesma Lei engloba toda a terra rural e urbana para a qual o Estado pode conferir direitos transferíveis. A Lei inclui uma disposição que obriga as pessoas que ocupam propriedade sem registo para que registem a terra dentro de um prazo estabelecido pela Lei.</p> |
| <p>Decretos Presidenciais</p> | |
| <p>Decreto Presidencial N° 117/20 de 22 de Abril Regulamento Geral de Avaliação de Impacte Ambiental e do Procedimento de Licenciamento Ambiental</p> | <p>Este regulamento estabelece as normas e procedimentos que regulam a avaliação de impacte ambiental de projectos públicos e privados e do procedimento de licenciamento ambiental das actividades que, pela sua natureza, localização ou dimensão, sejam susceptíveis de provocar impacte ambiental e social significativo. Este diploma revoga o Decreto</p> |



MINAGRIF/PDAC



| | |
|--|---|
| | Nº 51/04 de 23 de Julho sobre a Avaliação de Impacte Ambiental e o Decreto Nº 59/07 de 13 de Julho sobre o Licenciamento Ambiental. |
| Decreto Presidencial n.º 190/12, de 24 de Agosto Regulamento Sobre a Gestão de Resíduos | O presente Diploma tem por objecto estabelecer as regras gerais relativas à produção, depósito no solo e no subsolo, ao lançamento para água ou para atmosfera, ao tratamento, recolha, armazenamento e transportação de quaisquer resíduos, excepto os de natureza radioactiva ou sujeito à regulamentação específica, de modo a prevenir ou minimizar os seus impactos negativos sobre a saúde das pessoas e no ambiente, sem prejuízo do estabelecimento de regras que visem a redução, reutilização, reciclagem, valorização e eliminação de resíduos |
| Decreto Presidencial n.º 196/12, de 30 de Agosto Plano Estratégico para a Gestão de Resíduos Urbanos (PESGRU) | O Presente plano estabelece uma nova filosofia para a gestão de resíduos em Angola, constituindo um suporte essencial ao processo de desenvolvimento sustentável que a sociedade e a economia do País têm vindo a percorrer. |
| Decreto Presidencial nº 194/11, de 07 de Julho Aprova o Regulamento sobre Responsabilidade por danos Ambientais. | O presente diploma tem por objecto estabelecer a responsabilidade pelo risco e degradação do ambiente baseado no princípio do «poluidor-pagador», para prevenir e reparar danos ambientais. |
| Decreto Presidencial nº 261/11 de 6 de Outubro Sobre a Qualidade da Água | Este diploma estabelece critérios de qualidade de água com a finalidade de proteger o meio aquático e melhorar a qualidade das águas em função dos seus principais uso. |
| Decreto Presidencial n.º 82/14 de 21 de Abril Regulamento De Utilização Geral Dos Recursos Hídricos | O presente Diploma define o regime de utilização geral dos recursos hídricos, incluindo os mecanismos de planeamento, gestão e de retribuição económica e financeira no artigo 2 (Âmbito de aplicação), o presente Diploma é aplicável às águas superficiais e subterrâneas, nomeadamente os cursos de água, lagos, lagoas, pântanos, nascentes, albufeiras, zonas estuarinas e outros corpos de água, sem prejuízo dos respectivos leitos, margens e adjacências |
| Decreto Executivo | |
| Decreto Executivo n.º 92/12 de 1 de Março Termos de Referência para a Elaboração de Estudos de Impactes Ambientais | O diploma tem como objecto estabelecer as diretrizes orientadores para a elaboração dos Estudos de Impactes Ambientais necessários para análise de viabilidade ambiental dos projectos sujeitos a avaliação de impacte ambiental. O Estudo de Impacte Ambiental deve ser elaborado nos termos da legislação sobre a Avaliação de Impacte Ambiental, e cumprir rigorosamente com os Termos de Referência aprovados pelo Ministério do Ambiente, que orienta a elaboração dos mesmos de acordo com a especificidade de |



MINAGRIF/PDAC



| | |
|---|---|
| | cada projecto |
| Decreto Executivo n.º 17/13 de 22 de Janeiro Gestão de resíduos de demolição e construção | O presente diploma estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a gestão de resíduos, abreviadamente designados resíduos de construção e demolição ou RCD, compreendendo a sua prevenção e reutilização e as suas operações de recolha, transporte, armazenagem, triagem,, tratamento, valorização |

4.3. Legislação Social

Tabela 10: Legislação Social

| | |
|--|---|
| Lei n.º/04 de 15 de Outubro Lei de Bases da Protecção Social | A protecção social obrigatória concretiza-se através dos regimes dos trabalhadores por conta de outrem e dos trabalhadores por conta própria, mediante prestações garantidas como direitos. É garantida a conservação dos direitos adquiridos e a possibilidade de concretizar os direitos em formação |
| Lei Nº 25/12 de 22 de Agosto Lei de Protecção e Desenvolvimento Integral da Criança (Lei nº 25/12) | A Lei nº 25/12 define regras e princípios jurídicos sobre a protecção e o desenvolvimento integral da criança, reforça e harmoniza os instrumentos legais e institucionais para assegurar os direitos da criança como definidos na Constituição, na Convenção sobre os Direitos da Criança e na Carta Africana sobre os Direitos e o Bem-Estar da Criança. |
| Lei nº 7/15, de 15 de Junho Lei Geral do Trabalho | A nova lei aplica-se a todos os trabalhadores que prestam actividades remuneradas por conta de um empregador, no âmbito da organização e sob a autoridade e direcção deste, em empresas públicas, mistas, privadas, cooperativas, organizações sociais, organizações internacionais e nas representações diplomáticas e consulares existentes no território da República de Angola. |
| Lei nº 25/11 de 14 de Julho Violência Doméstica | Estabelece o regime jurídico de prevenção da violência doméstica, de protecção e de assistência às vítimas. |
| Decretos | |
| Decreto 31/95 de 5 Novembro Regulamento relativo aos sistemas de Saúde e Segurança Ocupacional. | O presente decreto estabelece os princípios que visam a promoção da segurança, higiene no trabalho, nos termos do preceituado nº 2 do artigo 46º da Lei Constitucional 23/92 |



MINAGRIF/PDAC



| | |
|--|---|
| <p align="center">Decreto n.º 43/03 de 4 de Julho</p> <p align="center">Regulamento sobre o HIV/ SIDA, Emprego e Formação Profissional</p> | <p>A infecção pelo vírus de Imunodeficiência Humana (VIH) e o desenvolvimento do Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (SIDA) constituem, na actualidade, uns dos maiores problemas de saúde que a sociedade enfrenta relativamente à implementação dos direitos sociais legalmente protegidos, nomeadamente o direito ao emprego, ao trabalho e à formação profissional.</p> |
| <p align="center">Decreto n.º 53/05 de 15 de Agosto</p> <p align="center">Regime jurídico dos acidentes de trabalho e doenças profissionais</p> | <p>Havendo necessidade de se regular as condições objectivas que permitam estabelecer um quadro de protecção social dos trabalhadores e suas famílias contra os riscos profissionais, em observância aos princípios consignados na Convenção n.º 102 da OIT, Organização Internacional do Trabalho;</p> |
| <p align="center">Decreto Presidencial 222/13 de 24 de Dezembro</p> <p align="center">Política Nacional para a Igualdade e Equidade de género e a respectiva Estratégia de advocacia e mobilização de recursos para implementação e monitoria da política</p> | <p>Considerando que a igualdade é um princípio consagrado na Constituição da República de Angola e reitera o acesso de todas as pessoas aos direitos universais, sem discriminação</p> |
| <p align="center">Lei n.º 1/21 de 7 de Janeiro</p> <p align="center">Lei das Expropriações</p> | <p>A Lei da Expropriação por Utilidade Pública prevê as situações que podem originar uma reversão dos bens expropriados, designadamente nos casos em que as autoridades não conseguem implementar o projeto que motivou a expropriação nos prazos legalmente devidos e/ou nas situações em que cessem as finalidades da expropriação. O exercício do direito de reversão está sujeito a um prazo de caducidade e fica dependente da devolução, pelos expropriados, do montante anteriormente recebido a título de indemnização.</p> |
| <p align="center">Lei n.º 22/11, de 17 de junho</p> <p align="center">Lei da Protecção de Dados Pessoais</p> | <p>A lei prevê a protecção dos dados pessoais, da confidencialidade e da reserva da vida privada, assume uma relevância fundamental no contexto da salvaguarda dos direitos fundamentais dos cidadãos, reconhecidos pela Declaração Universal do Homem e pela Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos.</p> |

4.4. Políticas ambientais e sociais do Banco Mundial accionadas pelo Projecto

O Banco Mundial definiu 7 Políticas ambientais e Sociais seguidas na elaboração do PGAS:

Tabela 11: Políticas Ambientais e sociais do Banco Mundial

| | | |
|---|--|--|
| <p align="center">OP 4.01 Avaliação Ambiental</p> | <p>A OP 4.01 assegura que todos os projectos do BM sejam sólidos e sustentáveis ambientalmente, informando à partida sobre os riscos ambientais aos dirigentes através de uma análise apropriada das acções e dos seus prováveis impactos.</p> | <p>A política de avaliação ambiental é accionada neste projecto para o levantamento dos impactos ambientais e medidas de mitigação dos impactos.</p> |
|---|--|--|



MINAGRIF/PDAC



| | | |
|---|---|--|
| OP 4.04 Habitat Natural | A OP 4.04 assenta na protecção, manutenção e reabilitação de habitats naturais nas áreas de influência dos projectos, por ele financiado ou cofinanciados | Não foram identificados no projecto algum potencial de conversão ou degradação crítica significativa de habitats naturais e, portanto, as OP & BP 4.04 não são accionadas. |
| O.P. 4.37 Segurança de barragens/represas | A política de segurança de barragens/represas é accionada em projectos que envolvam barragens existentes e Represas em Construção, bem como a responsabilidade da segurança da obra pelo proponente. | Esta política não é accionada no âmbito do projecto da Fazenda VERDE NATURAL, uma vez que não estão previstos a construção e/ou reabilitação de barragens ou represas. |
| OP 4.09 Gestão de Pragas | A política operacional de controlo de pragas é accionada para auxiliar a mitigar os potenciais riscos a saúde humana e ao meio ambiente com a preparação de um Plano de Gestão de Pragas de carácter obrigatório | O projecto requer o uso de pesticidas, portanto esta política é accionada. |
| OP 4.11 Recursos físicos e culturais | Esta política é accionada em projectos que envolvam projectos de infraestruturas que exijam grandes movimentos de terra em áreas susceptíveis e considerados recursos culturais físicos pelas comunidades que habitam no local do projecto | Os projectos de infraestruturas são de pequena dimensão com potenciais impactos sobre recursos físicos e culturas considerados baixos. |
| OP 4.12 Reassentamento Involuntário | A política de reassentamento involuntário do BM auxilia os beneficiários do projecto a lidar com problemas de aquisição de terra resultante em compensação e/ou o deslocamento físico de pessoas. aplica-se a aquisição de terras e todas as alterações no acesso a recursos (económicos, rodoviários, culturais e étnicos) resultante da implementação de um projecto e subprojecto. | Não reside ninguém no interior do espaço da fazenda, embora existem 5 aldeias próximas a fazenda não existe conflito com a população local. |
| OP 4.36 Recursos Florestais | Os projectos financiados pelo Banco Mundial não poderão ter impactos negativos directos e indirectos para a saúde e qualidade das florestas, neste âmbito, o BM visa reduzir a desmatção e aumentar a contribuição ambiental de áreas florestais, promover reflorestamento, reduzir a pobreza e incentivar o desenvolvimento económico. | O projecto Fazenda VERDE NATURAL não prevê na sua área de influência qualquer impacto sobre recursos florestais, logo esta política operacional não é accionada. |

4.5. Avaliação das lacunas da legislação e recomendações

A avaliação das lacunas legislativas é necessária para verificar se a estrutura legislativa existente no país é adequada para a gestão social e ambiental eficaz e se a estrutura legislativa apoia as políticas de salvaguarda do Banco Mundial. Com base na comparação das políticas do Banco Mundial accionadas pelo projecto, é claro que a legislação em Angola fornece base suficiente para gerir os aspectos ambientais e sociais das actividades propostas no âmbito do projecto. O regulamento de Avaliação de Impacto lista claramente as actividades agrícolas que requerem um EIA. É também evidente que as instituições relevantes estão no local para garantir a efectiva implementação e monitorização das medidas ambientais necessárias, em conformidade com a legislação nacional e as políticas de salvaguarda do Banco Mundial. O Banco Mundial exige que todos os projectos cumpram com a legislação nacional, mas



MINAGRIF/PDAC



onde há discrepâncias ou lacunas, as políticas do Banco Mundial têm precedência, excepto nos casos em que normas nacionais são mais rigorosas ou equivalente. (Ver tabela na página a seguir):

Tabela 12: Descrição das principais lacunas entre as leis nacionais e as Políticas de Salvaguarda do Banco Mundial

| Aspecto | Leis de Angola | Exigência do Banco Mundial | Lacuna ou Conflito |
|---|---|---|---|
| O EIA é necessário para actividades de infraestruturas proposta | O Decreto Presidencial Nº 117/20 de 22 de Abril sobre o Regulamento Geral de Avaliação de Impacte Ambiental e do Procedimento de Licenciamento Ambiental. Este regulamento estabelece as normas e procedimentos que regulam a avaliação de impacte ambiental de projectos públicos e privados e do procedimento de licenciamento ambiental. Este diploma revoga o Decreto Nº 51/04 de 23 de Julho sobre a Avaliação de Impacte Ambiental e o Decreto Nº 59/07 de 13 de Julho sobre o Licenciamento Ambiental. | A PO 4.01 exige EIA completo para todos os projectos classificados como sendo de Categoria A. Para projectos de Categoria B, alguma forma de avaliação ambiental é necessária, geralmente menos rigoroso do que um EIA completo e muitas vezes tomando a forma de um Plano de Gestão Ambiental (PGA). | Sem lacunas assinaláveis |
| Gestão de Pragas | Angola tem um regulamento para a produção, importação, comércio e utilização de pesticidas aprovados 1965 durante a era colonial. Através deste regulamento, o Ministério da Agricultura tem um mandato para gerir pesticidas no país. | A política de Gestão de Pragas do Banco Mundial (PO 4.09) promove o uso de técnicas Gestão Integrada de Pragas que visam minimizar o uso de pesticidas sintéticos. Ela promove o uso seguro, manuseamento, armazenagem e eliminação de pesticidas químicos aprovado | O regulamento Angolano de gestão de pesticidas é antigo e pode não ser capaz de lidar com as necessidades da agricultura comercial em vigor. Pelo que se recomenda a aplicação dos padrões do Banco Mundial. |
| Reassentamento involuntário | <ul style="list-style-type: none"> • <i>A Constituição da República de Angola –o n.º do artigo 15 - reconhece às comunidades locais o acesso e o uso das terras, nos termos da lei sem prejuízo da possibilidade de expropriação por utilidade pública, mediante justa indemnização, nos termos da lei.</i> • <i>Lei de Terras, a Lei n. 9/04 - O Estado só pode expropriar terras se for utilizado para uma</i> | PO 4.12 requer o desenvolvimento de Plano de Reassentamento para abordar os impactos económicos e sociais resultantes de investimentos assistidos pelo Banco e que resultam da tomada involuntária de terras, resultando em (i) mudança ou perda de abrigo; (ii) perda de bens ou acesso a bens; ou (iii) perda de fontes de renda ou meios de subsistência, independentemente se as pessoas afectadas devem ou | Embora peças de legislação angolana abordem assuntos relacionados ao reassentamento, não foi identificada uma regulamentação específica sobre o reassentamento como resultado das actividades económicas. A política do Banco Mundial e Padrão de Desempenho GBM deve ser aplicada em caso de necessidade de reassentamento. O QPR fornece mais |



MINAGRIF/PDAC



| Aspecto | Leis de Angola | Exigência do Banco Mundial | Lacuna ou Conflito |
|-------------------------------|---|---|--|
| | <p>finalidade pública.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Lei de Ordenamento do Território e Urbanismo, a Lei n. 3/04, artigo 20 • <i>Direito Ambiental, Lei n.º. 5/98</i> – Assume que o desenvolvimento de qualquer infraestrutura que tem um impacto ambiental ou social deve incluir uma consulta prévia com a população afectada. | <p>não mudar para outro local; ou (B) a restrição involuntária de acesso a parques e áreas designadas legalmente protegidos, resultando em impactos adversos sobre meios de subsistência das pessoas deslocadas.</p> | <p>orientações sobre este assunto.</p> |
| Saúde e Segurança no Trabalho | <ul style="list-style-type: none"> • <i>Lei Geral do Trabalho (Lei 7/15)</i> – A nova lei aplica-se a todos os trabalhadores que prestam actividades remuneradas por conta de um empregador, no âmbito da organização e sob a autoridade e direcção deste, em empresas públicas, mistas, privadas, cooperativas, organizações sociais, organizações internacionais e nas representações diplomáticas e consulares existentes no território da República de Angola. | <p>O BM elaborou Manuais de Procedimentos de Revisão Ambiental e Social (ESRP) que definem as tarefas aprovadas pela administração da GBM para alcançar a conformidade do cliente com as Normas de Política e Desempenho sobre Sustentabilidade Ambiental e Social, Política de Acesso à Informação e Diretrizes de Saúde, Segurança e Meio Ambiente (EHS).</p> | <p>Pouco rigor na observância das normas sobre a SST (implementação e controlo quase inexistente; existência de poucos profissionais de SST e SST percebido como impedimento).</p> |
| Consultas Publicas | <p>Regulamento Geral de Avaliação de Impacte Ambiental e do Procedimento de Licenciamento (Decreto Presidencial 117/20 de 22 de Abril)</p> <p>Os projectos sujeitos à avaliação de impactos ambiental são obrigatoriamente sujeitos a consultas públicas promovidas pelo departamento ministerial do ambiente.</p> | <p>O processo de consulta deverá envolver :(i) consultas a grupos de interesse que exigem atenção especial (grupos focais), agencias nacionais, ONGs i (ii) reuniões abertas ao público nos municípios.</p> <p>As consultas deverão acontecer na fase de selecção do local do projecto, triagem do projecto, elaboração de documentos (PGAS).</p> | <p>Na legislação nacional as consultas públicas são feitas após a elaboração e análise do EIA, convocadas pelo órgão ministerial e organizadas pelo proponente. Os projectos que passam pela consulta pública são projectos industrias e de obras porque têm maior impacto</p> <p>O BM exige consulta pública para todos os subprojectos e são realizados pelo TSP's para cada subprojecto ou um conjunto de subprojectos no âmbito da elaboração do PGAS.</p> |



MINAGRIF/PDAC



| Aspecto | Leis de Angola | Exigência do Banco Mundial | Lacuna ou Conflito |
|----------------------------|--|--|---|
| Triagem Ambiental e Social | <p>Regulamento Geral de Avaliação de Impacte Ambiental e do Procedimento de Licenciamento (Decreto Presidencial 117/20 de 22 de Abril)</p> <p>Os projectos sujeitos à avaliação de impactos ambiental são sujeitos a triagem ambiental no portal de registo dos projectos SIA (Serviço Integrado de Avaliação) do Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente (MINAMB)</p> | <p>Banco Mundial realiza triagem ambiental de cada projecto proposto para determinar a extensão apropriada e tipo de avaliação ambiental exigido. A OP 4.01 do Banco sobre avaliação ambiental classifica o projecto proposto em uma das quatro categorias A, B, C e D, dependendo do tipo, localização, sensibilidade escala do projecto e da natureza e magnitude dos impactos ambientais previstos.</p> | <p>Não existem conflitos ou lacunas assinaláveis uma vez que o processo de triagem ambiental e social do Banco Mundial cumpre com os requisitos da legislação ambiental angolana para triagem e parecer ambiental dos subprojectos registados no portal do MINAMB</p> <p>O BM exige uma ficha de triagem ambiental e social que prevê a pré avaliação ambiental e social do subprojecto antes da elaboração do PGAS e das consultas públicas.</p> |



5. AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS

Neste capítulo são apresentados a metodologia e os critérios utilizados para determinar os potenciais impactos ambientais e sociais ligados à implementação do projecto. A avaliação ambiental e social fornece um procedimento formal para avaliar a importância dos impactos. Isto é feito tendo em conta as actividades do projecto e os elementos no meio receptor. O objectivo da análise de avaliação de impacto é identificar as interacções significativas que exigem medidas de mitigação possíveis para reduzir os impactos a níveis aceitáveis e em conformidade com as normas de desempenho ambiental e social.

A avaliação dos impactos ambientais e sociais envolveu as seguintes etapas:

- Descrição das actividades ao longo do projecto (construção e exploração);
- Descrição de atributos ambientais e sociais;
- Identificação de interacções ambientais e sociais do projecto;
- Previsão dos efeitos ambientais e sociais; e
- Descrição dos efeitos ambientais e sociais.

5.1. Metodologia de identificação e avaliação dos impactos ambientais e sociais

Definição dos impactos: “Um impacto é qualquer mudança ambiental, para melhor ou para pior, especialmente com efeitos no ar, na terra, na água, na biodiversidade e na saúde das pessoas, resultante de actividades humanas.” – Decreto Presidencial nº 117/20 de 22 de Abril.

A metodologia utilizada foi a **matriz de interação** que consiste em uma listagem de controle bidimensional onde são relacionados os aspectos e impactos ambientais. A eficiência desse método está na identificação dos impactos directos, ou seja, na alteração do meio que está directamente em contacto com a acção transformadora, visto a interação entre os factores ambientais e sociais e os elementos do projecto. Com isso, é possível conhecer os aspectos que proporcionam maior impacto e aqueles que afectam os factores ambientais e sociais mais relevantes.

5.2. Critérios utilizados para determinar a consequência do impacto

Os impactos podem ser de natureza positiva ou negativa. É negativo quando ocorre uma alteração indesejável no ambiente e positivo quando ocorre uma alteração desejável, ou seja, quando ocorre uma melhoria no ambiente. A significância de determinado impacto é definida como uma combinação entre a consequência do impacto que está a ocorrer e a probabilidade que o impacte venha a ocorrer. Os critérios usados para determinar a consequência do impacto são apresentados na tabela seguinte:

Tabela 13: Critérios usados para determinar a consequência do impacto

| Critério | Descrição |
|---------------------|--|
| Natureza do impacto | Os impactos são classificados como positivos , quando resultar em melhoria da qualidade ambiental e negativo , quando resultar em danos ou perturbação em algum componente ambiental; |
| Âmbito (A) | Os impactos são classificados como locais , quando incidem sobre o local do projecto; regionais quando incidem num raio de 1- 5 km do local do projecto, ou inter-regionais , num raio entre 5 km- 10 km da área do projecto. |
| Magnitude (M) | Indica a intensidade do impacto em face de um determinado factor ambiental ou área de |



| | |
|---------------------|---|
| | ocorrência, foi classificada como reduzida , moderada e elevada . |
| Probabilidade (P) | Indica a possibilidade de o evento ocorrer, foram determinados com base no conhecimento das características de cada uma das acções e de cada factor ambiental, permitindo classificar cada um dos impactos como baixa probabilidade , média probabilidade e alta probabilidade . |
| Duração (D) | Os impactos são considerados temporários no caso de se verificarem apenas durante um período curto (menos de 6 meses), média (entre 6 meses a 2 anos) e permanentes (períodos acima de 2 anos) |
| Reversibilidade (R) | Quando a alteração causada ao meio ambiente pode ser reversível por acções/intervenção, ou irreversível quando a alteração causada ao meio não pode ser revertida por acções/intervenção. |
| Significância (S) | A significância de determinado impacto é definida como uma combinação entre a consequência do impacto que está a ocorrer e a probabilidade que o impacto venha a ocorrer. |
| Hierarquização (H) | Corresponde a prioridade de acção dos prováveis impactos do projecto e está directamente relacionada ao <i>grau de impacto</i> , para o grau de impacto fraco foi estabelecido como impacto de prioridade 1 , para o grau de impacto moderado, impacto de prioridade 2 e para o grau de impacto forte, impacto de prioridade 3 . |

5.3. Classificação dos impactos

Segue na tabela abaixo a classificação dos impactos ambientais e sociais utilizadas na elaboração do presente PGAS.

Tabela 14: Classificação dos impactos

| Classificação | Definição de Classificação | Pontuação |
|--------------------------------|--|-----------|
| Local | Confinado à área do projecto ou do estudo ou a uma parte dessa área | 1 |
| Regional | As consequências do impacto atingem um raio de 1-5 km do local do projecto | 2 |
| Inter-regional | As consequências do impacto atingem um raio de 5-10 km do local do projecto | 3 |
| Intensidade | | |
| Baixa | As funções e processos naturais e/ou sociais são alterados de forma ínfima. | 1 |
| Média | As funções e processos naturais e/ou sociais continuam, embora de forma alterada | 2 |
| Elevada | As funções e processos naturais e/ou sociais são gravemente alterados. | 3 |
| Duração | | |
| Curto prazo | Até 6 meses. | 1 |
| Médio prazo | 6 meses a 2 anos. | 2 |
| Longo prazo | Mais de 2 anos. | 3 |
| Probabilidade | | |
| Baixa | <40% de probabilidade de ocorrer | 1 |
| Média | Entre 40% - 70% de probabilidade de ocorrer | 2 |
| Alta | >70%-90% de probabilidade de ocorrer | 3 |
| Reversibilidade | | |
| Reversível | As medidas de mitigação são capazes de reverter as acções dos impactos | 1 |
| Irreversível | As medidas de mitigação não são capazes de reverter as acções dos impactos | 2 |
| Significância (D+R+M+A) | | |
| Pouco significativo | Quando as consequências do impacto são pouco significativas | 4-14 |
| Significativo | Quando as consequências do impacto são significativas | 15-28 |
| Muito significativo | Quando as consequências do impacto são muito significativas | 29-42 |
| Grau de impacto (S x P) | | |
| Fraco | Quando o impacto tem baixa probabilidade de ocorrência e é pouco significativo | 4-14 |
| Moderado | Quando o impacto tem média probabilidade de ocorrência e é significativo | 15-28 |
| Forte | Quando o impacto tem alta probabilidade de ocorrência e muito significativo | 29-42 |
| Hierarquização | | |
| Prioridade 1 | As acções de mitigação dos impactos é de prioridade 1 | 4-14 |
| Prioridade 2 | As acções de mitigação dos impactos é de prioridade 2 | 15-28 |
| Prioridade 3 | As acções de mitigação dos impactos é de prioridade 3 | 29-42 |



MINAGRIF/PDAC



5.3.1. Fase de Construção

Tabela 15: Identificação e avaliação dos impactos ambientais e sociais

| Aspecto ambiental/Social | Fase do subprojecto | Causas/ Actividades | Impacto | Avaliação | | | | | | | | |
|--------------------------|---------------------|--|---|-----------|-------|----------|-------|------------|------------|---------------|----------|--------------|
| | | | | N | A | M | P | D | R | S | GI | H |
| Gestão de resíduos | Construção | Má gestão de resíduos perigosos (resíduos de construção, os recipientes dos pesticidas, pesticidas obsoletos e as respectivas embalagens, produtos de limpeza. Limpeza do terreno para preparação de parcelas agrícolas. Manutenção das máquinas | Contaminação do solo e da água e degradação da paisagem Compactação do solo, supressão de vegetação, e risco de erosão | Negativa | Local | Reduzida | Baixa | Média | Reversível | Significativo | Moderado | Prioridade 2 |
| Ruido | Construção | Geração de ruídos devido o funcionamento dos equipamentos, quer para o cultivo da terra ou para o processamento Construção de infra- estruturas físicas | Emissões de ruído terá um impacto sobre a biodiversidade sensível ao ruído, como pássaros e outros Emissões de ruído terá um impacto sobre a biodiversidade sensível ao ruído, como pássaros e outros; - Qualidade de vida degradada nas zonas circunvizinhas aos projecto | Negativa | Local | Reduzida | Baixa | Temporária | Reversível | Significativo | Moderado | Prioridade 2 |
| Qualidade do ar | Construção | As emissões de poeira resultante da preparação de terras de agricultura durante a época seca. Emissões de (CO ₂ , SO ₂ , NO _x e PM) resultantes da queima de combustível fóssil nos equipamentos; Emissões de gases de combustão provenientes dos fumos dos geradores de energia a diesel | Emissão de gases e poeiras que poderão causar doenças respiratórias nas zonas circunvizinhas aos projectos. O seu uso sequencial poderá dar origem à doenças oftalmológicas como a conjuntivite as comunidades mais próximas . | Negativo | Local | Reduzida | Baixa | Temporária | Reversível | Pouco | Moderado | Prioridade 2 |



MINAGRIF/PDAC



| Aspecto ambiental/Social | Fase do subprojecto | Causas/ Actividades | Impacto | Avaliação | | | | | | | | |
|--------------------------|---------------------|--|---|-----------|-------|----------|-------|------------|------------|-------|----------|--------------|
| | | | | N | A | M | P | D | R | S | GI | H |
| Qualidade da água | Construção | <p>Má gestão de recursos hídricos</p> <p>Afectar a qualidade dos recursos hídricos</p> <p>Contaminação de corrente de derrames acidentais associados à manutenção de máquinas/equipamento</p> <p>Cargas de resíduos não controladas produzidos durante a obra e por gestão inadequada de resíduos.</p> <p>Arrastamento de sedimentos pelas chuvas devido à movimentação de máquinas e equipamentos,</p> <p>Contaminação decorrente de derrames acidentais associados à manutenção de máquinas/equipamento e de cargas de resíduos não controladas produzidos durante a obra e por gestão inadequada de resíduos</p> <p>os trabalhos associados poderão afectar a qualidade dos recursos hídricos na envolvente, devido as seguintes actividades: arrastamento de sedimentos pelas chuvas devido a movimentação de máquinas e equipamentos, contaminação decorrente de derrames acidentais associados a manutenção de máquinas/equipamentos e descargas de resíduos não controlados produzidos durante a obra e por gestão inadequada de resíduos</p> | <p>Stress sobre os recursos hídricos</p> <p>Contaminação da fonte d'água</p> <p>A irrigação pode reduzir a capacidade de armazenamento e escoamento do fluxo dos lagos e reservatórios</p> <p>A potencial degradação a qualidade da água</p> <p>Potencial degradação da água das represas</p> | Negativo | Local | Reduzida | Baixa | Temporária | Reversível | Pouco | Moderado | Prioridade 2 |
| Degradação da paisagem | Construção | Gestão de recursos hídricos | Pressão sobre os recursos hídricos | Negativo | Local | Moderado | Baixo | Temporário | Reversível | Pouco | Moderado | Prioridade 2 |



MINAGRIF/PDAC



| Aspecto ambiental/Social | Fase do subprojecto | Causas/ Actividades | Impacto | Avaliação | | | | | | | | |
|---|---------------------|---|---|-----------|-------|----------|-------|------------|------------|---------------|----------|--------------|
| | | | | N | A | M | P | D | R | S | GI | H |
| Qualidade do solo | Construção | Limpeza do terreno para preparação de parcelas agrícolas. Preparação das parcelas agrícolas e Compactação do solo Manutenção de máquinas | Compactação do solo, supressão de vegetação, e risco de erosão Reduz a qualidade do solo reduzindo a taxa de infiltração e as características do solo. Contaminação dos solos | Negativo | Local | Reduzida | Baixo | Temporário | Reversível | Significativo | Moderado | Prioridade 2 |
| Saúde e segurança Ocupacional | Construção | Manuseio de máquinas e substâncias químicas perigosas mães contratadas nos períodos de maior trabalho (eventuais) levam consigo os bebés e crianças pequenas | Riscos de acidentes no local de trabalho durante as obras como quedas de pessoas e objectos cortantes. Risco de contrair doenças por parte das crianças | Negativo | Local | Moderada | Baixa | Temporária | Reversível | Significativo | Moderado | Prioridade 1 |
| Desequilíbrio de gênero no acesso ao trabalho | Construção | Desigualdade e falta de equidade no tratamento da questão de género | Potencial de aumento de casos de violência baseada no género ou outra forma de desigualdade de género um dos grandes motivos é o ciúme, muitos maridos não permitem que as mulheres trabalhem por causa de terminarem o trabalho no fim do dia. | Negativo | Local | Moderada | Baixa | Temporária | Reversível | Significativo | Moderado | Prioridade 2 |
| Saúde e Segurança Pública | Construção | Propagação do vírus da Covid 19 | Aumento da incidência da doença com o não observância das medidas de boi segurança. | Negativo | Local | Moderada | Baixa | Temporária | Reversível | Significativo | Moderado | Prioridade 2 |
| Trabalho infantil | Construção | Trabalho infantil, ganancia do fazendeiro por lucro crianças fora do sistema de ensino, hábito cultural em levar as crianças a ajudar nas actividades produtivas familiares. | Exacerbação da pobreza e crescente número de crianças sem escolaridade Aumento do numero de casos de doenças ocupacionais e redução da idade de expectativa de vida. | Negativo | Local | Moderado | Baixa | Temporária | Reversível | Significativo | Moderado | Prioridade 2 |



MINAGRIF/PDAC



| Aspecto ambiental/Social | Fase do subprojecto | Causas/ Actividades | Impacto | Avaliação | | | | | | | | |
|---|---------------------|---|---|-----------|-------|----------|-------|------------|------------|---------------|----------|--------------|
| | | | | N | A | M | P | D | R | S | GI | H |
| Desequilíbrio de género no acesso ao trabalho | Construção | Desequilíbrio de género no acesso ao trabalho devido as razões culturais, falta de acesso à informação, priorização de um género nas oportunidades, riscos de baixar a produtividade quando empregar o sexo feminino | Desigualdade de oportunidades entre géneros; Marginalização da mulher e pagamentos baixos e pagamentos baixos ao género feminino. | Negativo | Local | Moderada | Baixa | Temporária | Reversível | Significativo | Moderado | Prioridade 2 |
| Conflitos culturais, transmissão de doenças sexuais | Construção | Assédio sexual, transmissão de doenças sexuais devido a trabalhadores contratados que vivem em casas perto das comunidades por longos períodos Exploração e abuso social Trabalhadores rurais que vivem longe das suas famílias | Alta taxa de doenças de transmissão sexual Conflitos culturais com os trabalhadores expatriados ou trabalhadores vindos de outras partes do país Degradação dos valores morais locais, | Negativo | Local | Moderada | Baixa | Temporária | Reversível | Significativo | Moderado | Prioridade 2 |
| Conflitos culturais, EAS/AS | Construção | O assédio sexual, transmissão de doenças sexuais devido ao envolvimento sexual entre trabalhadores contratados que vivem longe de suas famílias e membros da comunidade local | Alta taxa de doenças de transmissão sexual Conflitos culturais com os trabalhadores expatriados ou trabalhadores vindos de outras partes do país Degradação dos valores morais locais Danos psicológicos (e físicos) na vítima. aumento de casos de DTS, gravidezes indesejadas. | Negativo | Local | Moderada | Baixa | Temporária | Reversível | Significativo | Moderado | Prioridade 2 |
| Contratação da Mão de Obra | Construção | Cargas horárias excessivas Salários baixos ou insuficientes Cargas horárias excessivas e perpetuação do ciclo de pobreza para trabalhadores (que também pode levar ao trabalho infantil) Contratação de mão de obra permanente | Fadiga do trabalhador, provocando maior número de lesões e doenças Perpetuação do ciclo de pobreza para trabalhadores (que também pode levar ao trabalho infantil) Falta de protecção social dentro da fazenda | Negativo | Local | Moderada | Baixa | Temporária | Reversível | Significativo | Moderado | Prioridade 2 |
| Trabalho Forçado | Construção | Inexistência de condições adequadas de alimentação, abrigo, educação e saúde Pobreza extrema Salários precários e sem contrato de trabalho | Humilhação, dependência dos outros e ter de aceitar rispidez, insultos e indiferença no trabalho Degradação dos valores morais locais Aumento de taxa de doenças Redução de expectativa de vida | Negativo | Local | Moderada | Baixa | Temporária | Reversível | Significativo | Moderado | Prioridade 2 |



MINAGRIF/PDAC



| Aspecto ambiental/Social | Fase do subprojecto | Causas/ Actividades | Impacto | Avaliação | | | | | | | | |
|-----------------------------|---------------------|--|---|-----------|----------|-------|----------|-------|------------|------------|---------------|----------|
| | | | | N | A | M | P | D | R | S | GI | H |
| Condições de habitabilidade | Construção | A falta de condições mínimas uma cama e um espaço condigno para os trabalhadores se acomodar. Colocação de portas e janelas nas residências sem redes anti mosquito. Construção de residências de separação para homens ou mulheres. | risco trazer problemas ergonómicos como dores lombares malária e assédio sexual nas acomodações | | Negativo | Local | Moderada | Baixa | Temporária | Reversível | Significativo | Moderado |

Legenda: N-Natureza; A-Âmbito; M-Magnitude; P-Probabilidade; D-Duração; R-Reversibilidade; S-Significância; GI-Grau de Impacto; H-Hierarquização



MINAGRIF/PDAC



5.3.2. Fase de Operação

Tabela 16: Identificação e avaliação dos impactos ambientais e sociais fase de operação

| Aspecto ambiental/Social | Fase do Projecto | Causas/ Actividades | Impacto | Avaliação | | | | | | | | |
|--------------------------|------------------|---|--|-----------|----------|----------|-------|-------|------------|---------------|----------|--------------|
| | | | | N | A | M | P | D | R | S | GI | H |
| Qualidade do solo | Operação | Uso excessivo de herbicidas / pesticidas Manutenção de máquinas Preparação das parcelas agrícolas | Redução e/ou eliminação da biodiversidade; Poluição atmosférica Compactação do solo Degradação da qualidade do solo | Negativa | Regional | Moderada | Média | Média | Reversível | Significativo | Moderado | Prioridade 2 |



MINAGRIF/PDAC



| Aspecto ambiental/Social | Fase do Projecto | Causas/ Actividades | Impacto | Avaliação | | | | | | | | |
|--------------------------|------------------|---|--|-----------|----------|----------|-------|-------|------------|---------------|----------|--------------|
| | | | | N | A | M | P | D | R | S | GI | H |
| Qualidade da água | Operação | <p>Má gestão de recursos hídricos</p> <p>Emissões de poeira durante a preparação de terras agrícolas durante a época seca;</p> <p>Poeiras (partículas) suspensas em águas superficiais que podem transportar poluentes como pesticidas, nutrientes, e traços de metais; Técnicas de cultivo inapropriadas.</p> <p>Poluição das águas superficiais e subterrâneas derivadas do azoto proveniente de fertilizantes, estrumes, pesticidas e emissões de poeiras; Assoreamento de cursos de água devido a sedimentos soltos em terras cultivadas</p> <p>I) Emissões de poeira durante a preparação de terras agrícolas durante a época seca. Poeiras (partículas) suspensas em águas superficiais que podem transportar poluentes como pesticidas, nutrientes, e traços de metais; ii) Técnicas de cultivo inapropriados.</p> | <p>Stress sobre os recursos hídricos</p> <p>Contaminação da água</p> <p>A irrigação pode reduzir a capacidade de armazenamento e escoamento do fluxo dos lagos e reservatórios</p> <p>Poluição das águas superficiais e subterrâneas derivadas do azoto proveniente de fertilizantes, estrumes, pesticidas e emissões de poeiras; Assoreamento de cursos de água devido a sedimentos soltos em terra cultivadas.</p> | Negativa | Regional | Moderada | Média | Média | Reversível | Significativo | Moderado | Prioridade 2 |



MINAGRIF/PDAC



| Aspecto ambiental/Social | Fase do Projecto | Causas/ Actividades | Impacto | Avaliação | | | | | | | | |
|-----------------------------------|------------------|--|--|-----------|----------|----------|-------|------------|------------|---------------|----------|--------------|
| | | | | N | A | M | P | D | R | S | GI | H |
| Habitat e vida selvagem terrestre | Operação | Supressão da vegetação por causa da preparação das parcelas agrícolas Geração de ruídos e poeiras devido o funcionamento dos equipamentos sem manutenção, quer para o cultivo da terra ou para o processamento | Pressão sobre os recursos hídricos Emissões de ruído terá um impacto sobre a biodiversidade sensível ao ruído, como pássaros e outros; Qualidade de vida degradada nas zonas circunvizinhas aos projectos | Negativa | Regional | Moderada | Média | Média | Reversível | Significativo | Moderado | Prioridade 2 |
| Gestão de Resíduos | Operação | Manutenção de máquinas Deficiente gestão de Resíduos agrícolas Má gestão de resíduos perigosos como recipientes de pesticidas produtos de limpeza. | Poluição atmosférica Exposição a produtos tóxicos Contaminação do solo e da água e degradação da paisagem | Negativa | Local | Reduzida | Média | Média | Reversível | Significativo | Moderado | Prioridade 2 |
| Ruído | Operação | Geração de ruídos devido o funcionamento dos equipamentos sem manutenção, quer para o cultivo da terra ou para o processamento | Emissões de ruído terá um impacto sobre a biodiversidade sensível ao ruído, como pássaros e outros Qualidade do ar trazendo doenças respiratórias nas zonas circunvizinhas aos projectos. | Negativa | Local | Reduzida | Baixa | Temporária | Reversível | Significativo | Moderado | Prioridade 2 |
| Qualidade do ar | Operação | Manutenção de máquinas As emissões de poeira resultante da preparação de terras de agricultura durante a época seca. Emissões de (CO2, SO2, NOx e PM) resultantes da queima de combustível fóssil nos equipamentos; Emissões de gases de combustão provenientes dos fumos dos geradores de energia a diesel | Geração de resíduos sólidos (perigosos e não perigosos) trazem um cheiro forte que pode causar incomodo aos trabalhadores O uso de equipamentos em manutenção pode dar origem à degradação da do ar causando fumo | Negativo | Local | Moderada | Baixa | Temporário | Reversível | Pouco | Moderado | Prioridade 2 |



MINAGRIF/PDAC



| Aspecto ambiental/Social | Fase do Projecto | Causas/ Actividades | Impacto | Avaliação | | | | | | | | |
|---|------------------|--|---|-----------|-------|----------|-------|------------|------------|---------------|----------|--------------|
| | | | | N | A | M | P | D | R | S | GI | H |
| Saúde e segurança Ocupacional | Operação | Perigos operacionais em local de trabalho Manuseio de máquinas e substâncias químicas perigosas Mães contratadas nos períodos de maior trabalho (eventuais) levam consigo os bebés e crianças pequenas | Pode causar entorses, luxações e fracturas Riscos de acidentes no local de trabalho como queimaduras, alergias aos insecticida entre outros Risco de contrair doenças por parte das crianças | Negativo | Local | Moderado | Baixo | Temporário | Reversível | Significativo | Moderado | Prioridade |
| Elevado fluxo de pessoas em áreas do projecto | Operação | Aumento de trabalhadores eventuais na fazenda | Aumento na incidência de doenças sexualmente transmissíveis (DST's) incluindo o vírus da imunodeficiência humana (HIV) e síndrome da imunodeficiência adquirida (SIDA) Aumento da criminalidade (com incidências aos casos de violência); Degradação das condições de abastecimento de água e saneamento básico; Aumento da caça ilegal. | Negativa | Local | Moderada | Baixa | Temporária | Reversível | Significativo | Moderado | Prioridade 2 |
| Saúde e Segurança Pública | Operação | Propagação do vírus da Covid 19 | Aumento da incidência da doença a falta do cumprimento das medidas de bio segurança. | Negativo | Local | Moderada | Baixa | Temporária | Reversível | Significativo | Moderado | Prioridade 2 |



MINAGRIF/PDAC



| Aspecto ambiental/Social | Fase do Projecto | Causas/ Actividades | Impacto | Avaliação | | | | | | | | |
|---|------------------|--|--|-----------|-------|----------|-------|------------|------------|---------------|----------|--------------|
| | | | | N | A | M | P | D | R | S | GI | H |
| Trabalho infantil | Operação | Trabalho infantil, ganancia do fazendeiro por lucro Crianças fora do sistema de ensino, hábito cultural em levar as crianças a ajudar nas actividades produtivas familiares. | Exacerbação da pobreza e crescente número de crianças sem escolaridade | Negativo | Local | Moderado | Baixa | Temporária | Reversível | Significativo | Moderado | Prioridade 2 |
| Desequilíbrio de género no acesso ao trabalho | Operação | Desigualdade e falta de equidade no tratamento da questão de género Desequilíbrio de género no acesso ao trabalho devido as: <ul style="list-style-type: none"> Razões culturais Falta de acesso à informação Priorização de um género nas oportunidades Riscos de baixar a produtividade quando empegar o sexo feminino | Potencial de aumento de casos de violência baseada no género ou outra forma de desigualdade de género no momento da sacha em que o trabalho é efectuado por mulheres na sua maioria e este termina muitas vezes ao calar do dia. Desigualdade de oportunidades entre géneros; Marginalização da mulher e pagamentos baixos e pagamentos baixos ao género feminino. | Negativo | Local | Moderada | Baixa | Temporária | Reversível | Significativo | Moderado | Prioridade 2 |
| Conflitos culturais, assédio sexual, transmissão de doenças sexuais | Operação | Conflitos culturais Assédio sexual, transmissão de doenças sexuais devido a trabalhadores contratados que vivem em casas perto das comunidades por longos períodos Exploração e abuso social Trabalhadores rurais que vivem longe das suas famílias | Alta taxa de doenças de transmissão sexual Conflitos culturais com os trabalhadores expatriados ou trabalhadores vindos de outras partes do país Degradação dos valores morais locais, danos psicológicos (e físicos) na vítima. aumento de casos de DTS, gravidezes indesejadas. | Negativo | Local | Moderada | Baixa | Temporária | Reversível | Significativo | Moderado | Prioridade 2 |



MINAGRIF/PDAC



| Aspecto ambiental/Social | Fase do Projecto | Causas/ Actividades | Impacto | Avaliação | | | | | | | | |
|-----------------------------|------------------|---|---|-----------|-------|----------|-------|------------|------------|---------------|----------|--------------|
| | | | | N | A | M | P | D | R | S | GI | H |
| Contratação da Mão de Obra | Operação | Cargas horárias excessivas Salários baixos ou insuficientes Cargas horárias excessivas e perpetuação do ciclo de pobreza para trabalhadores (que também pode levar ao trabalho infantil) Contratação de mão de obra permanente Contratação de mulheres com crianças ao colo | Fadiga do trabalhador, provocando maior número de lesões e doenças Perpetuação do ciclo de pobreza para trabalhadores (que também pode levar ao trabalho infantil) Falta de protecção social dentro da fazenda As mães são obrigadas a levar outros filhos para cuidar dos mais pequenos | Negativo | Local | Moderada | Baixa | Temporária | Reversível | Significativo | Moderado | Prioridade 2 |
| Trabalho Forçado | Operação | Inexistência de condições adequadas de alimentação, abrigo, educação e saúde Pobreza extrema Salários precários e sem contrato de trabalho | Humilhação, dependência dos outros e ter de aceitar rispidez, insultos e indiferença no trabalho Degradação dos valores morais locais Aumento de taxa de doenças Redução de expectativa de vida | Negativo | Local | Moderada | Baixa | Temporária | Reversível | Significativo | Moderado | Prioridade 2 |
| Condições de habitabilidade | Operação | A falta de condições mínimas uma cama e um espaço condigno para os trabalhadores se acomodar. Colocação de portas e janelas nas residências sem redes anti mosquito. Construção de residências de separação para homens ou mulheres. | risco trazer problemas ergonómicos como dores lombares malária e assédio sexual nas acomodações | Negativo | Local | Moderada | Baixa | Temporária | Reversível | Significativo | Moderado | Prioridade 2 |

Legenda: N-Natureza; A-Âmbito; M-Magnitude; P-Probabilidade; D-Duração; R-Reversibilidade; S-Significância; GI-Grau de Impacto; H-Hierarquização



MINAGRIF/PDAC



6. MEDIDAS DE MITIGAÇÃO PROPOSTA

Na tabela a seguir são enumeradas algumas medidas de mitigação para os principais impactos identificados, bem como as responsabilidades do proponente e do TSP.

Tabela 17: Medidas de mitigação propostas

| Aspecto ambiental | Impactos | Medidas | Responsabilidades |
|-------------------|--|---|-------------------------------------|
| Qualidade do solo | <p>Uso incorreto de produtos químicos agrícolas; Gestão incorreta de substâncias perigosas, incluindo óleo contaminado; Emissões de poeiras durante a preparação de terras agrícolas durante a época seca. Sedimentos pode se tornar num poluente significativo dependendo das suas propriedades físicas e químicas. Técnicas de cultivo inapropriadas. e podem transportar poluentes como pesticidas, nutrientes, e traços de metais. Compactação do solo</p> | <p>Acompanhamento do plano integrado de controle de pragas ou controle biológico; Redução dos níveis de adubos; Adubos verdes (sideração); capacitação dos trabalhadores para o uso adequado de defensivos agrícolas; Uso de equipamentos apropriados para protecção das condições meteorológicas (vento e chuvas). Escolher o tempo certo para aplicação de fertilizantes para maximizar a absorção e minimizar o escoamento de nutrientes ou volatilização.</p> | Proponente com apoio técnico do TSP |
| Qualidade da água | <p>Uso incorreto de produtos químicos agrícolas; Gestão incorreta de substâncias perigosas, incluindo óleo contaminado; Emissões de poeiras durante a preparação de terras agrícolas durante a época seca. Poeiras (partículas) suspensas em águas superficiais que podem transportar poluentes como pesticidas, nutrientes, e traços de metais. Sedimentos pode se tornar num poluente significativo dependendo das suas propriedades físicas e químicas. Técnicas de cultivo inapropriadas. e podem transportar poluentes como pesticidas, nutrientes, e traços de metais.</p> | <p>Evitar a irrigação excessiva porque pode resultar na lixiviação de nutrientes e contaminantes. Assegurar a humidade do solo apropriado por um controlo activo da humidade do solo Plantar produtos certos na época certa</p> <p>Implementar a irrigação por gotejamento Reduzir a evaporação evitando a irrigação durante os períodos em que a evaporação é elevada (em períodos de temperaturas mais altas, humidade reduzida ou ventos fortes); Certificar que são a ser aplicados os herbicidas na época apropriada do ano para controlar de forma mais eficaz a vegetação indesejável e reduzir o consumo de água; Correcta gestão de substâncias perigosas e acompanhamento das Diretrizes Gerais de EHS do WBG para a produção de safras anuais. Adoptar técnicas de conservação de água, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Rotação de culturas • Adubação verde | Proponente com apoio técnico do TSP |



MINAGRIF/PDAC



| Aspecto ambiental | Impactos | Medidas | Responsabilidades |
|------------------------|--|---|-------------------------------------|
| | | <ul style="list-style-type: none"> • Plantio direto • Plantio em níveis • Período de pousio | |
| Qualidade do ar | <p>Redução e/ou eliminação da biodiversidade</p> <p>Exposição a produtos tóxicos⁷</p> <p>Poluição atmosférica</p> | <p>Aplicar técnicas sustentáveis de cultivo que favoreçam a matéria orgânica (rotação, sementeira directa)</p> <p>Aplicar técnicas sustentáveis de cultivo que favoreçam a matéria orgânica (rotação, sementeira directa)</p> <p>Realizar formações/capacitações dos trabalhadores sobre o uso de fertilizantes no solo.</p> <p>Acções de reutilização e redução de resíduos (conforme o plano de gestão de resíduos).</p> <p>Manuseamento adequado de resíduos e embalagens (de pesticidas, fertilizantes, plásticos e outros) não deverão ser queimados, estes devem ser armazenados em locais apropriados e devidamente descartados. (acções de capacitação).</p> <p>Cultura de separação dos resíduos perigosos e não perigosos</p> <p>Evitar a selecção de áreas com elevados valores de biodiversidade, tais como habitats críticos ou naturais, zonas com altos valores de conservação.</p> <p>Capacitação do uso de equipamentos apropriados para protecção das condições meteorológicas (vento e chuvas).</p> <p>Cultura de separação dos resíduos perigosos e não perigosos</p> <p>Manuseamento adequado de resíduos e embalagens (de pesticidas, fertilizantes, plásticos e outros) não deverão ser queimados, estes devem ser armazenados em locais apropriados e devidamente descartados. (acções de capacitação).</p> | Proponente com apoio técnico do TSP |
| Degradação da paisagem | <p>Má disposição de resíduos na fazenda</p> <p>Uso excessivo de pesticidas</p> <p>Retirada excessiva de solo para as obras</p> <p>Geração de resíduos sólidos (resíduos não perigosos, e resíduos perigosos)</p> | <p>Seguir minuciosamente o plano integrado de controle de pragas ou controle biológico; Redução dos níveis de adubos; Adubos verdes (sideração);</p> <p>capacitação dos trabalhadores sobre o uso adequado de defensivos agrícolas;</p> | Proponente com o técnico do TSP |

⁷Fonte: https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/topics_ext_content/ifc_external_corporate_site/sustainability-at-ifc/publications/publications_policy_ehs_annual_crop_production



MINAGRIF/PDAC



| Aspecto ambiental | Impactos | Medidas | Responsabilidades |
|---|--|---|---|
| Habitat e vida terrestre | Supressão de vegetação, e risco de erosão e assoreamento de corpos d'água próximos ao site Erosão e assoreamento de corpos de água locais | Estabelecer e respeitar recessos e zonas-tampão em áreas ribeirinhas | Proponente |
| Gestão de resíduos | Geração de resíduos sólidos (resíduos não perigosos, e resíduos perigosos) | Assegurar que todas as embalagens de pesticidas e herbicidas são recolhidas do campo após o seu uso, e que estão devidamente armazenados até o descarte final; - Não queimar embalagens, plásticos, ou outros resíduos sólidos; - Descartar os resíduos em locais apropriados para a sua eliminação ou reciclagem (conforme o plano de gestão de resíduos). | Proponente |
| Saúde e Segurança ocupacional | Acidentes de trabalho; Riscos operacionais e no local de trabalho Risco de impactar a saúde dos operários e comunidades locais durante a operação do projecto | Usar vestuário de protecção apropriado, tais como: camisa de mangas compridas, calças compridas, chapéu, luvas e botas; - Manter no local material para prestar os primeiros socorros (incluindo, por exemplo, soro antiveneno) e pessoal treinado deve estar disponível, assim como procedimentos para a evacuação de emergência (conforme os planos em anexo) Implementação de um Plano de Higiene, Saúde e Segurança Ocupacional (PHSST); Garantir o abastecimento de água adequado para responder aos consumos efectivos dos trabalhadores Realizar palestras informativas e encontrar soluções que a fazenda irá promover para ajudar a acomodar algumas condições que assegurem a sua segurança. Algumas palestras também devem ser dirigidas ao gestor dos PN. | Proponente |
| Elevado fluxo de pessoas em áreas do subprojecto | Aumento na incidência de doenças sexualmente transmissíveis (DST's) incluindo o vírus da imunodeficiência humana (HIV) e síndrome da imunodeficiência adquirida (SIDA) Aumento da criminalidade (com incidências aos casos de violência); Degradação das condições de abastecimento de água e saneamento básico; Aumento da caça e queimadas ilegais Casos de EAS/AS | Priorizar os trabalhadores locais nas oportunidades de emprego existentes; Programas de consciencialização de prevenção contra todo tipo de violência, conservação da fauna e da flora, e prevenção das DTS e DT. Código de conduta assinados pelos trabalhadores/prestadores de serviço; palestras informativas sobre EAS/AS junto dos trabalhadores, prestadores e comunidade envolvente". | proponente |
| Conflitos culturais, assédio sexual, transmissão de doenças sexuais | Risco de desemprego no seio dos trabalhadores eventuais Riscos de assédio sexual ou outras formas de violência | Sensibilizar os trabalhadores e as comunidades a melhorar os sistemas tradicionais de agricultura com agricultura melhor adaptada ao clima e solo e mais produtiva, com sistemas de irrigação eficiente | Proponente, Administração Local com o apoio da BRLI-Sirius Proponente e TSP da BRLI- |



MINAGRIF/PDAC



| Aspecto ambiental | Impactos | Medidas | Responsabilidades |
|---|---|---|-------------------|
| | baseada no género dentro da fazenda; Aumento na incidência de doenças sexualmente transmissíveis (DST's), incluindo Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA), | Construção de pequenos espaços separados (homens e mulheres) com material local e com mínima comodidade, para albergar os trabalhadores durante os períodos de descanso. Sensibilização dos trabalhadores sobre os hábitos culturais locais, os valores morais e doenças transmissíveis sexualmente; assédio sexual; Sensibilização sobre as medidas disciplinares claras para situações de assédio sexual subscrição do Código de Conduta | SIRIUS |
| Desequilíbrio de género no acesso ao trabalho | Potencial de aumento de casos de violência baseada no género ou outra forma de desigualdade de género. Exploração e Abuso Sexual e Abuso Sexual | Promover igualdade de oportunidades para ambos sexos; - Mesmos salários e benefícios para trabalho e posição semelhante; - Igualdade de oportunidade no acesso ao trabalho; Supervisão dos contratos das pessoas que trabalham na fazenda de forma a garantir o cumprimento das normas trabalhistas estabelecidas na lei geral de trabalho e nas normas de OIT (Organização Internacional de Trabalho) e previstos no plano de Negócio. Divulgação de um MSGR com abordagens sensíveis aos casos de EAS/AS junto dos trabalhadores e outras partes afectadas pelo projecto; Acções de formação e sensibilização de combate a EAS/AS e VBG; Subscrição do Código de Conduta do PDAC por todos os colaboradores como uma das medidas de mitigação de riscos sociais e casos EAS/AS; A implementação do MSGR desenvolvido pelo PDAC, disponível internamente para os trabalhadores e para as comunidades envolventes como medida mitigadora de vários riscos mencionados; A implementação do MSGR deve ser acompanhada de reuniões informativas (junto dos trabalhadores e nas comunidades) sobre boas praticas na conduta dos trabalhadores e na relação com as comunidades e sobre a disponibilidade do MSGR com protocolo específico para o encaminhamento de casos EAS/AS. | Proponente |
| Contratação da mão de obra | Contratação de mães com crianças ao colo Trabalho e Exploração infantil e evasão escolar Perigo de contaminação química Admissão de trabalhadores efectivos sem a celebração de um contrato de trabalho sem respeitar o salário mínimo estabelecido por lei. | Sensibilização a aderência a escola Existência de local de acomodação e de descanso para as crianças poderem ficar Sensibilização a não levar as crianças aos campos de cultivo abordar durante as formações/palestras com os trabalhadores: bem-estar das crianças, cuidados básicos a ter com as crianças nos períodos laborais (ex.: protegê-las do sol e de riscos específicos nos locais de trabalho, no contacto com animais, etc.) e assegurar o uso de água potável com as crianças durante o horário de trabalho | proponente |



MINAGRIF/PDAC



| Aspecto ambiental | Impactos | Medidas | Responsabilidades |
|-----------------------------|---|---|-------------------|
| | | Celebração de contratos de trabalho por escrito Inscrição dos trabalhadores na segurança social Pagamento do salário mínimo nacional | |
| Condições de habitabilidade | A falta de condições mínimas uma cama e um espaço condigno para os trabalhadores se acomodar pode trazer problemas ergonómicos como dores lombares As portas e janelas deverão ter redes anti mosquito para evitar a propagação da malária Assédio sexual nas acomodações | As acomodações devem ter portas e janelas, um colchão e um tecto sem infiltração A colocação de redes nas janelas evita a propagação de doenças como a malária As acomodações devem ser separadas por género da mesma forma as casas de banho | Proponente |
| Trabalho Precário | Conflitos entre trabalhadores e empregador, bem como uma baixa produtividade da fazenda. | Cumprimento da Lei Geral do Trabalho na contratação dos trabalhadores e inscrição na segurança social. | Proponente |

Os relatórios de visitas de constatação devem indicar o cumprimento das normas ambientais e especificações no subprojecto a ser supervisionado pelos TSP e a UIP, juntamente com as penalidades para que se evite o não cumprimento por parte dos proponentes, empreiteiros ou trabalhadores. A supervisão ambiental e social requer o cumprimento das especificações do deste PGAS por parte do proponente ou do seu supervisor ambiental designado. Os empreiteiros também são obrigados a cumprir com os regulamentos nacionais e municipais que regem o meio ambiente, saúde e segurança pública.



MINAGRIF/PDAC



7. PROGRAMAS DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL

Esta secção inclui os programas de gestão definidos para o presente subprojecto, nomeadamente:

- Plano de Gestão de Resíduos e Efluentes;
- Plano de Higiene, Saúde e Segurança Ocupacional;
- Plano de Gestão de Pragas;
- Plano de prevenção da COVID-19;
- Plano de Formação Ambiental e Social
- Plano de Prevenção de EAS/AS;
- Plano de Implementação do MSGR
- Plano de Consulta Pública.

7.1. Plano de de gestão de eesíduos e efluentes

Os principais resíduos produzidos na fazenda são:

- Resíduos Orgânicos (restos de culturas, restos de comida);
- Resíduos Agroquímicos (fertilizantes);
- Resíduos de Construção e demolição;
- Plásticos (sacos plásticos, garrafas peta);
- Metais (latas de tintas e refrigerantes).

O proponente deve separar os resíduos perigosos dos não perigosos, acondicionando-os e armazenando-os em função da sua natureza.

Para fazer gestão de resíduos as empresas devem seguir a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e deposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

Tabela 18: Resíduos gerados na fazenda Verde Natural

| Actividade | Resíduos gerados | Estado | Forma de acondicionamento | Classificação |
|--------------------------|---|--------|---------------------------|---------------|
| Produção Agrícola: Milho | Palha, folhas, troncos, poda, matéria orgânica; | Sólido | Containers | Não perigosos |
| | Embalagens de fertilizantes, | | | Não perigosos |



MINAGRIF/PDAC



| Actividade | Resíduos gerados | Estado | Forma de acondicionamento | Classificação |
|---|--|--------|---------------------------|---------------|
| | sacos plásticos ou de nylon; | | | |
| | Embalagens de agrotóxicos (herbicidas); | Sólido | Containers | Perigosos |
| | Equipamentos de Protecção Individual usados | | | Perigosos |
| Administrativo (Escritório e residências) | Resto de alimentos e frutas; | Sólido | Contentor de plástico | Não perigoso |
| | Papel A4 | | | |
| | Plásticos e Embalagens | | | Não perigoso |
| Área de serviço (cozinha e banheiros) | Restos de alimentos e frutas; | Sólido | Contentor de plástico | Não Perigosos |
| | Plásticos/Embalagens | | | Não Inertes |
| | Papel higiênico, Papel toalha | | | Perigosos |
| Máquinas e veículos agrícolas | Fusível | Sólido | Containers | Perigosos |
| | pneus | | Caçambas | |
| | óleos e lubrificantes. | | Tambores ou bombonas | |
| Depósito (Armazém) | Fertilizantes, produtos químicos em uso | Sólido | Containers | Perigosos |
| | Ferramentas | | | Perigosos |
| | Sobra de Material de construção: tintas, solventes | | Caçambas | Perigosos |
| | Embalagens vazias - nylon, sacos plásticos e agrotóxicos | | Containers | Perigosos |



MINAGRIF/PDAC



| Actividade | Resíduos gerados | Estado | Forma de acondicionamento | Classificação |
|---|---|------------------|--------------------------------------|---------------|
| | Lâmpadas, pilhas e baterias | | Bombonas | Perigosos |
| | Equipamentos de Protecção Individual (EPI's) usados | | Containers | Perigosos |
| | Resíduos de Construção | | Caçambas | Perigosos |
| Ração, aves mortas | Resíduos Orgânicos | Sólido | Compostagem | Perigosos |
| Acumulo de água na cama tornando-a empastada. | resíduos de cascão | Pastoso | Reciclagem | Inerte |
| lavagem de Pavilhões | Água contaminada com Esterços de animais, geração de odores | Efluente Líquido | Deposição no solo após estabilização | Não perigoso |

7.1.1. Implementação do PGR (Acções, responsabilidades)

- **Redução na fonte geradora**

A redução consiste em diminuir os insumos utilizados na fazenda e tem como objectivo eliminar a maior quantidade possível de resíduos ainda na fonte de geração. Para tal, o proponente deverá:

Realizar campanhas de sensibilização aos trabalhadores sobre redução do consumo de embalagens, bem como do reaproveitamento dos resíduos gerados. Esta sensibilização deverá ser feita pelo proponente com o apoio do especialista ambiental e social do TSP;

- **Uso de cartazes**

Usar recipientes grandes e / ou sistemas a granel para combustíveis, óleos, fertilizantes e produtos químicos para reduzir o volume de recipientes de resíduos;

Reutilizar os resíduos orgânicos no processo produtivo, incorporando os restos vegetais no solo.

- **Acondicionamento**

Esta etapa tem início logo após a geração dos resíduos sólidos e tem como propósito prepará-los de forma correcta para a recolha e transporte interno. O acondicionamento reduz o risco à exposição aos resíduos,



MINAGRIF/PDAC



facilita a recolha e transporte interno, minimiza o impacto visual, minimiza o odor que possa ser gerado e evita a proliferação de vectores de doenças.

Os acondicionamentos dos resíduos deverão ser acondicionados em baias, que permitem a separação dos mesmos dentro da fazenda. As baias são uma espécie de cômodos que acomodam os resíduos, identificando-os por suas tipologias (. O fazendeiro deve organizar na sua propriedade rural baias para depósito temporário de resíduos, antes de destinar para reciclagem ou destinação final. Os recipientes utilizados para facilitar o manuseio dos resíduos nestes locais de acomodação são tambores, baldes, pequenos contentores.

As baias de acondicionamento devem ter acesso facilitado, para que a recolha e transporte de resíduos sejam realizados.

Outras práticas são a sinalização dos seus tipos de resíduos, distribuição dos locais de acomodação pela exploração, manutenção e troca dos sacos e outros recipientes.

- **Recolha e transporte interno**

É a operação de recolha dos resíduos lá onde são gerados e acondicionados, seguida do transporte até um local de armazenamento temporário. Recomenda que sejam observados alguns aspectos como: frequência da recolha, período e distância de transporte da área de armazenamento e quantidade de resíduos a recolher por dia. Por envolver processos manuais destaca-se a importância do uso de EPI's (Equipamento de protecção individual), o treinamento e capacitação dos colaboradores que irão realizar a actividade e as boas condições das ferramentas e equipamentos de transporte.

- **Armazenamento interno (no interior da fazenda)**

Consiste em armazenar os resíduos transportados internamente para locais próprios e adequados, de fácil acesso e em pontos estratégicos para conservar os resíduos até o momento da recolha e transporte externo para a destinação final, sem que se altere suas classificações e de forma que sejam minimizados os riscos de danos ambientais. Nesta etapa de armazenamento temporária podem ser exploradas inúmeras acções, trazendo benefícios tanto financeiro quanto de impacto ambiental, reduzindo volume de resíduo gerado para o aterro sanitário. Como a exemplo de implementação de controle nos resíduos de construção civil, implementação de contentores para acomodar resíduos de vidro.

- **Tratamento e disposição final**

Existem tratamentos de resíduos sólidos que servem para reduzir o volume, diminuir o potencial poluidor e transformar os resíduos em novos produtos. O ideal é que sejam dispostos nos aterros sanitários somente os rejeitados, ou seja, resíduos em que todas as possibilidades de tratamento já foram esgotadas.

7.1.2. Descartes de resíduos na fazenda

- **Descarte de Pneus**



MINAGRIF/PDAC



Deve-se definir um local adequado para o seu armazenamento e assim poder mandar para a reciclagem ou direccioná-lo para pontos de recolhimento. O local deverá ser coberto e bem identificado.

- **Descarte de óleo lubrificante queimado**

Todo óleo lubrificante usado ou contaminado deverá, obrigatoriamente, ser recolhido e terá um destino adequado, de forma a não afectar negativamente o meio ambiente. Todo produto que esteja contaminado com óleo queimado deve ter uma destinação correcta.

Outras acções que o proponente deve levar a cabo na gestão de resíduos são:

- Recolher todas as embalagens de pesticidas e herbicidas do campo após o seu uso, e armazenar devidamente até o descarte final;
- Não queimar embalagens, plásticos, ou outros resíduos sólidos;
- Descartar os resíduos em locais apropriados para a sua eliminação ou reciclagem;
- Gerir os resíduos sólidos de acordo com as Diretrizes Gerais de SSMA do IFC ou legislação local aplicável.
- Sempre que possível usar recipientes a granel para combustíveis, óleos, fertilizantes e produtos químicos para reduzir o volume de resíduos resultantes de recipientes ou embalagens.
- Gerir pesticidas expirados e indesejados como resíduos perigosos seguindo as Diretrizes Gerais de SSMA da FAO para a gestão de pequenas quantidades de pesticidas indesejados e obsoletos.

7.1.3. Procedimentos para a gestão de resíduos e efluentes

As actividades agrícolas e domésticas geram resíduos que pela sua natureza devem ser tratados e encaminhados ao destino final, uma vez que, a gestão inadequada destes resíduos pode causar danos ao meio ambiente e as comunidades, bem como afectar a qualidade ambiental da região onde o projecto será implementado.

Assim, a implementação de um Plano de Gestão de Resíduos e Efluentes garantirá que estes resíduos não serão descartados de forma inadequada.

7.1.3.1. Segregação Dos Resíduos

A segregação é a etapa da gestão dos resíduos mais importante, porque garante a organização e a segurança durante o manuseio e o armazenamento dos resíduos, bem como o seu destino de forma correcta e otimizada.

A separação consiste em separar os resíduos essencialmente de acordo com a sua característica e classe. A separação para este caso tem que ser feita entre os seguintes resíduos:

- Perigosos e não - perigosos;
- Sólidos (como papéis, plásticos ou panos sujos),
- Líquidos (como solventes sujos, óleos queimados ou soluções de fonte usadas)



MINAGRIF/PDAC



Recomenda-se que a separação do resíduo seja feita no local onde é gerado. Cada sector deverá segregar os seus resíduos para facilitar os colaboradores da limpeza evitando assim a contaminação ou mistura dos mesmos.

O acondicionamento deverá ser feito em recipientes devidamente identificados de acordo com a sua natureza. Para tal, poderão ser feitas pilhas próximas aos locais de origem para posterior ser transportadas para seu acondicionamento. Recomenda-se que essa segregação seja feita ao término de um serviço específico, preferencialmente por quem realizou o serviço, com o intuito de assegurar a qualidade do resíduo (sem contaminações) potencializando a sua reutilização ou reciclagem. Para facilitar o processo de segregação de resíduos pode-se utilizar o código de cores.



Figura 10: Segregação de resíduos

A segregação adequada evita mistura de resíduos incompatíveis e reações químicas indesejadas, aumentando a possibilidade de reutilização, reciclagem e segurança no manuseio dos resíduos. Esta prática contribuirá para evitar que os resíduos e alguns materiais se espalhem, gerando contaminação promovendo a desorganização, odores desagradáveis e poluição visual.

A fazenda deverá fazer a segregação dos resíduos conforme a tabela abaixo:

Tabela 19: Segregação de Resíduos

| Resíduos | Locais de geração | Manuseio |
|---|----------------------------|---|
| Papel ou cartão; Plástico; Vidro; Metal; Entulho; | Local da Obra | Separação por tipo em Containers |
| Águas contaminadas com óleos lubrificantes, combustíveis e aditivos | Estacionamento de Veículos | <p>Separação primária por sistema de separação óleo/água</p> <p>Óleo encaminhar para reciclagem</p> |
| Resíduos orgânicos e Restos de alimentos | Refeitório e dormitórios | <p>Armazenar em local adequado</p> <p>Encaminhar para empresa licenciada para recolha de resíduos</p> |



MINAGRIF/PDAC



7.1.3.2. Identificação e Acondicionamento

O acondicionamento inicia após a geração dos resíduos que consiste na preparação dos resíduos sólidos para a recolha, de forma adequada com o tipo e a quantidade de resíduos. A importância do acondicionamento adequado está em:

- Evitar acidentes;
- Evitar a proliferação de vectores;
- Minimizar o impacto visual e olfactivo;
- Reduzir a heterogeneidade dos resíduos;
- Facilitar o processo de recolha.

A escolha do recipiente dependerá das características dos resíduos, das quantidades geradas, periodicidade e tipo de transporte, necessidade ou não de tratamento e da forma de disposição a ser adoptada. Desta forma em função dos resíduos gerados, os recipientes devem observar os seguintes critérios mínimos:

- Ser construído com material compatível com os resíduos;
- Serem herméticos, para evitar derramamento ou exposição dos resíduos;
- Apresentar resistência física a pequenos choques que possam ocorrer durante o manuseio;
- Ser durável;
- Ser compatível com o equipamento de transporte, em termos de forma, volume e peso;
- Serem económicos, de maneira que possam ser adquiridos com facilidade;
- Não produzir ruídos excessivos ao serem manuseados.

Existe uma gama variada de recipientes para o acondicionamento de resíduos sólidos. Normalmente são utilizados sacos plásticos, latas ou baldes, caixas e contentores.

Para este caso poderão ser usados dois tipos de recipientes: os de pequena capacidade, instalados próximo aos pontos de geração e os de grande capacidade, instalados na área de armazenamento de resíduos da obra e deverão ter as seguintes características:

- Tambor de plástico de 200 litros para resíduos sólidos sem características corrosivas;
- Big Bags plásticos, que são sacos de polipropileno trançado, de grande capacidade de armazenamento, quase sempre superior a 1 m³;
- Contentores de plástico, padronizado nos volumes de 1.100 ou 1.600 litros, para resíduos que permitem o retorno da embalagem;
- - As Directrizes EHS referem que devem ser "*utilizadas opções fiáveis disponíveis comercialmente, aprovadas por autoridades locais que eliminam as carcaças por transformação ou incineração, dependendo da causa da fatalidade. A incineração só deve ser conduzida em instalações permitidas que operam segundo normas reconhecidas internacionalmente para prevenção e controlo da poluição.*" Recomenda-se que as aves mortas sejam acondicionadas em sacos adequados para o efeito e armazenados em arcos frigoríficas e entregues a uma empresa de gestão de resíduos certificada para o efeito. Ainda as mesmas directrizes "*Onde não existe recolha autorizada de carcaças, o enterro no local pode ser uma das únicas alternativas*"



MINAGRIF/PDAC



viáveis, se permitido pelas autoridades. Seja no local ou fora do local, a área de enterramento deve ser acessível a máquinas de terraplanagem e ser concebidos e localizados de forma a evitar a contaminação por vapores ou lixiviados de carcaças enterradas e em decomposição; - Deve ser evitada a queima a céu aberto".

•



Figura 11: Recipiente de pequeno/médio porte para acondicionamento dos resíduos.



Figura 12: Recipientes de grande porte para o acondicionamento de resíduos

Os recipientes usados para acondicionamento dos resíduos deverão estar devidamente identificados por cores ou símbolos, para uma gestão eficaz dos mesmos. Para tal, deve-se adoptar os seguintes adesivos com símbolos informativos com referência dos resíduos a serem depositados por contentor.



Figura 13: Adesivo para a identificação de Resíduos

7.1.3.3. Armazenamento De Resíduos

O armazenamento de resíduos é entendido como a permanência temporária de resíduos em área autorizada e identificada a espera de reciclagem, recuperação, tratamento final. Os locais destinados para armazenamento dos resíduos devem ser instalados a uma distância mínima de duzentos metros dos cursos de água.



MINAGRIF/PDAC



Na escolha da área onde o resíduo vai ser depositado temporariamente, devem ser observados os seguintes itens:

- O local deve ser projectado para que o risco de contaminação ambiental seja mínimo;
- Deve ser de fácil acesso para os equipamentos de transporte;
- Deve ter acesso limitado e sinalização;
- Os resíduos devem estar devidamente identificados e dispostos em áreas separadas;
- Os resíduos de diferentes classificações não devem ser armazenados próximos;
- O local deve ser coberto, dependendo do tipo de resíduo armazenado;
- O local deve ser ligeiramente afastado de áreas administrativas;
- Deverá ser controlada a direcção predominante dos ventos para evitar problemas de odor;
- A instalação deverá possuir equipamentos de segurança e protecção individual compatíveis com os resíduos e com as possíveis emergências.

Mesmo se adoptando técnicas adequadas, os locais de armazenamento de resíduos estão sujeitos a diversos tipos de acidentes. Os acidentes mais frequentes são os incêndios, derrames e fugas. Em virtude da possibilidade destes acidentes com resíduos, a empresa deve desenvolver um Plano de Emergência, definido como um conjunto de instruções e acções pré-estabelecidas a serem imediatamente adoptadas em caso de acidentes. A correcta identificação de cada container ou recipiente de resíduos é fundamental para uma gestão adequada.

7.1.3.4. Recolha e Transporte de Resíduos De acordo com o art.º 20 e 21 do Decreto Presidencial n.º 190/12, qualquer resíduo gerado no decurso ou em consequência das actividades realizadas, tem de ser recolhido, manuseado e transferido de forma segura e de acordo com os requisitos legais e orientações praticáveis.

Os resíduos da obra devem ser transportados por um transporte externo, onde resíduos serão recolhidos e transferidos:

- Apenas por pessoas ou entidades devidamente autorizadas pelo órgão responsável (MINAMB);
- De uma forma que garanta que os materiais são adequadamente acondicionados para o transporte e que todos os contentores de resíduos são adequadamente rotulados para fins de armazenamento e transporte;
- O resíduo durante o transporte deve estar protegido de intempéries, assim como deve estar devidamente acondicionado para evitar que se espalhe na via pública;
- Utilizando um sistema de notas ou fichas para transporte e deposição de resíduos assinadas para documentar os detalhes de cada carregamento de resíduos. Cada nota fornecerá uma descrição do carregamento de resíduos, que permitirá ao seu receptor eliminá-lo ou tratá-lo em segurança;
- Manter registos de todos os resíduos transferidos.

Para uma recolha eficiente, cada contentor de resíduos que saia de um local do projecto deverá:



MINAGRIF/PDAC



- Estar rotulado de forma clara com a descrição do resíduo que contém. Quaisquer rótulos ou marcas antigas deverão ser completamente removidos ou totalmente tapados para evitar confusão quanto ao seu conteúdo;
- Estar em boas condições e sem fugas (adequadamente selado com uma tampa);
- Ser o mais indicado para os resíduos que contém;
- Não emitir quaisquer gases nocivos ou gerar calor.

Os resíduos devem ser colocados de forma correcta nos veículos que fazem o transporte para a unidade de armazenamento, tratamento e destino final de forma a manter a carga íntegra e evitar derrame durante o trajecto.

De forma a confirmar o transporte e a transferência adequada de cada carregamento a partir do local de origem até ao destino final em instalações autorizadas, deverá ser adoptado um sistema de notas de consignação para o transporte e deposição de resíduos. Cada vez que os resíduos passam de um agente autorizado para outro, o receptor terá de assinar o formulário para acusar a recepção dos mesmos em segurança, ficando uma cópia com a pessoa que entrega os resíduos. No ponto de tratamento ou eliminação final o formulário será assinado por uma pessoa autorizada nas instalações licenciadas e uma cópia do formulário será devolvida ao local de origem como prova da recepção em segurança da consignação no local de destino.

Somente as entidades contratadas para o tratamento de resíduos que consigam apresentar a autorização necessária do Ministério do Ambiente (MINAMBMINAMB) para o transporte do tipo particular de resíduos deverão ser consideradas para o transporte dos mesmos.

Na tabela seguinte são apresentadas acções mais específicas sobre como será feita a recolha e o transporte dos resíduos, bem como as responsabilidades do proponente nesta actividade

Tabela 20: Tipo de resíduos, origem, acções e responsabilidades do proponente:

| Tipo de resíduos | Origem | Acções | Responsabilidade |
|--|--|--|------------------|
| Resíduos de construção de infraestruturas (materiais de construção, pedras, madeira, etc.) | Área de construção do armazém e casa dos trabalhadores | Os Resíduos de construção e demolição devem ser armazenados em local apropriado e separados de outros resíduos. Devem ser reciclados para a cobertura de estradas e caminhos dentro da fazenda | Proponente |
| Resíduos de culturas (palhas, folhas, raízes) | Campos de produção agrícola | Os Resíduos de culturas devem ser reciclados no solo para reposição de nutrientes , fazendo compostagem | Proponente |
| Filtros de óleo, óleo lubrificante usado ou contaminado, pneus | Parque de máquinas e oficinas | <p>✓ Tratamento</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os resíduos de filtros de óleo devem ser colocados em um local para escorrer o máximo de óleo automotor possível. • Separar o óleo usado ou contaminado num recipiente com tampa e devidamente vedado. <p>✓ Destino final</p> <p>Não existem empresas de recolha e tratamento destes resíduos na região</p> | Proponente |



MINAGRIF/PDAC



| Tipo de resíduos | Origem | Acções | Responsabilidade |
|--|---|--|------------------------|
| | | onde se desenvolve o projecto. O proponente deve encontrar empresas que podem absorver estes materiais, tais como oficinas, recauchutagens, etc. | |
| Vidro, plásticos, papel e cartão | Área administrativa da fazenda e residência dos trabalhadores | As embalagens de vidro e plástico usadas devem ser reutilizadas para outros fins, desde que não estejam contaminadas por substâncias perigosas. Os resíduos de papel e cartão devem ser separados e encaminhados ao aterro sanitário pela empresa de recolha de resíduos local. Deve haver redução na fonte destes resíduos, mediante acções de sensibilização dos trabalhadores | Proponente |
| Gorduras de cozinha | Culinária e trabalhos domésticos | Os óleos de cozinha devem ser separados recipientes com tampa e bem vedados e entregues aos produtores de sabão caseiro. | Proponente |
| Embalagens de pesticidas e fertilizantes | Armazém de fertilizantes e agrotóxicos | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Armazenamento • Todos pesticidas devem ser armazenados em suas embalagens originais e devidamente rotuladas; as instruções de armazenamento devem ser rigorosamente seguidas (Assessoria a proponente). • Kits de emergência para o controlo de derrames. ✓ Manuseio • Assessoria aos trabalhadores para o manuseio adequado de pesticidas seguindo as orientações do produto. • Uso obrigatório de EPI durante a aplicação, manuseio e armazenamento de pesticidas. • As actividades de mistura de pesticidas só poderão ser realizadas em zonas previamente designadas. ✓ Aplicação • Os pesticidas serão aplicados de forma mecanizada • Antes de qualquer aplicação, verificar o estado do equipamento e se está devidamente calibrado. • Verificar sempre as condições meteorológicas antes da aplicação, deve-se evitar aplicações em tempo húmido e ventos fortes. ✓ Deposição • Qualquer pesticida diluído não utilizado que não possa ser aplicado à cultura - junto com água | Proponente e BRLSIRIUS |



MINAGRIF/PDAC



| Tipo de resíduos | Origem | Acções | Responsabilidade |
|------------------|--------|--|------------------|
| | | <p>de enxague e pesticidas desactualizados ou não mais aprovados - deve ser descartado como resíduo perigoso, de acordo com Directrizes da IFC.</p> <ul style="list-style-type: none"> Recipientes de pesticidas vazios, lacres de alumínio e tampas devem ser enxaguados três vezes, e as lavagens usadas no tanque de pesticidas deve ser pulverizado de volta para o campo ou descartado como resíduo perigoso em uma maneira consistente com as recomendações da IFC. | |

7.1.3.5. Regras de Transporte de Resíduos

O manuseamento dos resíduos e dos contentores requerem que os seus operadores sejam bem orientados e adoptem cuidados mais exigentes quanto ao grau de perigosidade dos resíduos. Em grande parte dos casos de contacto directo com o resíduo justifica-se a utilização de luvas e mascaras.

Embalagens com resíduos líquidos e pastosos devem ser manuseadas, transportadas e armazenadas com a tampa virada para cima. Deve-se ter atenção a todos os equipamentos depositados como resíduos em contentores, que sejam susceptíveis de conter líquidos, uma vez que estes devem ser previamente drenados para bidões específicos.

7.1.3.6. Tratamento e Destino Final dos Resíduos

Os resíduos que não se reutilizam nem se reciclam têm de ser eliminados de forma adequada para minimizar qualquer impacto potencial sobre a saúde humana e sobre o ambiente.

É de responsabilidade do gerador o destino dos resíduos produzidos na sua fazenda, isto é, o gerador tem a obrigação de contratar uma empresa certificada pela Agência Nacional dos Resíduos que se encontra sob tutela do Ministério do Ambiente.

Consoante a tipologia identificada de resíduos, o melhor destino para o empreendimento seria a reutilização, a reciclagem bem como aterro sanitário.

Tabela 21: Metodologia de destino final para resíduos

| Código/cor | Categoria do resíduo | Tipo de resíduos | Tratamento |
|------------|-----------------------------------|---|---|
| RSNP | Resíduos Sólidos Não Perigosos | Papel, cartão | Deposição em aterro de resíduos não perigosos |
| RMNP | Resíduos Metálicos Não Perigosos | Pedaços de tubos e outros resíduos metálicos | Reciclagem |
| RNP | Resíduos Não Perigosos – Plástico | Garrafa de água de plástico, e outros plásticos | Reciclagem e/ou Deposição em aterro de resíduos não perigosos |



MINAGRIF/PDAC



7.1.3.7. Descarte de Fertilizantes e pesticidas é feito da seguinte maneira

O descarte é feito em cinco passos abaixo garantem que o descarte das embalagens de agrotóxicos seja feito da forma correta:

- **Lave bem as embalagens**

É necessário, primeiro, esvaziar completamente as embalagens no tanque do pulverizador. Depois, deve-se adicionar água limpa em até um quarto do volume do frasco, tampe e agite por 30 segundos. Esta água também deve ser jogada no tanque do pulverizador. Repita a operação três vezes. Ela é chamada de tríplice lavagem.

- **Corte e faça furos para torná-las inutilizáveis**

Após passarem pelo processo da tríplice lavagem, todas as embalagens devem ser inutilizadas (danificadas para que não sejam usadas como recipiente novamente). Para isso, corte o fundo da embalagem ou faça furos no fundo, atentando para ter a certeza de que ela não terá mais utilidade.

- **Leve a embalagem a um lugar apropriado**

Armazene os frascos lavados e inutilizados em um local adequado e verifique com o revendedor do produto se ele pode recolher as embalagens, ou se você deve levá-las até um local indicado, geralmente um posto de recebimento ou na própria loja, respeitando a exigência de até um ano.

- **Venda de recipientes**

Todos os recipientes poderão ser revendidos para as indústrias recicladoras.

7.1.3.8. Procedimento para Gestão de Efluentes

A grande diversidade das actividades da fazenda ocasiona durante o processo produtivo, a geração de efluentes, os quais podem contaminar o solo e a água, sendo preciso observar que nem todas as fazendas geram efluentes com poder impactante nesses dois ambientes.

- As águas residuais não devem ser escoadas para os cursos de água locais;
- Em caso de água contaminada com óleos e/ou combustíveis ou outros poluentes não poderão ser descarregadas para o sistema de drenagem nem no solo.

7.1.4. Cronograma de Acções e Responsabilidades na Gestão de Resíduos

Tabela 22: Cronograma de Acção e Responsabilidades na Gestão de Resíduos

| Acções | Descrição das acções | Responsabilidades | Cronograma |
|--|-------------------------------|-------------------|------------------------------|
| Reciclar os resíduos e outros materiais orgânicos deixando os materiais no local | Compostagem (e espalhamento). | Proponente | Fim do ciclo de cada cultura |



MINAGRIF/PDAC



| | | | |
|--|--|--|---|
| <p>Prevenção e controle de potenciais impactos resíduos não agrícolas ou resíduos perigosos dos sistemas de produção (por exemplo, recipientes de pesticidas, resíduos, pesticidas e embalagens)</p> | <p>Recolher do campo após o uso, todas as embalagens de pesticidas e herbicidas e armazenar devidamente até a disposição final.</p> <p>Não queimar embalagens, plásticos ou outros resíduos sólidos;</p> <p>Fazer a gestão dos resíduos sólidos de acordo com as Directrizes EHS;</p> <p>Utilizar grandes recipientes e/ou sistemas a granel para combustíveis, óleos, fertilizantes e produtos químicos para reduzir o volume de resíduos recipientes</p> <p>Examinar formulações e embalagens alternativas de produtos (por exemplo, material biodegradável).</p> <p>Gerir os pesticidas vencidos e indesejados como resíduos perigosos de acordo com Directrizes EHS e da FAO a Gestão de pequenas quantidades de pesticidas indesejados e Obsoletos.</p> | <p>Proponente com apoio do TSP BRLI/SIRIUS</p> | <p>Início da instalação das culturas</p> |
| <p>Capacitação/treinamento do pessoal</p> | <p>Realizar capacitação e treinamentos para os trabalhadores de modo a dar resposta ao uso correcto dos resíduos gerados dentro da fazenda</p> | <p>Proponente com o apoio do TSP BRLI/SIRIUS</p> | <p>Final das instalações das culturas</p> |

7.2. Plano de Higiene, Saúde e Segurança Ocupacional

Os agricultores desenvolvem diariamente diversos trabalhos de preparação das operações culturais, manuseamento de produtos fitofarmacêuticos, de armazenamento e de manutenção de equipamento. Simultaneamente, desenvolvem também operações culturais (sementeiras, sachas manuais, mecânicas e químicas, amontoas, colheitas, rega), que se concretizam com condução de veículos e máquinas agrícolas, manejo de animais, movimentação manual de cargas, manuseamento de substâncias perigosas e produtos tóxicos, permanente exposição às condições climáticas por se realizar ao ar livre e força muscular considerável.



MINAGRIF/PDAC



Como resultado do trabalho desenvolvido nesta actividade, existem riscos de atropelamento, de esmagamento, de quedas, de lesões dorso-lombares, de intoxicações, ferimentos e outros perigos tais riscos de incêndios.

- Deve manter-se um registo de acidentes ocupacionais na fazenda e uma análise da causa raiz desses acidentes para identificar acções corretivas destinadas a evitar a recorrência.

7.2.1. Principais causas de acidente no campo

- Falta de treinamento para lidar com máquinas agrícolas e agrotóxicos;
- Inexistência de equipamentos de protecção individual e coletiva;
- O excesso de horas de trabalho e trabalho forçado;

É comum verificarmos em áreas cultivadas, trabalhadores rurais aplicando produtos de várias classes toxicológicas sem camisas, de shorts, descalços ou com simples sandálias de dedo.

O presente PHSSO prevê as seguintes acções:

- Identificação/Mapeamento dos riscos;
- Aquisição dos Equipamentos de Protecção Individual (EPI) necessários;
- Promoção de formações/treinamentos regulares aos trabalhadores;
- Padronização das actividades previstas no processo produtivo;
- Criar um sistema de Registo e Documentação dos acidentes ocorridos na fazenda;
- Definição de equipas de trabalho.

7.2.2. Identificação e Mapeamento dos riscos

É importante que o fazendeiro faça um mapeamento dos riscos da decorrentes da actividade da sua fazenda, para que todos eles sejam contemplados no plano de higiene, saúde e segurança ocupacional. No caso desta fazenda agrícola são identificados os riscos físicos, risco de incêndio e os riscos biológicos e riscos químicos.

Os riscos físicos compreendem os operacionais e no local de trabalho e as máquinas e veículos. Os primeiros (operacionais e no local de trabalho) compreendem os seguintes:

- Entorses, luxações e fracturas;
- Dor lombar ou quadril e dor no joelho, gastrointestinal;
- Excesso de exposição ao ruído, vibração e condições climáticas extremas ou adversas pode causar problemas nas mãos ou braços, ou perda de audição.

Para que estes riscos sejam minimizados ou amenizados o fazendeiro deve implementar as seguintes acções:

- De acordo com das orientações gerais EHS



MINAGRIF/PDAC



Os trabalhos com máquinas, tractores e veículos expõe os operadores a vários riscos, dos quais se destacam:

- Reviramento/capotamento;
- Quedas de pessoas;
- Esmagamento;
- Cortes;
- Ruído e vibrações;
- Colisão com outras máquinas;
- Problemas respiratórios devido a trabalhos em ambientes com muito pó.

Acções que devem ser implementadas:

- Identificação do equipamento em condições inapropriadas de utilização;
- Elaborar listas diárias de verificação e inspecção dos equipamentos antes de usar;
- Formação profissional ou capacitação dos operadores;
- Adquirir e exigir o uso de estruturas de protecção de segurança (arco, quadro ou cabinas);
- Verificar se a máquina/tractor dispõe de extintor;
- Fazer manutenção regular, apenas com a máquina totalmente desligada e imobilizada;
- Utilizar vestuário e calçado adequado;
- Avaliar correctamente as condições do terreno;
- Não fazer manobras bruscas;
- Não transportar pessoas em máquinas não tenha essa finalidade;
- Não beber bebidas alcoólicas;
- Cuidado no engate e desengate de alfaias;
- Se a máquina produz muito ruído, usar auriculares/protectores de ouvidos;
- Impedir a circulação de terceiros na zona de trabalho.

7.2.3. Levantamento e aquisição dos equipamentos de protecção individual (EPI)

Ao fazer o mapeamento das actividades dos processos, o empresário agrícola deve fazer o levantamento dos equipamentos de protecção individual (EPI's) que devem ser utilizados em cada situação. A empresa é obrigada a fornecer aos trabalhadores, de forma gratuita, EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento.

Responsabilidade do empregador:

- Adquirir o EPI adequado ao risco da actividade;
- Exigir o seu uso;
- Orientar e treinar o trabalhador quanto a seu uso e conservação;
- Substituir imediatamente quando extraviado ou danificado;



MINAGRIF/PDAC



- Responsabilizar-se por sua manutenção e higienização
- Responsabilidade do trabalhador:
- Usar, utilizando-o apenas para a finalidade a que se destina;
- Responsabilizar-se por sua conservação;
- Comunicar qualquer alteração que o torne impróprio para uso;
- Cumprir as determinações do empregador sobre seu uso adequado.

Os tipos de EPI a serem adquiridos e utilizados:

Protecção da cabeça (para operadores de máquinas e equipamentos)

- Capacete: Protecção do crânio contra impactos, choques eléctricos e no combate a incêndios.
- Capuz: Protecção do crânio contra riscos de origem térmica, respingos de produtos químicos e contacto com partes móveis de máquinas.

Protecção dos olhos e face

- Óculos: Protecção contra partículas, luz intensa, radiação, respingos de produtos químicos;
- Protector facial: Protecção do rosto

Protecção dos membros superiores

- Luvas de protecção, Mangas e Dedeiras: Protecção de mãos, dedos e braços de riscos mecânicos, térmicos e químicos.

Protecção dos membros inferiores

- Calçados de segurança- Botas e botinas
- Protecção de pés, dedos dos pés e pernas contra riscos de origem térmica, humidade, produtos químicos, quedas

Protecção respiratória

- Protecção do sistema respiratório contra gases, vapores, névoas, poeiras.
- Máscaras de protecção respiratória

7.2.4. Promoção de formações/treinamentos regulares aos trabalhadores

Os treinamentos são importantes para que os trabalhadores saibam como agir em cada situação. Com o apoio dos especialistas ambientais e sociais do TSP, o promotor Deve realizar cursos, palestras e workshops de forma periódica, para qualificar os trabalhadores e colaboradores sobre higiene, saúde e segurança no trabalho. Deverão ser debatidos nestas formações temas como a prevenção de acidentes e doenças, a importância do uso de EPIs e protecção colectiva, a qualidade de vida na fazenda, cuidados na utilização de agrotóxicos.



MINAGRIF/PDAC



7.2.5. Cronograma de Acções e Responsabilidades de PHSSO

Tabela 23: Cronograma de Acções e Responsabilidades de PHSSO

| Acções | Responsabilidades | Período de execução |
|--|--|--|
| <p>Estabelecer medidas de prevenção de riscos e acidentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacitar, instruir educar e sensibilizar os trabalhadores para o uso correcto do EPI no manuseio de substâncias perigosas; • Garantir que as condições de trabalho e habitabilidade dos trabalhadores são salvaguardadas (mulheres e homens separados); • Garantir ambiente sadio e condições de trabalho e habitabilidade adequadas para as mulheres; • identificar e implementar continuamente alternativas de minimização de riscos e ocorrência de acidentes de trabalho; • Inspeccionar e documentar o uso de EPI e os acidentes registados; • Registar periodicamente do nº de acidentes e outras situações de perigo da vida humana; <p>Capacitação dos trabalhadores para identificação dos perigos e pronto atendimento a emergências;</p> | <p>Proponente com apoio do TSP BRLI-SIRIUS</p> | <p>No início do ciclo cultural e sempre que a situação o exigir</p> <p>As acções de saúde e segurança ocupacional devem ser realizadas mensalmente com palestras de sensibilização e capacitação:</p> <p>Deve-se inspeccionar diariamente o uso de EPI's;</p> <p>Manter um registro de acidentes ocupacionais na fazenda. E solicitar análise da causa raiz desses acidentes para identificar acções correctivas destinadas a evitar a recorrência. incluindo a causa raiz dos acidentes e as acções de correcção e correctivas aplicadas para evitar a recorrência dos acidentes.</p> |

Condições de habitabilidade das acomodações dos trabalhadores

Os serviços de acomodação devem ser fornecidos aos trabalhadores que se enquadram no escopo de Padrão de Desempenho, o proponente adoptará e implantará políticas sobre qualidade e gestão das acomodações e sobre o fornecimento de serviços básicos. Os serviços de acomodação serão fornecidos de forma condizente com os princípios da não discriminação e da igualdade de oportunidades. Os acordos de acomodação de trabalhadores não devem restringir a liberdade de trânsito ou de associação dos trabalhadores.

NO10.2. As informações fornecidas aos trabalhadores no início do emprego são normalmente abrangidas por disposições relevantes da legislação nacional. Documentos e contratos incluem informações sobre a provisão de alojamento e acomodação e o pagamento requerido.

7.3 Plano de atendimento às emergências para fazenda

A emergência é uma grande ameaça ao bem-estar do meio ambiente ou à saúde pública devido à libertação de alguma substância nociva ou perigosa ou, ainda, devido a um desastre natural ou acidente de trabalho. A preservação da integridade do meio ambiente e dos trabalhadores é possível por meio da antecipação, conhecimento, avaliação e consequente controle da ocorrência de acidentes, existentes ou que venham existir no ambiente de trabalho, tendo em consideração a protecção do meio ambiente e dos recursos naturais.



MINAGRIF/PDAC



O Plano de Atendimento à Emergências tem como objectivo identificar cenários emergenciais e definir acções que devem ser seguidas no caso do desencadeamento de processos emergenciais na fazenda. Ajuda a preservar vidas e a reduzir possíveis danos diante das situações emergenciais.

O Plano de Atendimento à Emergência estabelece as estratégias e os procedimentos que devem ser adoptados para o controle de situações emergenciais que, por ventura, aconteçam no decorrer das actividades da fazenda, de modo a preservar vidas, bem como reduzir os possíveis danos, proteger a comunidade, minimizar impactos ambientais e perdas patrimoniais.

7.3.1. Objectivos

Objectivo Geral

Definir procedimentos para o atendimento de emergências, que por ventura possam ocorrer durante a execução das actividades da unidade de produção agrícola.

Objectivos específicos

- Estabelecer procedimentos formais a serem adoptados em situações emergenciais e que estes sejam seguidos pelos trabalhadores da fazenda;
- Conscientizar os trabalhadores da fazenda para que tenham conhecimento dos danos ambientais e acidentes de trabalho que as suas tarefas possam desencadear;
- Prevenir danos materiais e, principalmente, danos ambientais.

7.3.2. Directrizes gerais

A seguir são apresentados alguns conceitos importantes para o melhor entendimento do Plano de Apoio à Emergências:

- **Acidente Ambiental ou de trabalho**

Há uma série de acidentes que podem gerar danos ambientais, alguns deles são:

- Incêndios.
- Explosões.
- Derrames de produtos químicos e resíduos perigosos.
- Fenômenos naturais: raios fulminantes, chuvas acompanhadas de ventos fortes e granizo.
- Acidentes com máquinas e equipamentos agrícolas, veículos, intoxicações, entre outros.

- **Emergência Ambiental**

Entre as várias consequências de um acidente ou emergência ambiental pode-se citar:



MINAGRIF/PDAC



- Poluição do ar;
- Contaminação do solo e dos recursos hídricos;
- Danos à fauna e flora;
- Destruição de ecossistemas;
- Danos à saúde humana;
- Prejuízos económicos.

7.3.3. Consciencialização ambiental

É necessário que sejam disseminadas gradualmente na fazenda acções que visem à sustentabilidade ambiental na execução das diversas actividades agrícolas.

- **Quanto à geração de resíduos**

Devem ser incentivadas a adopção de boas práticas de gerenciamento de resíduos conforme descrito a seguir:

- (i) Uso de coletores específicos para coleta seletiva, de modo a não misturar os resíduos facilitando assim a reciclagem futura;
- (ii) Palestras sobre educação ambiental e gerenciamento de resíduos sólidos;
- (iii) Reutilização de materiais, como por exemplo, folhas de papel; Manutenção adequada dos locais internos armazenamento de resíduos na fazenda.

- **Quanto à poluição atmosférica**

Deve haver uma actuação com os trabalhadores para que ocorra a disseminação do conhecimento de como a poluição atmosférica pode afectar o bem-estar e a saúde dos trabalhadores. Esta poluição causa ainda mais impactos no campo ambiental, tendo acção directa no aquecimento global, sendo responsável por degradação de ecossistemas e potencializadora de chuvas ácidas.

7.3.4. Procedimentos de Emergência

Tendo em consideração a Identificação e Avaliação dos Aspectos e Impactes Ambientais do subprojecto, são definidos os modos de gestão associados aos aspectos ambientais das situações de emergência (ex. derrames acidentais de hidrocarbonetos, focos de incêndio, etc.), e sua consideração, quando aplicável, no Plano de Emergência Interno.

Os procedimentos de emergência ambientais são semelhantes aos definidos no PSS, uma vez que os acidentes que conduzem a danos ambientais significativos são na maioria dos casos coincidentes, pelo



MINAGRIF/PDAC



que devem ser aplicados os procedimentos do PSS. As situações identificadas sem detrimentos de outras que se venham a identificar, durante a execução do Projecto, são:

- Incêndios;
- Vazamentos acidentais e derrames de substâncias tóxicas;
- Acidentes com veículos e equipamentos;
- Desabamentos / deslizamentos de terras.

Manter disponível a lista dos números de contacto de emergência e relevantes telefone para funcionários e pessoal chave sobre os procedimentos necessários. Estes contactos devem ser inscritos em Português e Quimbundo. Após a ocorrência de qualquer acidente deverá ser elaborado um relatório específico, no qual se procederá à descrição, análise e avaliação da ocorrência, incluindo causas possíveis, consequências, correcção e eventuais alterações nos procedimentos de segurança já estabelecidos para evitar a ocorrência de situações semelhantes. O tratamento e remediação de áreas afectadas por situações de emergência deverão ser realizadas e suportadas pela proponente.

7.3.4.1. Meios de Prevenção e Intervenção em Caso de Emergência ⁸

- **Incêndio**

Todas as viaturas devem ser munidas de extintores. Os extintores de pó químico ABC e CO₂, que se encontram devidamente identificados e distribuídos.

- **Primeiros Socorros**

Em todas as viaturas, deve haver caixas de Primeiros Socorros, contendo utensílios devidamente identificados nos escritórios da fazenda. Todos os produtos da mala de primeiros socorros estão dentro do seu prazo de validade ficando esta verificação periódica sob a responsabilidade proponente.

- **Meios Humanos**

Dada a natureza dos trabalhos, em cada equipa de trabalho fará parte integrante um trabalhador com formações capazes de actuar sobre eventuais ocorrências de emergência, até se verificar a chegada dos meios externos de intervenção, e de coordenar, caso necessário, a evacuação das pessoas.

7.3.4.2. Processo de Comunicação de Emergência

Os meios de comunicação existentes são telemóveis (proponente, gerente) e rádios móveis (chefes de equipa). Quando o sinistro for detetado por um trabalhador, este deve dar o alerta verbal ao gerente ou chefe da equipa.

⁸ Plano de Gestão Ambiental e Social-Kuito-V5.docx



MINAGRIF/PDAC



NOTA: no caso de não ser possível seguir o normal desencadeamento das acções de emergência, deverá-se comunicar directamente aos meios exteriores.

Telefones de Emergência

Os telefones de emergência deverão ser afixados na placa informativa ao longo da fazenda, assim como em cada veículo que estiver na frente da lavoura deverá ter uma cópia. Salienta-se ainda que cada veículo mencionado deverá possuir uma caixa de primeiros socorros e um extintor ABC.

Tabela 24: Procedimentos de emergência

| Situação de Emergência/Acidente | Acções Preventivas | Medidas a Implementar |
|---------------------------------|--|--|
| Derrame de Combustíveis | <p>Formação dos trabalhadores relativamente aos procedimentos para lidar com derrames acidentais de hidrocarbonetos e a limpeza dos espaços.</p> <p>Armazenar com segurança os combustíveis. Adoptar a solução de contenção mais adequada tendo em atenção os seguintes factores: de coesão do terreno, o nível do lençol freático e as solicitações acidentais previsíveis</p> <p>Assegurar que os materiais e equipamentos necessários para lidar com os derrames e vazamentos estão disponíveis nos locais e em todos os momentos.</p> <p>Manter disponível a lista dos números de contacto de emergência e relevantes telefone para funcionários e pessoal chave sobre os procedimentos necessários.</p> <p>Prestar informações aos trabalhadores sobre a organização do estaleiro, afixando as suas regras na vitrina de segurança. Zelar pelo cumprimento das regras de fazenda impostas a todos os frequentadores do mesmo.</p> | <p>Estancar ou eliminar o derrame utilizando barreiras de areia, sacos de areia, material de serradura, absorvente e / ou outros materiais aprovados pelo RE, tomando sempre as devidas precauções de segurança, incluindo EPI.</p> <p>Absorver e recolher o derrame para um recipiente próprio de modo a proceder à sua eliminação.</p> <p>Notificar as autoridades competentes, informando acerca do local exacto da ocorrência e qual produto derramado. Esperar pela actuação das autoridades, não abandonando o local e adoptando uma atitude preventiva no que diz respeito aos efeitos que o derrame poderá provocar.</p> <p>Preencher o registo da ocorrência.</p> <p>Elaborar um relatório específico no qual se procederá à descrição, análise e avaliação da ocorrência, incluindo causas possíveis, consequências, correcção e eventuais alterações nos processos necessários para evitar a ocorrência de situações semelhantes.</p> |
| Incêndio/explosões | <p>Formação dos trabalhadores relativamente aos procedimentos para lidar com incêndios.</p> <p>Assegurar que os equipamentos necessários para combater os incêndios estão disponíveis nos locais e em todos os momentos. Manter disponível a lista dos números de contacto de emergência e relevantes telefone para funcionários e pessoal chave sobre os procedimentos necessários. Manter a fazenda devidamente organizado. Recolher os resíduos e escombros e evacuá-los para os devidos locais de recolha.</p> | <p>Combater o incêndio com o extintor mais próximo. Acionar socorros externos – bombeiros.</p> <p>Criar mecanismos e treinos de evacuação dos trabalhadores.</p> <p>Afixar a sinalização de Ponto de Encontro no estaleiro, para casos de emergência.</p> |



MINAGRIF/PDAC



| | | |
|---|---|--|
| | <p>É expressamente proibido queimar qualquer tipo de resíduos na zona de estaleiro.</p> <p>As vias de circulação destinadas a veículos devem ser implantadas com uma distância suficiente em relação às portas, portões, passagem para peões, corredores e escadas, ou locais de trabalho, ou dispor de meios de protecção adequados.</p> <p>Instalar sinalização de segurança provisória ou definitiva que identifique claramente os riscos, as obrigações e as proibições nos diversos locais do estaleiro</p> | |
| <p>Acidentes com veículos e equipamentos</p> | <p>Guardar distâncias de segurança entre as vias ou zonas de circulação de veículos e os postos de trabalho ou zonas de deslocação de peões.</p> <p>Guardar distâncias de segurança na movimentação de veículos e equipamentos, e destes em relação às movimentações de materiais.</p> <p>Instalar sinalização de segurança provisória ou definitiva que identifique claramente os riscos, as obrigações e as proibições nos diversos locais do estaleiro.</p> <p>Prestar informações aos trabalhadores sobre a organização do estaleiro, afixando as suas regras.</p> <p>Zelar pelo cumprimento das regras de estaleiro impostas a todos os frequentadores do mesmo.</p> <p>As vias de circulação destinadas a veículos devem ser implantadas com uma distância suficiente em relação às portas, portões, passagem para peões, corredores e escadas, ou locais de trabalho, ou dispor de meios de protecção adequados.</p> <p>Todo o equipamento deverá ser revisto periodicamente, em especial os órgãos de acionamento pneumático;</p> <p>Todos os veículos deverão ter afixado, em local visível, a especificação da “tara” e “carga máxima”.</p> <p>É proibido o transporte de pessoas fora das cabines. Os trabalhadores deverão ser transportados apenas em viaturas homologadas para o efeito.</p> <p>Todos os veículos terão de estar dotados de sinalizador sonoro automático de marcha atrás.</p> <p>Dotar os equipamentos com extintores adequados.</p> | <p>No caso de Acidentes de Veículos: isolar a área e sinalizar adequadamente o local do acidente. Verificar o tipo do acidente (carro, motocicleta, colisão, atropelamento etc.), a gravidade aparente do acidente, o número aproximado de vítimas envolvidas; verificar se há vazamento de combustível ou produtos químicos; proceder a limpeza do local. Preencher o registo da ocorrência. Elaborar um relatório específico no qual se procederá à descrição, análise e avaliação da ocorrência, incluindo causas possíveis, consequências, correcção e eventuais alterações nos processos necessários para evitar a ocorrência de situações semelhantes. Em caso de incêndio: Isolar a área.</p> |
| <p>Desabamentos/deslizamento de terras</p> | <p>Antes do início dos trabalhos, verificar o terreno, a fim de detectar possíveis fendas ou instabilidade no solo. Evitar sobrecargas no bordo da escavação (terras ou materiais). Organizar o trânsito dos veículos de</p> | <p>Comunicar imediatamente a entidade. Proibir a realização de trabalhos no local. Delimitação do local. Remoção</p> |



MINAGRIF/PDAC



| | | |
|--|---|---|
| | <p>carga, de forma a diminuir os efeitos das sobrecargas e vibrações por eles originados.</p> <p>As escavações a realizar devem ser defendidas de infiltrações de água. Caso exista acumulação de água dentro da vala, esta deverá ser removida constantemente.</p> | <p>do material solto.</p> <p>Preencher o registo da ocorrência. Elaborar um relatório específico no qual se procederá à descrição, análise e avaliação da ocorrência, incluindo causas possíveis, consequências, correcção e eventuais alterações nos processos necessários para evitar a ocorrência de situações semelhantes</p> |
|--|---|---|

7.3.5. Cronograma de implementação do plano de emergências

Tabela 25: cronograma de implementação do plano de emergências

| Acções | Responsabilidades | Cronograma |
|---|---|---|
| Identificação das principais actividades que possam provocar acidentes | Proponente com apoio das autoridades locais de saúde, serviços de protecção civil | Rotina |
| Aquisição de equipamentos de segurança, combate a incêndio e contenção de produtos químicos (kits de primeiros socorros, EPI) | Proponente | No início da campanha agrícola |
| Colocação de sinalização de emergência em locais críticos e alarmes | Empresa de construção civil | No início da campanha agrícola |
| Treinamento de pessoal | TSP BRLi-Sirius | No início da campanha agrícola e sempre que forem enquadrados novos trabalhadores |

7.4 Plano de gestão de pragas

O objectivo principal do manejo de pragas não deve ser erradicar todos os organismos, mas sim manejar “pragas”, incluindo pragas de insetos, doenças e ervas daninhas que podem afectar negativamente as culturas anuais para que elas permaneçam em níveis abaixo de um limiar economicamente prejudicial. As pragas devem ser manejadas através de um processo de manejo integrado de pragas (MIP) que combina abordagens químicas e não químicas para minimizar ao mesmo tempo que minimiza o impacto de tais medidas no meio ambiente. Os pesticidas devem ser usados apenas na medida necessária sob uma abordagem MIP e gestão integrada de vetores (IVM), e somente depois que outras práticas de manejo de pragas falharam ou se mostraram ineficientes. Os passos a seguir devem ser considerados e documentados em um plano de manejo integrado de pragas/vetores:

- Identificar as principais pragas que afectam as lavouras da região, avaliar os riscos para a operação e determinar se existe uma estratégia e capacidade para controlá-los.
- Sempre que possível, aplicar mecanismos de alerta precoce para pragas e doenças (ou seja, pragas e doenças técnicas de previsão);
- Selecionar variedades resistentes e usar o controle cultural e biológico de pragas, doenças e ervas daninhas para minimizar a dependência de opções de controle de pesticidas (químicos). Um regime de MIP eficaz deve:



MINAGRIF/PDAC



- Identificar e avaliar pragas, níveis de limiar e opções de controle (incluindo as listadas abaixo), bem como os riscos associados a essas opções de controle;
- Faça a rotação de culturas para reduzir a presença de insetos, doenças ou ervas daninhas no solo ou na cultura;
- Apoiar organismos de bio controle e benéficos - como insectos, pássaros, ácaros e micróbios agentes - para realizar o controle biológico de pragas (por exemplo, proporcionando um habitat favorável, como arbustos para locais de nidificação e outra vegetação original que pode abrigar predadores de pragas e parasitas).
- Favorecer o controle manual, mecânico de ervas daninhas e/ou capinas selectivas.
- Considerar o uso de controles mecânicos - como armadilhas, barreiras, luz e som - para matar, realocar ou repelir pragas;
- Usar pesticidas para complementar essas abordagens, não para substituí-las;
- Antes de adquirir qualquer pesticida, avalie a natureza e o grau dos riscos associados e eficácia, levando em consideração o uso proposto e os usuários pretendidos.
- Em relação às pragas e pesticidas, as pragas devem ser geridas por meio de um processo de gestão integrada de pragas (GIP) que combine abordagens químicas e não químicas para minimizar o impacto das pragas, ao mesmo tempo que minimiza o impacto dessas medidas no ambiente. Os pesticidas devem ser usados apenas na extensão necessária sob uma abordagem de gestão integrada de vectores (GIV) e GIP, e somente depois que outras práticas de controlo de pragas falharam ou se mostraram ineficientes.
-

7.4.1. Uso e manejo de pesticidas⁹

Um plano de gestão de pesticidas (PMP) que inclui procedimentos para a seleção, aquisição, armazenamento, manuseio e destruição final de todos os estoques desatualizados devem ser preparados de acordo com as diretrizes FAO.

O PMP prescreve o tipo de agrotóxico a ser utilizado, bem como a finalidade de seu uso e descreve as melhores práticas para a aquisição e armazenamento de todos os pesticidas. O pessoal deve ter treinamento apropriado, incluindo certificação, quando relevante para manusear e aplicar pesticidas com segurança. Em especial:

- Garantir que quaisquer pesticidas usados sejam fabricados, formulados, embalados, rotulados, manuseados, armazenados, descartados e aplicados de acordo com o Código Internacional de Conduta da FAO sobre Manejo de Pesticidas;
- Não comprar, armazenar, usar ou negociar pesticidas que se enquadrem nas normas da Organização Mundial da Saúde (OMS) Classificação Recomendada de Pesticidas por Classes de Perigo 1a (extremamente perigoso) e 1b (altamente perigoso);
- Não usar pesticidas listados na Classe de Perigo II da OMS (moderadamente perigoso).

⁹ Fonte: Diretrizes Gerais de SSMA do IFC



MINAGRIF/PDAC



7.4.2. Armazenamento

As práticas recomendadas de armazenamento de pesticidas incluem:

- Armazenar todos os pesticidas em um recipiente fechado e ou armazenar em local com espaço suficiente para controlar qualquer derramamento sem contaminar o meio ambiente. Os locais devem estar longe de fontes de água, áreas residenciais e construídas, bem como áreas de armazenamento de alimentos e confinamento de gado;
- Adquirir kits de derramamento e instituir medidas de controle adequadas em caso de derramamento acidental;
- Armazenar todos os pesticidas em seus recipientes originais e rotulados e certificar-se de que as instruções de armazenamento estão a ser seguidas;
- Manter um registro de todos os pesticidas adquiridos, registrando quando foram recebidos, a quantidade utilizada, o valor restante na loja e sua localização.
- Os armazéns devem ter ventilação adequada, contenção secundária e chuveiros e de kits de emergência.

7.4.3. Manipulação

- Os operadores devem ler, entender e seguir as instruções do rótulo do produto para uma mistura segura, aplicação e descarte; use pessoal treinado para operações críticas (por exemplo, mistura, transferências, tanques de enchimento e aplicativo),
- Insistir para que o equipamento de proteção individual (EPI) correto (por exemplo, luvas, macacão, proteção para os olhos) deve ser usada sempre ao manusear e aplicar pesticidas.
- Obrigar que qualquer mistura e enchimento de tanques de pesticidas ocorram em uma área de enchimento designada.
- Este deve ser colocado longe de cursos de água e drenos.
- Se em concreto, a água deve ser coletada em um reservatório separado e descartada como resíduos perigosos
- Certifique-se de que os derramamentos sejam limpos imediatamente usando kits de derramamento apropriados; derrames não devem ser levados para cursos de água ou drenos.

7.4.4. Aplicação

- Dar preferência ao método de aplicação com o menor risco EHS e certificar-se de que os organismos não são afetados.
- Selecionar tecnologias e práticas de aplicação de pesticidas projetadas para minimizar o movimento fora do local
- Assegurar que todos os equipamentos estejam em boas condições e devidamente calibrados para aplicar a dosagem correta.
- Insistir para que as aplicações ocorram em condições climáticas adequadas; evitar tempo úmido e condições de vento



MINAGRIF/PDAC



7.4.5. Disposição

Qualquer pesticida diluído não utilizado que não possa ser aplicado à cultura - juntamente com água de enxague e pesticidas desactualizados ou não aprovados - devem ser descartados como resíduo perigoso, conforme Diretrizes da FAO.

Os recipientes de pesticidas vazios, selos de alumínio e tampas devem ser enxaguados três vezes.

7.4.6. Embalagens

Devem ser armazenados de forma segura e protegida antes de serem descartados com segurança e não devem ser utilizadas para outros fins.

7.4.7. Fertilizantes

- Armazene os fertilizantes em sua embalagem original e em um local dedicado que possa ser trancado e devidamente identificados com sinais, cujo acesso é limitado a pessoas autorizadas.
- Garantir que o SDS e os estoques estejam disponíveis nas instalações de armazenamento de fertilizantes e disponíveis para os primeiros respondedores quando necessário.
- Compre e armazene apenas os requisitos mínimos de fertilizantes e use primeiro os fertilizantes mais antigos.
- Mantenha os estoques de fertilizantes separados de pesticidas e maquinário (por exemplo, combustíveis, ignição ou fontes).
- Conhecer e compreender as necessidades de fertilizantes de cada cultura e aplicar apenas o necessário, quando é necessária, para minimizar as perdas ao meio ambiente.
- Implementar um programa de treinamento adequado para o pessoal que está transportando, manuseando, carregando, armazenamento e aplicação de fertilizantes.

7.4.7.1. Descarte de embalagens de fertilizantes e pesticidas

Existem procedimentos apropriados para o descarte das embalagens e os procedimentos são de acordo as directrizes gerais SSMA, do programa de alimentação e agriculturas (FAO) e a legislação

- Assegurar que todas as embalagens de pesticidas e herbicidas são colectadas do campo após o seu uso, e que estão devidamente armazenados até o descarte final.
- Não queimar embalagens, plásticos, ou outros resíduos sólidos.
- Descartar os resíduos em locais apropriados para a sua eliminação ou reciclagem.
- Gerir os resíduos sólidos de acordo com as Diretrizes (Gerais de SSMA do IFC ou legislação local aplicável).



MINAGRIF/PDAC



- Gerir pesticidas expirados e indesejados como resíduos perigosos seguindo as Diretrizes gerais de SSMA e do Programa de Alimentação e Agricultura (FAO) para a gestão de pequenas quantidades de pesticidas indesejados e obsoletos.

7.4.8. Gestão integrada de pragas

A gestão Integrada de Pragas (GIP) é uma abordagem eficaz e ambientalmente sensível para controlo de pragas. O uso de pesticidas vem crescendo a nível mundial, devido aos riscos ambientais e de saúde, o uso de predadores naturais, plantas resistentes a pragas e outros métodos para preservar um ambiente saudável, representam um esforço para diminuir a dependência de pesticidas nocivos e melhor a abordagem para combater as pragas. O uso de controlo químico por si só não proporcionará um controlo de pragas a longo prazo. A dependência de técnicas de controlo único resulta em degradação ambiental, contaminação de produtos alimentares, problemas de resíduos e resistência em espécies alvo, prejudicando seriamente a sustentabilidade no sector agrícola.

O plano de gestão de pragas elaborado para a fazenda VERDE NATURAL teve por base as orientações do PGP elaborado para o PDAC. Serão verificadas a implementação das orientações estabelecidas no PGP.

Tabela 26: Culturas e tipo de pragas

| Nome comum | Nome Científico da praga ou vector | Cultura |
|----------------------------------|--|--|
| Anthracnose | Colleotrichum lindemuthianum Colletotrichum gloesporoides pv manihoti | Feijao vulgar & Feijão Macunde Mandioca |
| Seca apical | Phoma exigua pv.exigua | Feijao vulgar & Feijão Macunde |
| Manhas de Cercospora | Cercospora cruenta | Feijao vulgar & Feijão |
| Manchas por Septoria | Septoria vignae | Feijao vulgar & Feijão Macunde |
| Mancha foliar comum | Cercospora vignicola | Feijao vulgar & Feijão Macunde |
| Mancha foliar branca | Erysiphe polygoni | Feijao vulgar & Feijão Macunde |
| Manchas foliares de esclerotinia | Sclerotinia sclerotiorum | Feijao vulgar & Feijão Macunde |
| Esclerotia do caule | Sclerotium rolfsii | Feijao vulgar & Feijão Macunde |
| Podridão radicular | Fusarium solani Pythium myriotyllum | Feijao vulgar & Feijão Macunde |
| Fusariose amarela | Fusarium oxysporum sp. Phaseoli | Feijao vulgar & Feijão Macunde |



MINAGRIF/PDAC



| | | |
|--|--|--------------------------------|
| Cancro da haste e vagens | Diapotre phaseolorum | Feijao vulgar & Feijão Macunde |
| Verrugose (Scab) | Xanthomonas campestris pv. Phaseoli | Feijao vulgar & Feijão Macunde |
| Murcha bacteriana comum | Pseudomonas savastanoi pv. Phaseolicola | Feijao vulgar & Feijão Macunde |
| Murcha bacteriana aureolada | Syringae pv. Phaseolicola | Feijao vulgar & Feijão Macunde |
| Virus Mosaico amarelo do feijão (BYMV) | Potyvirus spp | Feijao vulgar & Feijão Macunde |
| Ferrugem do trigo | Puccinia polysora, Puccinia sorghi | Milho |
| Mancha foliar clara | Helminthosporium turcicum | Milho |
| Mancha foliar por phaeospheria | Phyllosticta mayis | Milho |
| Anthracnose no milho | Colletotrichum graminicola | Milho |
| Podridão negra | Bipolaris zeicola = Helminthosporium carbonum | Milho |
| Podridão seca | Stenocarpella macrospora = Diplodia macrospora | Milho |
| Queda do colmo | Stenocarpella maydis = Diplodia zeae | Milho |
| Virus das estrias de milho | Milho streak gemini virus (MSV) | Milho |

Tabela 27: Pesticidas/ Inseticidas usados na cultura do milho

| Praga | Inseticida |
|---|--------------------------|
| Prostephanus truncatus acanthoscelides obtectusrhizopertha dominica sitotoge cerelella | Target ctelli super dust |
| Afideos jacidestripese e percevejos | Agror |
| Brocas do colmo (bussiola fusca) sp, lagarta americana (heliiothis armígera), roscas | Endoagran |



MINAGRIF/PDAC



| | |
|---|----------------------------------|
| Afideos, brocas, tripes e gafanhotos | Sumigran 50 cpe |
| Lagarta americana, (heliiothis armígera), broca do milho (bussiola fusca) | Buldock 5% ec |
| Termites | Confidor 20% sl; 70% wg e 35% SC |
| Brocas, gorgulhos, traças, tribolium, trogodermasetc. | Actelli lp |
| Lagarta do colmo e roscas | Karate 5 ec |
| Afideos, jassides e percevejos | Agror 20 cpe |
| Brocas do colmo, spodoptera | Larvin 37,5% |
| Chilo partellus, bussiola fusca, lagarta americana e lagarta invasora | Decis forte 10% ec |
| Lagarta americana, broca do colmo | Politrin |
| Lagartas roedoras das folhas, Insêctos do solo, Pírale | FIPRORIUS 0,3G |
| Pírales do arroz, mosca destruidora de arroz, Tripes, Furador branco, insecto (flatidae) do arroz | FIPRORIUS 0,3G |
| Osina da fruta | Desirius |
| Lagartas desfolhantes, lagarta das espigas | Chlorius |
| Insecto do solo | Bofirius |
| Oscinella | Mesurol 80 % wp |
| Lagarta americana (heliiothis amigera),broca de milho, | Bulldock 5% Ec |
| Brocas do Colmo, Spodoptera | Larvin 37,5% SC |
| Alfídeos, brocas e tripes | Sumigran 50 CPE |
| Lagarta do Colmo e Roscas | Duduthrin 5% EC |
| Broca do colmo e Lagarta das folhas | Duduthrin 5% EC |



MINAGRIF/PDAC



| | |
|--|------------------|
| Brocas do colmo (Busseola fusca, Sesamia sp), Lagarta americana (Heliothis armígera) | Endoagran 35 EC |
| Lagarta Americana e lagarta rosada | Endoagran 35 EC |
| Mosca, thrips, pulgão, aleurode, falena, traça, cigarra, entre outros, em diferentes estados de desenvolvimento (ovos, larvas, adultos) | Tudo bem |
| Sesamia monagrioides | Moran 150 EC |
| Ácaros e alguns insectos | Matacarius |
| Broca do colmo | Karate 5 EC |
| Contra lagartas e térmitas | FIXE 50 EC |
| Combate de insetos Picadores, coleópteros, hemípteros, alguns dípteros, lipidopteros e alguns insetos trituradores em estado larvar, nomeadamente doryphore | Bastião 3G |
| Broca do colmo, Lagarta do solo, Lagarta das folhas, Lagarta americana, lagarta espinhosa, percevejo verde, gorgulho do feijoeiro, escaravelhos, bemisia, afídios, trips e cochonilhas | Eforia 045 ZC |
| Afinete e scutigarella | Carbofurão Sapec |
| Larva alfinete, Diabrotica speciosa, P0ao- da – galinha | Regent 800 WG |
| Brocas | Lagapri |
| Alfinetes e miriápodes, mololonta, noctuas | Furanpri 5GR |

Tabela 28: Inseticidas usadas na cultura do Feijão Vulgar

| Praga/Doença | Inseticida/Fungicidas |
|--|---------------------------|
| Broca do colmo, Lagarta do solo, Lagarta das folhas, Lagarta americana, lagarta espinhosa, percevejo verde, gorgulho do feijoeiro, escaravelhos, bemisia, afídios, trips e cochonilhas | Eforia 045 ZC |
| Lagarta Americana | Thiodan 35% EC e Politrin |
| Prostephanus truncatus, acantoscelides obtectus, rhizoperthus dominica sitrotoge cerelella | Target actellic super |



MINAGRIF/PDAC



| | |
|---|--------------------------------|
| Afídeos, ácaros, mosca branca e trips | Agror 40 |
| Piolho negro | Deltagran |
| Roscas | Endoagran |
| Afídeos, gorgulho, lagartas e trips | Sumigran |
| Lagarta americana (heliiothis armiger) | Buldock 5 ec |
| Brocas, gorgulho, traças, tribólios trogodermas | Actellic 1 p |
| Afídeos, acaro, mosca branca, pulgão e roscas | Actellic 50 |
| Lagarta do solo, lagarta americana, escaravelhos e trips | Politrin 440 ec |
| Lagarta americana, plúsia | Larvin 37,5 % sc |
| Afídeos, mosca branca, lagarta americana, tricopsia, trips | Thunder 14,5% O- Teq |
| Afídeos, joaninhas, lagartas, mosca branca, tripes rosca | Malaton 50-s |
| Tricoplusia, maruca | Biorius |
| Alfídeos, gorgulho, lagartas (Plutella spp e Heliiothis spp) e tripes | Sumigran 50 CPE |
| Piolho negro | Decis 2,5 EC, Deltagran 2,5 EC |
| Afídios, Mosca branca, Lagarta Americana, Tricoplusia, Tripes | Thunder 14,5% O-TEQ |
| Mosca, thrips, pulgão, aleurode, falena, traça, cigarra, entre outros, em diferentes estados de desenvolvimento (ovos, larvas, adultos) | Tudo bem |
| Lagarta americana, lagarta do solo, lagarta das folhas, afídios, trips e escaravelhos | Karate 5 EC |
| Afídios, ácaros, joaninha, dos melões lagartas, mosca branca, mosca do melão, pulgão, tripes e roscas ou nóctuas | Actellic 50 EC |
| Especialmente larvas de Lepidopterae | Insectido 5 EC |
| Mosca | Furanpri 5 GR |
| Antracnose e ferrugem | Bravo 720 SC |
| Ferrugem | Score 250 ec |
| Oidioi | Calixin, Bayfidan 25% dc |
| Ferrugem | Manzine |



MINAGRIF/PDAC



| | |
|---------------------------------|----------------|
| Ferrugem (uromyces andiculatus) | Folicur 25% ew |
| Ferrugem (uramyces apendice) | Baycor 30% dc |

7.4.8.1. Riscos de saúde ambiental, ocupacional e público associados ao uso de pesticidas

Os riscos de uso de pesticidas estão associados ao armazenamento, manuseio, transporte, aplicação descarte de embalagens vazias e pesticidas obsoletos. O uso de agroquímicos, especialmente os pesticidas, se não forem devidamente geridos, podem levar a sérias consequências para a Saúde Ambiental, Profissional e Pública. Os riscos ambientais e de saúde pública associados ao uso de agroquímicos são:

- Poluição de recursos hídricos e vida aquática.
- Acondicionamento impróprio e deposição de pesticidas por agricultores e auxiliares nos campos de produção nas lavras dos produtores.
- Impacto nas perdas pós-colheita devido a pragas
- Saúde e segurança geral dos agricultores (culturas e segurança pública)
- A modificação da flora microbiana do solo e do teor de resíduos de pesticidas no solo que podem causar poluição.
- Poluição do ar.
- Intoxicação e mortalidade da fauna, extinção ou proliferação de espécies ou grupos de espécies, quebra da cadeia alimentar e perda de biodiversidade.

Tabela 29: Pesticidas, riscos ambientais, ocupacionais e de saúde, incluindo medidas de mitigação e indicadores de monitoria Impactos negativos / Pragas e uso de pesticidas/ ameaças / riscos Causas Medidas de mitigação Ferramenta de implementação.

| Impactos negativos de pragas e usos de pesticidas ameaças e riscos | Causas | Medidas de mitigação | Ferramentas de implementação | Resultados esperados | Indicadores de monitoria |
|--|--|---|---|--|--|
| Envenenamento da fauna flor e humano | Eliminação inadequado de recipientes de pesticidas e dos pesticidas obsoletos após o uso | Eliminar e destruir os recipientes de pesticidas após o uso | Recipientes de pesticidas limpos, e plano de recolha disponível | Plano de limpeza e descarte de recipientes de pesticidas desenvolvido e implementado s | |
| | | Educação e treinamento | Adição de técnicas/ Abordagem PMP | Agricultores treinados | Numero de agricultores Treinados, registo de treinamento |
| | | Os agricultores adaptam Boas pratica agrícolas | | Em técnicas de PMP e Boas praticas | |
| Uso improprio de pesticidas pelos agricultores e seus auxiliares | Pessoal não treinado em técnicas de aplicação de | Controlo e supervisão | Adoção de abordagens técnicas MP | Agricultores treinados em técnicas MP | Numero de agricultores treinados, registos de treinamentos |



MINAGRIF/PDAC



| | | | | | |
|---|-----------------------------------|---|--|--|--|
| | pesticidas, uso de ETP inadequado | | | | realizado |
| | | Uso de pesticidas nas propriedades agrícolas | Procedimentos de amostragem aleatória | Resíduos de pesticidas em culturas aceitáveis | Níveis e tendências de resíduos de pesticidas em culturas aceitáveis |
| Saúde e segurança dos agricultores Para culturas/danos ambientais | Necessidade de treinamento | Educar os agricultores para que adotem BPAs com base nas técnicas de MP, e não usem Pesticidas químicos a menos que seja recomendada o pelos técnicos autorizados | Técnicas de MP com ênfase em controlo cultural e biológico no controlo de pragas | Conformidade com política nacional de MIP e política do BM sobre pragas/gestão de pesticidas | agricultores treinados, em técnicas de MP, numero de agricultores que implementa m MP em suas lavras |

Cronograma de supervisão Tabela 30: Cronograma de implementação do plano de gestão de pragas e doenças

| Acções | Responsabilidade | Cronograma |
|---|----------------------------------|--|
| Identificação e compreensão da espécie de pragas e tipos de doenças que ocorrem na região (Registo) | Engenheiro agrónomo e proponente | No início de cada ciclo cultural e semanalmente quando se justificar |
| Planeamento das acções de combate | Engenheiro agrónomo e proponente | No início de cada ciclo cultural e semanalmente quando se justificar |
| Preparação do local e dos Preparação do local e de outros meios preventivos e biológicos | Engenheiro agrónomo e proponente | No início de cada ciclo cultural e semanalmente quando se justificar |
| Implementação e avaliação do métodos de controle (priorizando os físicos e biológicos) | Engenheiro agrónomo e proponente | No início de cada ciclo cultural e semanalmente quando se justificar |
| Avaliação e monitoramento do Manuseio Integrado de Pragas (Registo) | Engenheiro agrónomo e proponente | Devem ser emitidos trimestralmente, reportando resultados obtidos |

7.4.8.2. Cronograma de supervisão

Tabela 31: Calendário de monitoria e supervisão

| Responsável | Frequência | Tipo de avaliação / Monitoria |
|--|-------------------------------------|---|
| Proponente com auxilio do TSP da BRLi- Sirius. | Mensalmente ou conforme necessidade | Monitoria de conformidade /semelhante à inspecção in loco de acordo com as regras do PMP. |



MINAGRIF/PDAC



| | | |
|-----|------------|---|
| TSP | Trimestral | Implementação das medidas de mitigação ambientais identificadas durante a aprovação do programa. |
| TSP | Anual | Avaliação global do desempenho dos projectos, incluindo a implementação do PMP. Isso pode fazer parte do programa geral de monitoria do Programa. |

7.4.8.3. Cronograma de implementação do Plano de fertilização, gestão de pragas e doenças

Tabela 32: Cronograma de implementação do plano de gestão de pragas e doenças

| Acções | Responsabilidade | Cronograma |
|---|----------------------------------|--|
| Identificação e compreensão da espécie de pragas e tipos de doenças que ocorrem na região (Registo) | Engenheiro agrónomo e proponente | No início de cada ciclo cultural e semanalmente quando se justificar |
| Planeamento das acções de combate | Engenheiro agrónomo e proponente | No início de cada ciclo cultural e semanalmente quando se justificar |
| Preparação do local e dos meios preventivos e biológicos | Engenheiro agrónomo e proponente | No início de cada ciclo cultural e semanalmente quando se justificar |
| Implementação e avaliação do métodos de controle (priorizando os físicos e biológicos) | Engenheiro agrónomo e proponente | No início de cada ciclo cultural e semanalmente quando se justificar |
| Avaliação e monitoramento do Gestão Integrado de Pragas (Registo) | Engenheiro agrónomo e proponente | Devem ser emitidos trimestralmente, reportando resultados obtidos |

7.4.8.4. Relatórios

Será elaborado um relatório anual sobre o gestão de pragas e pesticidas, indicando os casos de pragas identificadas e controladas usando abordagens MIP, a localização de pragas, o nível de sucesso do tratamento, quantidade e tipo de pesticida utilizado, nível e tipo de associação de agricultores e outras informações relevantes (por exemplo, programas de treinamento organizados, número de demonstrações utilizando a abordagem escola de campo de agricultor realizadas etc.).

7.5. Plano de prevenção da COVID-19

7.5.1. Plano de contingência da Fazenda

É importante que todos o empresário agrícola crie um plano de contingência para lidar com a pandemia da COVID-19. Esse plano orienta empresa e trabalhadores a identificarem riscos e determinarem a conduta adequada em cada situação. As orientações sobre esse assunto não pretendem ser protocolos ou recomendar regulações. Cada empresa poderá adaptar essas orientações para sua realidade local. Para preparar um ambiente de trabalho na empresa agrícola para lidar com a pandemia da COVID-19, é necessário que se cumpram algumas recomendações que são apresentadas a seguir:

7.5.2. Estabelecer medidas gerais de prevenção no ambiente de trabalho



MINAGRIF/PDAC



Essas medidas são destinadas a todos os trabalhadores da fazenda:

- Comunicar as medidas de prevenção de infecção pela COVID-19;
- Lavar as mãos com água e sabão, por pelo menos 20 segundos, ou usar álcool em gel com frequência;
- Cobrir o nariz e boca ao espirrar ou tossir;
- Evitar aglomerações;
- Manter ambientes bem ventilados;
- Não compartilhe objetos pessoais;
- Preparar o ambiente de trabalho para estimular a higiene frequente das mãos dos trabalhadores, clientes e visitantes, prioritariamente mediante lavagem com água e sabão;
- Desestimular o compartilhamento de objectos que são tocados por mão e boca como telemóveis, copo, talheres, bebedouro, etc.;
- Estimular a higienização frequente de objectos que precisam ser compartilhados no trabalho como ferramentas e equipamentos;
- Estimular medidas de etiqueta respiratória como cobrir tosses e espirros com os cotovelos;
- Definir se é possível estabelecer políticas e práticas no trabalho com menor aproximação e contato humano, por exemplo:
- Redução de reuniões presenciais;
- Restrição de acesso ao público externo;
- Diferentes turnos de refeição
- Aumentar o rigor na higienização do local de trabalho, com desinfecção de superfícies de equipamentos e mobiliário;
- Obrigar os trabalhadores a aderirem as campanhas de vacinação contra COVID19.

7.5.3. Desenvolver uma política e procedimentos internos para identificação e isolamento de pessoas doentes

- Criar um fluxo para rápida identificação e isolamento dos casos suspeitos de COVID19;
- Estimular que trabalhadores informem prontamente sua condição de saúde e se auto monitorem nesse sentido;
- Criar procedimentos ágeis para que trabalhadores informem quando estão doentes ou com sintomas da COVID-19;
- Quando apropriado, a empresa deve criar procedimentos para isolamento imediato de casos suspeitos e treinar seus trabalhadores para implementar esses procedimentos;
- Quando possível, prover máscaras cirúrgicas descartáveis e orientações de como usá-las e descartá-las apenas para os casos suspeitos. A medida visa criar uma barreira de contacto com as secreções respiratórias;
- Restringir o número de pessoas com acesso a áreas de isolamento, quando houver;
- Proteger os trabalhadores que precisam ter contacto prolongado com suspeitos com medidas adicionais de segurança e de equipamentos de proteção individual;
- Classificar trabalhadores por perfil de risco (baixo, médio, alto, muito alto) para endereçar medidas apropriadas de proteção em cada caso.



MINAGRIF/PDAC



7.5.4. Práticas de trabalho seguro

Essas práticas incluem procedimentos para reduzir o tempo, frequência e intensidade de exposição ao risco, como:

- Disponibilizar o material para higiene pessoal e dos equipamentos de trabalho: álcool em gel, latrinas, equipamentos pessoais sem necessidade de compartilhamento;
- Fixar em vários locais do ambiente laboral lembretes sobre as medidas de higiene e etiqueta respiratória;
- Criar protocolos de higienização sistemática;
- Uso de máscaras por pessoas com sintomatologia da doença ou casos confirmados, com substituição conforme manual do fabricante, visando criar uma barreira contra os respingos respiratórios.

7.5.5. Cronograma de implementação do plano

As medidas de mitigação estabelecidas podem e deverão ser actualizadas periodicamente em cumprimento as recomendações das autoridades de saúde locais e nacionais MINSA (Ministério da Saúde) e da OMS.

Tabela 33: cronograma de implementação do plano prevenção a covid 19

| Acções | Descrição | Responsabilidade | Cronograma |
|---|--|--|-------------|
| Promover a lavagem regular e completa das mãos dos trabalhadores e visitantes | Colocar reservatórios de água para higienizar as mãos em locais destacados no trabalho; Assegurar-se de que os trabalhadores tenham acesso a locais onde possam lavar as mãos com água e sabão Exibir cartazes promovendo a lavagem das mãos | Proponente | Diariamente |
| Promover uma boa higiene respiratória no local de trabalho | Utilizar cartazes sobre higiene respiratória e combinar essa acção com medidas de comunicação incluindo a orientação de funcionários de saúde e segurança ocupacional, instruções em reuniões e Fornecer máscaras faciais e ou lenços àqueles que tenham secreção ou tosse, além de caixas fechadas para descarte higiênico desses elementos. | Proponente/Autoridades locais da saúde | Diariamente |
| Desenvolva um plano de contingência e continuidade das operações da fazenda | Os temas do plano devem incluir como manter a actividade da empresa; Compartilhar o plano com todos os trabalhadores e verificar que eles saibam o que fazer com base nas diretrizes. | Proponente/Autoridades locais da saúde | Mensalmente |

As medidas para a prevenção da covid podem e serão actualizadas periodicamente.

De acordo com as Diretrizes da OIT de 2001 sobre sistemas de segurança e saúde no trabalho (§3.10.3.) As medidas de prevenção, preparação e resposta de emergência devem ser tomadas de acordo com a dimensão e natureza da atividade da organização. Devem ser estabelecidas em cooperação com os serviços de emergência externos e outros organismos, se for caso disso, e: assegurar a informação necessária, a comunicação interna e a coordenação para proteger todas as pessoas em caso de emergência



MINAGRIF/PDAC



no local de trabalho; Fornecer informações e comunicar com as autoridades competentes e os serviços envolventes e de resposta de emergência; Integrar os primeiros socorros e assistência médica, o combate a incêndios e a evacuação de todas as pessoas no local de trabalho; e fornecer informações pertinentes e formação a todos os elementos da organização, em todos os níveis, incluindo sobre exercícios regulares de avaliação de procedimentos de prevenção, planeamento e resposta de emergência.



MINAGRIF/PDAC



7.6. Plano de formação ambiental e social

O objectivo deste plano é apresentar os principais temas e conteúdos programáticos, planeamento, para formação dos trabalhadores sobre Ambiente e Social, de forma a assegurar a sustentabilidade das acções de construção e operação, bem como salvaguardar a saúde e integridade física dos trabalhadores e colaboradores e outras áreas do projecto a serem de intervencionadas.

A formação é uma ferramenta indispensável para mudança de atitude e consciência. Geralmente as pessoas praticam o que sabem ou já viram, seja por via de formação ou experiência prática do dia-a-dia. É neste contexto que um plano de formação se justifica para atender as necessidades específicas de cada actividade, de forma a assegurar a gestão ambiental, e adopção de medidas e cuidados específicos de segurança dentro dos processos normais da operação, com o fim maior de proteger os trabalhadores.

Os Conteúdos principais são os seguintes:

- Regras gerais de segurança;
- Uso de equipamentos de protecção colectiva e individual;
- Primeiros socorros;
- Planos de emergência;
- Combate a incêndios;
- Técnicas de investigação de incidentes;
- Legislação sobre Higiene e Segurança no Trabalho;
- Sinalização de Segurança;
- Segurança rodoviária;
- Plano de emergência;
- Prevenção de violência baseada no género;
- Mecanismo de sugestões e gestão de reclamações do PDAC (MSGR)

Tabela 34: Plano de formação Ambiental e Social

| Área temática de ambiente, conteúdo programático e cronograma proposto | | | | | |
|--|---|---|------------------------|---------------------------------------|---|
| Nº | Conteúdo de Formação | Conteúdo Programático | Beneficiários | Responsável | Cronograma |
| 1 | Acolhimento /sensibilização sobre as regras de preservação e conservação do ambiente. | ✓ Regras gerais básicas de preservação e conservação do ambiente(em obra e áreas circundantes); | Todos os trabalhadores | Especialista ambiental da BRLI-Sirius | - Trimestralme - Quando tiver novo trabalhador |



MINAGRIF/PDAC



| Área temática de ambiente, conteúdo programático e cronograma proposto | | | | | |
|--|---|---|--|--|-----------------|
| Nº | Conteúdo de Formação | Conteúdo Programático | Beneficiários | Responsável | Cronograma |
| 1 | Prevenção e controle da poluição. | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Importância da limpeza do ambiente de trabalho; ✓ Prevenção e controle da erosão dos solos; ✓ Actividades/acções com risco de poluição da água e dos solos ✓ Gestão de resíduos sólidos: geração, acondicionamento, transporte e deposição final. | Todos os trabalhadores | Especialista ambiental da BRLi-Sirius | Trimestralmente |
| 2 | Prevenção e controlo do risco de substâncias perigosas, e acidentes ambientais. | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Regras de manuseamento e armazenamento de combustíveis, óleos e outras substâncias perigosas; ✓ Procedimentos de prevenção e actuação em caso de derrame de substâncias perigosas; ✓ Procedimentos em caso de ocorrência de acidente ambiental. | Todos os trabalhadores. | Especialista ambiental da BRLi-Sirius | Trimestralmente |
| Área temática social, conteúdo programático e cronograma proposto | | | | | |
| 3 | Prevenção da violência baseada no género. | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Conceito de violência baseada no género, exploração e abuso/assédio sexual; ✓ Funções e responsabilidades das partes interessadas; ✓ Mecanismo de reclamação de incidentes de violência com base no género; Procedimentos de reclamações para membros da comunidade; | <p>Pontos focais e população da área do subprojecto.</p> <p>Todos os trabalhadores da fazenda.</p> | Especialista ambiental e social da BRLi-Sirius | Trimestralmente |
| 4 | MSGR | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Objectivos e benefícios dos mecanismos de reclamação; ✓ Tipo e fluxo de apresentação e resolução de reclamações; ✓ Principais responsabilidades do pessoal-chave; ✓ Requisitos para ser ponto focal de recebimento de reclamações. | <p>Pontos focais e população da área do projecto.</p> <p>Trabalhadores.</p> | Especialista ambiental e social da BRLi-Sirius | Trimestralmente |
| Área temática Segurança, conteúdo programático e cronograma proposto | | | | | |



MINAGRIF/PDAC



| Área temática Segurança, conteúdo programático e cronograma proposto | | | | | |
|--|---|--|---|-----------------------------|--|
| 5 | Acolhimento /sensibilização sobre as regras de segurança e higiene. | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Regras de segurança e potenciais riscos por actividade; ✓ Equipamentos de protecção colectiva (EPC) e individual(EPI); ✓ Procedimento em casos de emergência. | Todos os trabalhadores da obra. | Especialista da BRLI-Sirius | Sempre que necessário Trimestralmente |
| 6 | Álcool seus efeitos e consequências. | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Risco e consequências do uso de álcool durante o trabalho; ✓ Norma interna de despistagem do consumo de álcool e respectivas sanções. | Todos os trabalhadores da obra. | Especialista da BRLI-Sirius | Sempre que necessário Trimestralmente |
| 7 | Prevenção e controlo de doenças. | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Regras e meios de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (HIV/SIDA, sífilis, gonorreia); ✓ Regras de prevenção de doenças de veiculação hídrica (malária, diarreia, cólera); ✓ Medidas de prevenção e controlada COVID-19. | Todos os trabalhadores | Especialista da BRLI-Sirius | Trimestralmente |
| 8 | Postura de trabalho e manipulação de cargas. | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Factores de riscos associados à manipulação de cargas. ✓ Lesões associadas à movimentação manual/mecânica de cargas. ✓ Regras de segurança na condução de máquinas. ✓ Medidas preventivas para minimizar riscos associados à manipulação de cargas. | Todos os trabalhadores Sessão específica para motoristas e operadores de máquinas. | Especialista da BRLI-Sirius | Quando tiver trabalhador novo Trimestralmente |
| 9 | Sinalização de Segurança. | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Sinais de obrigatoriedade; ✓ Sinais de proibição; ✓ Sinais de aviso; ✓ Sinalização de obstáculos e locais perigosos, e produtos | Todos os trabalhadores da obra. | Especialista da BRLI-Sirius | Quando tiver trabalhador novo Trimestralmente |



MINAGRIF/PDAC



| Área temática Segurança, conteúdo programático e cronograma proposto | | | | | |
|--|----------------------|---|----------------------------------|-----------------------------|---|
| | | químicos. | | | |
| 10 | Segurança rodoviária | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Procedimentos gerais de segurança rodoviária; ✓ Limite de velocidade; ✓ Condução defensiva; ✓ Importância do estado mecânico das viaturas e máquinas para prevenção de acidentes; ✓ Procedimentos de comunicação em caso de acidente. | Condutores de viaturas máquinas. | Especialista da BRLI-Sirius | Quando tiver trabalhador novo Trimestralmente |
| 11 | Plano de emergência. | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Procedimentos de evacuação; ✓ Simulacro; ✓ Prevenção e extinção de incêndio; ✓ Primeiros socorros. | Todos os trabalhadores. | Especialista da BRLI-Sirius | Quando tiver trabalhador novo. Trimestralmente |

7.7. Plano de Prevenção de EAS/AS

Os princípios que regem este plano são:

- Promoção de uma sociedade de pluralismo, tolerância e cultura de paz;
- Igualdade de direitos entre homens e mulheres;
- O direito das mulheres e dos homens de viver sem violência.
- A defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade dos cidadãos perante a lei;
- O reforço da democracia, da liberdade, da estabilidade, harmonia individual e social;
- Edificação de uma sociedade de justiça social e a criação do bem-estar material, espiritual e de qualidade de vida dos cidadãos;
- Promoção do progresso económico e social que favorece a equidade e igualdade do género.

O Plano define duas áreas estratégicas de intervenção, a partir das quais são organizados objectivos e resultados, bem como acções, a saber:

Área Estratégica: Prevenção, Consciencialização e Educação



MINAGRIF/PDAC



O objectivo é a redução dos níveis de aceitação da violência baseada no género que se expressa nos seguintes resultados:

- Aumentado nível de consciencialização e conhecimentos sobre a exploração e assédio sexual nos espaços público e privados como uma violação dos direitos humanos;
- Aumento do envolvimento de líderes comunitários e fazedores de opinião na educação pública para a prevenção da EAS/AS nos espaços privados e públicos;
- Homens e rapazes participando na prevenção e combate a EAS/AS;
- Expandida a utilização das tecnologias de comunicação e informação para a prevenção da EAS/AS;
- Introduzidos mecanismos de reeducação e controlo de agressores de violência;
- Reduzidos os índices da EAS/AS.

Área Estratégica II: Resposta à EAS

O objetivo é expandir e melhorar a resposta à violência, orientando-se para os seguintes resultados:

- Consolidado o atendimento integrado para vítimas da violência através da área social das entidades locais onde são encaminhadas as denúncias que não são resolvidas internamente;
- Expandida a protecção e segurança das vítimas da violência pela Polícia Nacional;
- Assegurada a autonomia económica das vítimas de violência;
- Assegurada a formação e acesso ao emprego das mulheres vítimas de violência.

Este deverá ser executado semestralmente ou quando necessário.

7.8. Plano de Implementação do MSGR previsto pelo PDAC

O Mecanismo de sugestão e Reclamação já se encontra disponível e a funcionar.

Estão disponibilizados diferentes meios/ canais para recebimento das reclamações. Os canais de recepção de sugestões/ reclamações específicas do PDAC, são:

- Caixas de reclamações e formulários correspondentes – Serão disponibilizadas nas administrações municipais e comunais onde os subprojectos do PDAC serão implementados. Este método de reclamação exige que o reclamante saiba escrever, mas também permite que se mantenha em anonimato, caso seja a sua vontade;
- Linhas telefónicas gratuitas – O PDAC irá disponibilizar números de telefone gratuitos, que serão divulgados amplamente nas áreas de implementação dos subprojectos do PDAC. Os utilizadores destas linhas verdes podem também manter-se em anonimato caso assim o desejem;
- Endereços de email e endereços postais – O PDAC irá fornecer os emails do projecto, dos Representantes Provinciais e dos especialistas ambientais e de riscos sociais e de género, bem como o endereço postal da UIP em Luanda. Os interessados poderão contactar o PDAC via email ou via correios para emitir as suas sugestões ou reclamações;



MINAGRIF/PDAC



- website do PDAC (www.pdac.com) - Neste momento já está disponível no website, uma ferramenta do mecanismo, com um campo de preenchimento de formulários de reclamações ou sugestões. As reclamações feitas através da janela do MSGR existente no website, são reencaminhadas para os emails dos especialistas de comunicação, ambiente e riscos sociais e género. Para aceder ao formulário de reclamações, o utilizador deverá usar o seguinte link: <https://pdac.ao>

O MSGR do PDAC considera acções, ajustes e canais específicos para lidar com reclamações relacionadas com Abuso e Exploração Sexual (AES) e Assédio Sexual (AS) que estão estruturados em 6 etapas, conforme descrição abaixo:

- Etapa 1 – Identificação de canais de entrada confiáveis
- Etapa 2 – Avaliação dos recursos disponíveis
- Etapa 3 - Desenvolver procedimentos operacionais padronizados
- Etapa 4 – Demonstrar o compromisso da UIP
- Etapa 5 – Designar claramente tarefas relacionadas a reclamações e formar a equipe
- Etapa 6 – Comunicação sobre o MSGR

Nesta etapa se desenvolve canais de comunicação que facilitem a participação pública, tendo em conta aspectos culturais e limitações de acesso às tecnologias de informação. Estes canais deverão incluir, uma linha verde telefónica, caixas de recepção de reclamações (físicas), trabalhar nas comunidades para criar formas de manifestações culturais.

Existe disponibilidade do MSGR para os trabalhadores do projecto e as partes afectadas com procedimentos específicos para atender os casos de EAS/AS. Considerar a realização e formação de pontos focais para o registo e gestão de reclamações na fazenda com auxílio e orientação da UIP do PDAC.

O MSGR estará disponível não só para os trabalhadores e proprietários como para todas as partes que possam ser afectadas pelo mesmo e que inclui procedimentos específicos para atender casos de EAS/AS.

Os pontos de entrada para apresentar reclamações além de caixas e formulário, haverá Pontos Focais que serão devidamente selecionados e formados para o registo e encaminhamento de reclamações. Para tal deve-se solicitar formulário de recebimento de reclamações atualizado à equipa social do PDAC.

Será facilitado o acesso à possibilidade de qualquer pessoa reclamar (individual ou coletivamente; e em anonimato ou não).

7.8.1. Acções de divulgação do MSGR



MINAGRIF/PDAC



O material de divulgação é elaborado por uma empresa especializada em comunicação com o apoio e colaboração dos especialistas de salvaguardas Sociais e Ambientais, comunicação, com o envolvimento do departamento de Aquisições e a coordenação do subprojecto. A empresa tem as seguintes responsabilidades:

- Produzir materiais de comunicação e divulgação para consciencializar os beneficiários dos Planos de Negócio e os diferentes actores envolvidos na construção de infraestruturas e implementação de projectos agrícolas, quanto à aplicação de conceitos de sustentabilidade ambiental e desenvolvimento social.
- Produzir materiais de comunicação e divulgação para consciencializar as comunidades potencialmente afectadas pelos projectos, sobre conceitos de sustentabilidade ambiental e social.
- Produzir materiais para divulgar e promover a participação pública e a possibilidade/oportunidade de emitir opiniões ou reclamações relacionadas com as actividades do projecto.

O proponente terá a responsabilidade de informar os seus trabalhadores e comunidades envolventes sobre a disponibilidade do MSGR, facilitar o acesso, disponibilizar um canal de recepção de reclamações/sugestões, mas os materiais de divulgação deverão ser produzidos pelo PDAC. website do PDAC para aceder ao formulário: <https://pdac.ao/sugestoes-e-reclamacoes/>

7.8.2. Mecanismo de Sugestões e Gestão de Reclamações (MSGR)

O principal propósito deste mecanismo é registar e resolver qualquer reclamação ou queixa que possa surgir durante as fases de desenho, implementação e operação dos subprojectos inscritos no PDAC.

Os níveis previstos são o nível comunitário (locais de implantação dos projectos), nível provincial (Representantes Provinciais), nível central (UIP) e judiciário.

Serão disponibilizados diferentes meios/ canais para recebimento das reclamações, a saber:

- Caixas de reclamações e formulários correspondentes (ver anexo);
- Linhas telefónicas gratuitas
- Endereços de email e endereços postais;
- O website do PDAC (www.pdac.com) - Neste momento já está disponível no website, uma ferramenta do mecanismo, com um campo de preenchimento de formulários de reclamações ou sugestões.
- <https://pdac.ao/sugestoes-e-reclamacoes/>

As queixas e reclamações devem ser enviadas para os seguintes contactos:

E-mail:

- info@dpac.ao
- msg@pdac.ao



MINAGRIF/PDAC



- cuanzasul@pdac.ao
- ufcp@pdac.ao

contacto telefónico

- +244 935 834 494

7.8.3. Plano de Acção contra Abuso e Exploração Sexual ou Assédio Sexual

Este mecanismo dá um tratamento especial às questões relacionadas com a VBG, principalmente quando se tratam de alegações/denúncias sobre Abuso e Exploração Sexual (AES) e Assédio Sexual (AS), que precisam ser tratadas de forma diferente de outros tipos de queixas.

O plano de acção prevê medidas de prevenção de EAS/AS a implementar em estreita colaboração com os proponentes, incluindo a adesão e subscrição do Código de Conduta pelo proponente e todos os trabalhadores afectos ao Plano de Negócios.

7.9. Plano de Consultas Públicas

As consultas públicas devem ser feitas antes da elaboração do PGAS e ao longo da implementação do subprojecto para informar a comunidade sobre o projecto PDAC, o plano de negócio da fazenda e os impactos ambientais e sociais que podem advir na implementação do subprojecto.

As consultas públicas têm como objectivo:

- Identificar as principais partes interessadas afetadas e / ou capazes de influenciar o subprojecto e suas actividades;
- Desenvolver um processo de envolvimento de partes interessadas que dê aos interessados uma oportunidade de influenciar o planeamento do projecto;
- Estabelecer mecanismos formais de reclamação / resolução;
- Definir relatórios e formas de monitorização para garantir a eficácia da consulta pública e revisões periódicas com base nos resultados.
- adequar as reuniões ao perfil dos grupos mais vulneráveis de uma comunidade de forma a garantir a sua participação no projecto.

7.9.1. Cronograma de implementação

| Acções | Descrição | Responsabilidade | Cronograma |
|--|---|--|------------|
| Palestras de sensibilização na fazenda sobre o violência laboral | A violência no local de trabalho definida como situações em que os trabalhadores sofrem insultos, ameaças, agressão ou quando são sujeitos a outros comportamentos ofensivos nas circunstâncias relativas ao seu trabalho, provocada por pessoas que pertencem e por pessoas que não pertencem à organização. | Proponente | Mensal |
| Palestra de sensibilização sobre o trabalho infantil | É todo o trabalho realizado por crianças com idade inferior a 14 anos de idade e que as impede de frequentar a escola e de ter um | Proponente/Autoridades locais de protecção a criança | Semestral |



MINAGRIF/PDAC



| | | | |
|--|--|---|-----------------------|
| | desenvolvimento físico, mental espiritual, moral e social pleno. | | |
| Divulgação do MSGR; | Dar a conhecer a população do mecanismo as populações vulneráveis e toda a população | Proponente/TSP BRLi-Sirius | Semestral |
| Palestras de sensibilização e prevenção EAS/AS e VBG | Sensibilizar a população no geral a fazer denuncia as autoridades locais ou pelo mecanismo do PDAC como forma de prevenção e combate a este tipo de violência | TSP BRLi-Sirius/Autoridades locais no ramo da reinserção social | Semestral |
| Palestra de prevenção a Covid 19 e as DST's | Formas de prevenção e tratamentos já existentes | TSP BRLi-Sirius/profissional da área da saúde local | Trimestral |
| Prevenção das queimadas não autorizadas | A melhor forma de se combater este mal é moldar a consciência dos cidadãos para não queimar, mediante campanhas de sensibilização junto das comunidades vizinhas, autoridades tradicionais, escolas, sociedade civil e outras partes interessadas. | Proponente/ autoridades locais e TSP BRLi-Sirius | Início e fim de época |



MINAGRIF/PDAC



8. CUSTOS ESTIMADOS

Tabela 35: Estimativa de custos

| ESTIMATIVAS DE CUSTOS | | | |
|--|----------------|--|------------------------|
| Medidas | Custos | Observações | Responsabilidade |
| Compra de mudas para Reflorestação da Fazenda e estabilizar as superfícies do solo expostas (eucaliptos, pinheiros cedros, acácias, leguminosas) | 100 000,00 Kzs | A vegetação existente na área a limpar é maioritariamente herbácea e pequenos arbusto. | Proponente |
| Kit de primeiros socorros | 200 000,00 Kzs | | Proponente |
| Área de armazenamento temporário de resíduos (perigosos e não perigosos) | 300.000,00 Kzs | | Proponente |
| Implementação de um Plano de Higiene, Saúde e Segurança Ocupacional (PHSST) | 150 000,00 Kzs | | Proponente |
| Criar áreas de repouso e/ou acomodações e wc para homens e mulheres | 250.000,00 Kz | | |
| Contentores para separação de resíduos na fonte(grades e pequenos) | 300.000,00 Kzs | | Proponente |
| Compra de vestuário de protecção apropriado, tais como: camisa de mangas compridas, calças compridas, chapéu, luvas e botas; Manter no local material para prestar primeiros socorros e pessoal treinado deve estar disponível. | 50 000,00 Kzs | | Proponente |
| Kit de emergência | 50.000,00 Kzs | | Proponente |
| Criar áreas de repouso específicas para homens e mulheres na fazenda | 200.000,00 Kzs | | Proponente |
| Proporcionar treinamento e /ou sensibilização sobre gestão de resíduos, HSST, Emergências, manuseio de resíduos tóxicos e perigosos, direitos humanos, direito laboral, conservação da fauna e da flora, direito da criança e tipos de violência e sua prevenção/denúncia, doenças transmissíveis e métodos de prevenção, utilizando panfletos, promover igualdade de oportunidades para ambos sexos; cumprir com a convenção da OIT e da sobre os direitos da Criança | 100 000,00 Kzs | | Proponente |
| Correcta disseminação de informações sobre oportunidades de emprego e de negócios; - Priorizar os trabalhadores locais nas oportunidades de emprego existentes; - Interação contínua entre o projecto e moradores locais para garantir que as expectativas sejam correctamente geridos. - Indução da equipa na protecção da biodiversidade. -Programa de conscientização da comunidade sobre a conservação da fauna e flora. | 100.000,00 Kzs | | Proponente |
| Todos trabalhadores afectos ao PN deverão ter contratos de trabalho, salário mínimo assegurado segundo a Lei Geral do Trabalho. | 100.000,00 Kzs | | Proponente |
| Compra de material de biossegurança como máscaras, sabão e álcool em gel e apoios de parede para o álcool gel | 100 000,00 Kzs | O limitado conhecimento das condições de propagação da Covid 19 pode aumentar o nível de contaminação na área do subprojecto e na comunidade | Proponente |
| TOTAL | | | 2.000.000,00 Kz |



MINAGRIF/PDAC



9. ACOMPANHAMENTO E MONITORIZAÇÃO DO SUBPROJECTO

Nas tabelas seguintes são apresentados os impactos ambientais e sociais do subprojecto, as medidas de mitigação, o responsável pela aplicação dessas medidas, os indicadores de verificação e a frequência de verificação dessas medidas.

9.5. Propósito

As acções de implementação das medidas de mitigação serão coordenadas pelo Proponente cujas capacidades ser-lhe-ão administradas pelo Especialista Ambiental e Social da BRLI/Sirius. A equipa do TSP também terá a responsabilidade de realizar o acompanhamento do progresso da implementação das medidas de mitigação e salvaguardas ambientais e sociais durante a implementação do Plano de Negócio. Outros objectivos incluem:

- Determinar se o projecto está sendo realizado em conformidade com as salvaguardas ambientais e sociais e acordos legais;
- Identificar problemas que possam surgir durante a implementação e recomendar formas para resolvê-los;
- Recomendar alterações na concepção/design, conforme o caso, na medida em que o subprojecto evolui ou as circunstâncias mudam;
- Identificar os principais riscos para sustentabilidade do subprojecto e recomendar estratégias de gestão de riscos adequados ao Proponente.

9.6. Meios de verificação e indicadores de execução

Constituem os meios mensuráveis de medição. A sua tradução pode ser expressa em número, percentagem ou localização tangível de um determinado impacto. No presente PGAS foram definidos alguns indicadores, nomeadamente:

- Extensão da área limpa;
- % de área agrícola em pousio durante época 1/época 2;
- % da área agrícola explorado a seguir tecnologia de sementeira directa;
- % da área agrícola com produção de adubos verdes;
- Existência de Plano de resíduos sólidos;
- Locais de descarte de embalagens de agroquímicos;
- Existência de protocolo de aplicação de pesticidas e químicos;
- Indicadores de erosão
- Monitoria da presença/existência de sinais visíveis de erosão dos solos



MINAGRIF/PDAC



- Percentagem de solos com sementeiras deficientes por causa de erosão
- Existência de obras/sistema anti erosiva funcional e avaliação da sua eficiência
- Práticas conservacionistas (parcelamento em curvas de níveis, trabalho do solo e sementeiras a seguir curvas de níveis, cercamento das parcelas com vegetação perene, uso da sementeira direita, etc.
- Indicadores de baixa/melhoramento da fertilidade
- Doses de cal aplicadas, frequência das aplicações e pH do solo
- Existência e implementação dum plano de gestão da fertilidade dos solos da fazenda
- Quantidades de adubo usado por cultura e avaliação das doses de fertilizantes aplicados por campanha/cultura
- Sinais de baixa au aumento da fertilidade dos solos (plantas indicadoras de fraca fertilidade, sinais de carências nas plantas, baixas de rendimentos etc.)
- Existência de equipamento de protecção individual;
- Existência de contrato de trabalho para os trabalhadores efectivos;
- Existência de plano de HSST aprovado pelo serviço regulador de segurança social;
- Disponibilidade de água potável para os trabalhadores;
- Relatórios de sessões de campanha contra Covid 19, HIV/SIDA, VBG, e outros assuntos.

9.7. Acompanhamento

- Relatórios de monitoria trimestrais e anuais partilhados pelo TSP BRLI Sirius com a UIP ilustrando claramente o estágio de progresso, lições aprendidas e questões emergentes decorrentes da aplicação do plano de mitigação dos impactos adversos;
- Fotografias e mapas ilustrativos do progresso da aplicação das medidas de mitigação dos impactos negativos ambientais e sociais;
- Visitas de campo unilaterais e conjuntas realizadas pelo TSP BRLI Sirius e UIP.



MINAGRIF/PDAC



Tabela 36: Plano de Monitoria de impactos da fazenda VERDE NATURAL

| PLANO DE MONITORAMENTO DO PGAS DA FAZENDA VERDE NATURAL | | | | |
|---|---|--|--|---|
| IMPACTOS | MITIGAÇÕES | RESPONSÁVEL | INDICADORES | FREQUÊNCIA DE VERIFICAÇÃO |
| Limpeza de terreno e erosão dos solos | Minimizar a exposição de solo com risco de erosão: A limpeza do terreno e vegetação deve ser mínima para reduzir a exposição do solo. A vegetação existente deve ser conservada quando possível. Em zonas não cobertas será plantada vegetação adicional para estabilizar as superfícies do solo expostas (eucaliptos, pinheiros cedros, acácias, leguminosas); Minimizar as perturbações à flora e fauna: as zonas de vegetação sensível deverão ser vedadas; limpeza e organização do local, mantendo a área sempre limpa | Proponente na implementação; BRLi-Sirius no acompanhamento e formação | Monitoria da presença/existência de sinais visíveis de erosão dos solos; Percentagem de solos com sementeiras deficientes por causa de erosão; Existência de obras/sistema anti erosiva funcional e avaliação da sua eficiência; Práticas conservacionistas (parcelamento em curvas de níveis, trabalho do solo e sementeiras a seguir curvas de níveis; Cercamento das parcelas com vegetação perene; Uso da sementeira direita, etc. | Anual |
| Fertilidade dos solos | Gerir/aumentar a fertilidade dos solos através de técnicas agro-biologias (adubos verdes, restituições dos resíduos, uso de compostagem, técnica de sementeira directa) como com o uso eficiente dos adubos químicos, | Proponente na implementação; BRLi-Sirius no acompanhamento e formação | Doses de cal aplicadas, frequência das aplicações e Ph do solo; Existência e implementação dum plano de gestão da fertilidade dos solos da fazenda; Quantidades de adubo usado por cultura e avaliação das dosas de fertilizantes aplicados por campanha/cultura - Sinais de baixa ou aumento da fertilidade dos solos (plantas indicadoras de fraca fertilidade, sinais de carências nas plantas, baixas de rendimentos etc.) | 1 vez por campanha |
| Contaminação por agroquímicos | Manusear e aplicar pesticidas seguindo as recomendações para o manuseamento de materiais perigosos apresentado nas Directrizes gerais de SSMA; Não usar pesticidas que se enquadram nas classes de perigo 1a (extremamente perigoso) 1b (altamente perigoso) da OMS; Proporcionar treinamento adequado ao pessoal envolvido na pulverização de pesticidas; manter os armazéns de pesticidas separados dos fertilizantes e de produtos agrícolas | Proponente na implementação; BRLi-Sirius no acompanhamento e formação | Locais de armazenamento de agrotóxicos separados de outros produtos e fechado a chave; Nº de trabalhadores equipados com material de protecção apropriado; Disponível no local o plano de gestão de resíduos; Conhecimentos das regras de emergência. | Por campanha agrícola ou depois de um incidente |
| Geração de resíduos perigosos (embalagens de agroquímicos e outros químicos de manutenção de | Assegurar que todas as embalagens de pesticidas são recolhidas do campo após o seu uso, e que estão devidamente armazenadas até o descarte final; Não queimar embalagens, plásticos, ou outros resíduos sólidos; Descartar os resíduos em locais apropriados para a sua eliminação ou reciclagem indicados pela autoridades locais ou iniciar a política reversa. | Proponente na implementação; BRLi/Sirius no acompanhamento e formação; PDAC na monitoria & avaliação | Locais de armazenamento e descarte final de embalagens e óleos e lubrificantes da maquinaria; Ausência de lixo espalhado para todos lados na fazenda; Conhecimento das regras de manejo de químicos pelos trabalhadores | Mensal |



MINAGRI/PDAC



PLANO DE MONITORAMENTO DO PGAS DA FAZENDA VERDE NATURAL

| IMPACTOS | MITIGAÇÕES | RESPONSÁVEL | INDICADORES | FREQUÊNCIA DE VERIFICAÇÃO |
|---|--|--|---|---------------------------|
| maquinária). | | | | |
| Contaminação por hidrocarbonetos (derrame de óleos e combustíveis) | Assegurar que todas as embalagens de pesticidas são recolhidas do campo após o seu uso, e que estão devidamente armazenadas até o descarte final; Utilização do kit de derrame existente na fazenda para conter os possíveis derrames; Promover formação sobre a prevenção de possíveis derrames | Proponente na implementação; BRLI/Sirius no acompanhamento e formação; PDAC na monitoria & avaliação | Locais de armazenamento e descarte final de embalagens e óleos e lubrificantes da maquinaria, derrame contido | Semestral |
| Geração de resíduos orgânicos | Aproveitar os resíduos sólidos gerados na zona rural e pode ser feito em compostagens, na forma de adubação orgânica, em biodigestores para produção e outras técnicas. | Proponente | Locais para a compostagem; áreas com vegetação incorporada no solo; Uso de composto biológico nas culturas | 1 vez por época agrícola |
| Disputa sobre os recursos hídricos | Fornecer formação em gestão da água para os agricultores e fazer o controle do furo de água na fazenda assim como as represas | Proponente e TSP da BRLi-Sirius | Disponibilidade de água na produção das culturas e numero de reclamações | Trimestrale |
| Saúde e segurança Pública | Implementação de um Plano de Higiene, Saúde e Segurança Ocupacional (PHSSO); Garantir o abastecimento de água, alimentação e local de repouso adequado para o bem estar do trabalhador; implementar orientações sobre práticas para a gestão de produtos potencialmente nocivos e seguir as directrizes gerais de SSMA; Não aplicar agroquímicos em mas condições metereológicas para evitar os impactos nas comunidades vizinhas por arrasto. | Proponente | Disponibilidade de Plano de Higiene, Saúde e Segurança Ocupacional aprovado pela Autoridade Publica; Definição de regras de segurança; Existência duma kit de primeiros socorros; Existência de programa de sensibilização. | Semestral |
| Risco de desemprego no seio dos trabalhadores eventuais | Sensibilizar os trabalhadores e as comunidades a melhorar os sistemas de agricultura tradicionais para agricultura melhor adaptada ao clima e solo e obter mais produtividade, salvaguarda e os sistemas de irrigação existentes. | Proponentes com o apoio do TSP BRLi-Sirius | Número de trabalhadores que cultivam campos nas baixas e que adoptam melhoramentos tecnológicos | Anual |
| Riscos de EAS/AS ou outras formas de VBG dentro da fazenda | Construção de pequenos espaços separados (homens e mulheres) com material local e com mínima comodidade, para albergar os trabalhadores durante os períodos de descanso; construção se casas de banho por género; Implementação do Mecanismo de Sugestões e Gestão de Reclamações (MSGR) na fazenda; e medidas disciplinares dentro da fazenda. | Proponente com apoio do TSP | Existência de espaços na fazenda: por género sinalizados; Existência de casas de banho separadas para os sexos | Anual |



MINAGRIF/PDAC



| PLANO DE MONITORAMENTO DO PGAS DA FAZENDA VERDE NATURAL | | | | |
|---|---|--|---|---------------------------|
| IMPACTOS | MITIGAÇÕES | RESPONSÁVEL | INDICADORES | FREQUÊNCIA DE VERIFICAÇÃO |
| Violação dos direitos laborais | Acompanhar o proponente na gestão dos trabalhadores e no cumprimento das suas obrigações que constam na lei geral do trabalho; implementar o salário mínimo nacional; promoção da igualdade de género; Aumentar as competências internas, mediante formações dos trabalhadores; Promover igualdade de oportunidades para ambos sexos. | Proponente com o apoio do TSP BRLI-SIRIUS | Declaração de todos os trabalhadores permanentes- Existência duma pasta para cada trabalhador – pagamento dos custos INSS para todos os trabalhadores - Número de trabalhadores que capacitados e que demonstrem as suas habilidades | Semestral |
| Trabalho infantil | Sensibilização dos trabalhadores da fazenda sobre os direitos da criança utilizando panfletos; Cumprimento da legislação laboral nacional que estabelece uma idade mínima para o trabalho; Cumprir com a convenção da OIT e da sobre os direitos da Criança - Mesmos salários e benefícios para trabalho e posição semelhante | Proponente, Administração Local com o apoio da BRLi-Sírius | Pequenas brochuras e panfletos sobre direitos humanos e direitos da criança; duas sessões de sensibilização por ano | Semestralmente |
| Condições sanitárias das populações | Fornecer informação, educação e comunicação sobre uso seguro de água e comportamentos de higiene. – Implementar medidas de luta contra vectores de transmissão de doenças. | Proponente | Números de pontos de água potável existente; Números de casas de banho existente | Semestralmente |

Com as recomendações e visitas que serão feitas pelos técnicos ambientais a fazenda de forma a ajudar a cumprir com as recomendações sugeridas (de forma a evitar não conformidades), o projecto prevê-se acções de formação e informações relevantes (como desenvolver panfletos, posters ou outros materiais para garantir que os trabalhadores agrícolas não qualificados entendam claramente e possam devem adoptar nas suas actividades diárias) para a melhoria da qualidade de vida e para a preservação do ambiente no local e na envolvente.



10. CONSULTA PÚBLICA

10.1. Resumo dos comentários e preocupações recebidos nas reuniões de consulta pública

Aos 29 de Setembro de 2022, no período das 12h:30min – 14h:00 min, teve lugar na aldeia de Ngulawa, sede da Fazenda Verde Natural uma reunião de Consulta Pública sobre o Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) do Plano de Negócios (PN) da Fazenda, cujo o proponente é o Senhor Carlos Jeremias. Para que isto seja um facto o proponente, contará com a força de trabalho, para além dos trabalhadores efectivos, que são um total de 7 pessoas, dos populares da aldeia de Ngulawa populares das aldeias vizinhas (Eyuvi, Sacatchoko, Tchanengue e Secama).

Tabela 37: Comentários recebidos e respostas.

| Comentários recebidos | Respostas a estes comentários | Âmbito de resolução |
|--|---|--|
| Atrasos nos desembolsos dos valores previstos para os Planos de Negócios | O financiamento de um Plano de Negócio obedece às várias etapas, a primeira das quais é a recolha de informações sobre o local de implementação do subprojecto, seguida da elaboração conjunta de um estudo de viabilidade e do plano de negócio. Depois da aprovação do plano de negócio pelo CTI (Comité Técnico de Implementação) é realizada a consulta pública cujo relatório é anexado ao PGAS (Plano de Gestão Ambiental e Social). É importante referir que muitas das vezes os proponentes levam algum tempo para a entrega dos documentos exigidos como condição para aderir ao projecto. Depois de cumpridas estas etapas, o projecto estará em condições de ser aprovado, ou não, dependendo das decisões das estruturas financiadoras. | A ser resolvida no âmbito do PDAC |
| Preocupações com as queimadas anárquicas que se registam no município, na província e no país em geral e, na área de implementação do subprojecto em particular | As queimadas anárquicas constituem um problema nacional, isto é, não afecta apenas as áreas onde o subprojecto está a ser implementado. A legislação ambiental em vigor proíbe as queimadas, tendo em conta os impactos negativos que estas práticas seculares provocam ao meio ambiente e não só. O problema é o cumprimento da lei. A melhor forma de se combater este mal é moldar a consciência dos cidadãos para não queimar, mediante campanhas de sensibilização junto das comunidades vizinhas, autoridades tradicionais, escolas, sociedade civil e outras partes interessadas. Esta actividade deverá ser permanente. | A ser atendidas pelas entidades governamentais locais Tanto o PDAC como o proponente também irão reforçar palestras de sensibilização para não praticarem queimadas |
| Problemas em relação aos trabalhadores efectivos quando há óbito na aldeia vizinha | Para contornar a problemática dos óbitos, o proponente dispensa o funcionário durante dois dias caso seja um familiar directo e caso contrario a dispensa será de 1 dia | Esta situação deve ser gerida pelo proponente |
| Assaltos constantes, concorrentes com roubos, que se registam nos campos dos produtores agrícolas, por partes de indivíduos desconhecidos, sobretudo para as culturas de grãos | Para contornar a situação dos roubos o Plano de Negócio da fazenda VERDE NATURAL prevê na rubrica Mão-de-obra, 2 seguranças que serão pagos com recursos do projecto. | A ser atendidas pelas entidades governamentais locais |
| Sugerem a necessidade de se encontrar um lugar para a destinação dos resíduos produzidos na fazenda, pelo facto de o local de depósito dos resíduos definidos pela Administração estar distante dos locais da fazenda. | O TSP ficou com incumbência de contactar com o proponente a Administração Municipal para dar seguimento à proposta. | A ser atendidas pelas entidades governamentais locais |



MINAGRIF/PDAC



As consultas públicas serão organizadas uma em cada ano agrícola, ao longo da implementação do projecto.

Serão identificados grupos que requerem uma abordagem específica para serem ouvidos e participarem nas reuniões e no projecto.

Há necessidade de se implementar abordagens inclusivas para facilitar a participação de grupos mais vulneráveis tais como idosos, pessoas com deficiência, mulheres e jovens.

O número de reuniões que serão realizadas em cada fase de auscultação, de acordo com o perfil das partes interessadas que devem participar e realizar contribuições sobre o projecto, dependerá das necessidades do projecto.

Será elaborado um guião orientador para explorar também possíveis impactos sociais e medidas de mitigação que vão sendo identificados ao longo do subprojecto.

11. Outros Aspectos

11.1. Padronização das actividades previstas no processo produtivo

A padronização das actividades do processo produtivo também faz parte do plano de higiene e segurança do trabalho. O fazendeiro deverá criar esquemas que mostrem quem é o responsável por uma determinada tarefa, bem como os passos para que ela seja cumprida de tal forma que, caso algo venha a falhar, será possível fazer a pronta identificação e tomar as medidas necessárias para que isso não volte a acontecer.

11.2. Reporting e Cronograma de Implementação e Elaboração de Relatórios

Tabela 38: Cronograma de Implementação e Elaboração de Relatório

| Calendário de Implementação e Relatórios | | | | | | | | | | | | | |
|---|---------|-----|-----|-----|-----|---------|-----|-----|-----|-----|---------|-----|-----|
| Actividade | ano 1 | | | | | | | | | | | | |
| | época 1 | | | | | época 2 | | | | | cacimbo | | |
| | ago | set | out | nov | dez | jan | fev | mar | abr | mai | jun | jul | ago |
| Medidas de mitigação | | | | | | | | | | | | | |
| Existência dum plano de parcelamento geral da fazenda (parcelas agrícolas, limite das parcelas, superfície de cada parcela, áreas preservadas, área de infraestruturas etc.) com eventuais medidas anti erosivas, medidas de drenagem e outras | | | | | | | | | | | | | |
| Elaboração do plano de parcelamento da fazenda | | | | | | | | | | | | | |
| Decisão sobre as medidas anti erosivas a implementar | | | | | | | | | | | | | |
| realização das medidas e obras de parcelamento e anti erosivas | | | | | | | | | | | | | |
| Viveiro de plantas para cercamento das parcelas | | | | | | | | | | | | | |
| Implementação de Programa de Gestão de uso de agroquímicos (Fertilizantes e agroquímicos) | | | | | | | | | | | | | |
| Planeamento da produção (rotação, semeadora por cultura, agenda de trabalho, dose e tempo de aplicação de fertilizantes, uso de agro químicos com produtos, dosas e datas de aplicação) | | | | | | | | | | | | | |
| compra dos agroquímicos | | | | | | | | | | | | | |
| Preparação dos equipamentos de tratamento (manutenção, ajustamento) | | | | | | | | | | | | | |
| Distribuição dos equipamentos de segurança e formação dos trabalhadores no uso dos pesticidas e medidas de segurança | | | | | | | | | | | | | |
| Elaboração dum manual técnico sobre o uso de agroquímicos, regras de segurança, etc. | | | | | | | | | | | | | |
| Formação treinamento dos trabalhadores da fazenda designados para tomar conta dos tratamentos | | | | | | | | | | | | | |
| Implementação do programa de uso de agroquímicos (fertilizantes e pesticidas) conforme planeado | | | | | | | | | | | | | |
| Preparação e implementação de um programa de HSST | | | | | | | | | | | | | |
| Elaboração do programa HSST | | | | | | | | | | | | | |
| Compra dos produtos e equipamentos incluídas no programa HSST | | | | | | | | | | | | | |
| Realização das obras de infraestruturas incluídas no programa HSST | | | | | | | | | | | | | |
| Elaboração dum regulamento interno sobre normas e procedimentos HSST | | | | | | | | | | | | | |
| Formação e treinamento dos trabalhadores da fazenda sobre regulamento | | | | | | | | | | | | | |



MINAGRIF/PDAC



| | |
|---|-----------------|
| Capacitação do proponente sobre a implementação do PGAS | Início de época |
| Implementação dos planos indicados | Trimestralmente |



MINAGRIF/PDAC



12. ANEXOS

12.1. Anexo I: Relatório da Consulta Pública

RELATÓRIO DA CONSULTA PÚBLICA SOBRE PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL (PGAS) DO PLANO DE NEGÓCIO FORMULADO PARA FAZENDA “VERDE NATURAL”

Aos 29 de Setembro de 2022, no período das 12h:30min – 14h:00 min, teve lugar na aldeia de Ngulawa, sede da Fazenda Verde Natural uma reunião de Consulta Pública sobre o Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) do Plano de Negócios (PN) da Fazenda, cujo o proponente é o Senhor Carlos Jeremias.

A referida reunião teve os seguintes objectivos:

Objectivo Geral:

Consulta Pública sobre o Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) do Plano de Negócios a ser implementado na aldeia de Ngulawa°, comuna da Calima, município do Huambo, província do Huambo, onde o PDAC está a ser implementado.

Objectivos específicos:

- Apresentar publicamente o PGAS tendo como referência o documento da Fazenda Verde Natural e os populares da aldeia de Ngulawa onde a fazenda conta potencialmente com a mão-de-obra.
- Permitir que as partes interessadas (promotores e público em geral) expressem as suas opiniões e preocupações relativamente às questões de salvaguardas ambientais e sociais e que estas sejam tidas em conta nos processos de tomada de decisão;
- Assegurar um tratamento especial aos grupos vulneráveis, como jovens, mulheres deficientes, viúvas e meninas, que são potenciais vítimas de todo o tipo de discriminação e violência baseada no género.

A consulta pública contou com a presença de **17** participantes dos quais 3 mulheres, entre eles o Proponente, trabalhadores da fazenda, seculo e membros das aldeias vizinhas. O encontro foi orientado pelo Engenheiro Daniel Sassupe Especialista das salvaguardas ambientais e sociais da BRLi- SIRIUS, coadjuvado pelos Colegas Evaristo Wenda Simão. e Juliana Wimbo Afonso Tchimumu

Teve como agenda:

- Apresentação do projecto;
- Principais impactos ambientais e sociais;
- Apresentação do MSGR (Mecanismos de sugestões e Gestão de Reclamações);
- Apresentação das preocupações das partes interessadas e devidos esclarecimentos.
- Diversos

No que diz respeito ao primeiro ponto da agenda (Apresentação do projecto), os participantes, foram informados que de o projecto prevê cobrir uma extensão de 40 ha de sequeiro, com as culturas de Milho, Feijão, Soja, batata doce e Batata da rena em regime de regadio. Explicou-se aos participantes que o projecto terá a duração de 5 anos, nos primeiros 2 anos será usada média tecnologia e a partir do 3º ano será usada a alta tecnologia. Para que isto seja um facto o proponente, contará com a força de trabalho, para além dos trabalhadores efectivos, que são um total de 7 pessoas, dos populares da aldeia de Ngulawa populares das aldeias vizinhas (Eyuvi, Sacatchoko, Tchanengue e Secama).



MINAGRIF/PDAC



Sobre os principais impactos ambientais e sociais

Neste capítulo, abordamos os aspectos relativamente a:

- Queimadas
- Gestão dos resíduos sólidos
- Saúde E segurança ocupacional
- Covid 19
- Gestão de pragas e doenças
- Apresentação do MSGR (Mecanismos de sugestões e Gestão de Reclamações)

Quanto a gestão dos resíduos sólidos, a fazenda tem um pequeno aterro sanitário, que deverá ser melhorado nos próximos dias, para que tenhamos um ambiente cada vez mais protegido. Houve ainda uma orientação ao proponente, para a criação de condições de acondicionamento de todo o lixo que a fazenda poderá produzir, dado o aumento da área a ser trabalhada nos próximos anos.

No que diz respeito aos recursos hídricos, não há problema nenhum, porque a fazenda está próxima do **rio Cuando** de caudal permanente durante todo ano, mais dois riachos, nomeadamente o Cocundo e o riacho Moma, que usam para o consumo e para todos os quartos existentes na fazenda. Não existe conflito de terra, a fazenda está devidamente legalizada e os populares e as autoridades tradicionais confirmam este facto.

Saúde e Segurança ocupacional

Sabendo que poderão existir eventualmente acidentes de trabalho, pelo uso regular de máquinas, equipamentos e outros instrumentos de trabalho, a fazenda deverá estar equipada com kit de primeiros socorros, onde terá o mínimo de medicamentos para poder acudir quaisquer situações, caso venha a acontecer durante a realização dos trabalhos no campo. Os trabalhadores efectivos da fazenda devem ter o mínimo de equipamentos para trabalhar a terra, como botas plásticas, luvas etc., ainda neste ponto, aproveitou-se falar sobre a exigência de os trabalhadores terem contrato de trabalho por escrito.

COVID 19

O proponente, tem a obrigação de criar as condições mínimas de protecção para todos os funcionários, isto é a compra de máscaras, álcool em gel, sabão azul para a lavar as mãos sempre que for necessário e outros meios que fazem parte da luta e/ou prevenção contra esta doença.

Gestão de pragas e doenças

Ficou a recomendação expressa de que o proponente deve adquirir o equipamento de protecção para realizar tarefas de luta contra pragas e doenças, nomeadamente, fato, máscaras, luvas impermeáveis, óculos, botas próprias. E deve ter muita atenção no acto da lavagem dos equipamentos que não seja próximo das fontes de água, para evitar possíveis contaminações com os agrotóxicos.

Apresentação do MSGR (Mecanismos De Sugestões E Gestão De Reclamações)

Apresentou-se o MSGR, que o principal propósito deste mecanismo é registar e resolver qualquer reclamação ou queixa que possam surgir durante a implementação do projecto.



MINAGRIF/PDAC



É um mecanismo que deve garantir que reclamações e sugestões que surgem durante as diferentes fases do projecto sejam abordadas de modo transparente sem facilitar nenhum dos intervenientes(actores) e contribuir para o melhoramento da qualidade do projecto.

Todas as queixas e reclamações apresentadas quer pelos trabalhadores da fazenda contra os proprietários ou eventuais problemas do projecto, devem ser apresentadas ao TSP, que utilizando canais próprios definidos pelo MSGR encaminhará à UIP central ou à sua representação provincial. A ficha de reclamação deve conter informações necessárias, descrevendo de forma concisa a situação e informar que o autor da queixa pode ser anónimo caso queira.

Durante a consulta pública, surgiram várias perguntas, por parte dos populares, e do proponente tais como:

- Qual será o incentivo que o proponente pode ter, já que investe muito no capital humano e na componente ambiental?
- Falta de contrato por escrito dos funcionários fixos?

Portanto estas questões colocadas, algum serão da inteira responsabilidade do proponente em poder resolver junto dos trabalhadores permanentes, segundo a lei geral do trabalho.

Observações




Com relação ao pagamento de trabalhadores eventuais / dia, a comunidade diz que o preço praticado pelo proponente, que é de 1000 kz/ empreitada.



MINAGRIF/PDAC



12.1.1. Anexos da consulta pública: Lista de Presença e Fotografias

REUNIÃO DE CONSULTA PÚBLICA

Subprojecto: Localidade: Aldeia _____, Comuna Calina, Município Huambo Província Huambo
 Data 29 / 09 / 2022
 Hora 12:30 / 14:00

Lista de Presença

| Nº | Nome | Instituição | Contacto / e-mail | Observações |
|----|-------------------------|-------------|-------------------------------|-------------|
| 1 | Jaime Soares Kolumbata | Trabalhador | | |
| 2 | Francisco Augusto Sousa | Trabalhador | | |
| 3 | Francisco Augusto Sousa | Trabalhador | | |
| 4 | Francisco Augusto Sousa | Trabalhador | | |
| 5 | Francisco Augusto Sousa | Trabalhador | | |
| 6 | Francisco Augusto Sousa | Trabalhador | | |
| 7 | Francisco Augusto Sousa | Trabalhador | | |
| 8 | Francisco Augusto Sousa | Trabalhador | | |
| 9 | Francisco Augusto Sousa | Trabalhador | | |
| 10 | Francisco Augusto Sousa | Trabalhador | | |
| 11 | Francisco Augusto Sousa | Trabalhador | | |
| 12 | Freda de Almeida | Jose Ningo | | |
| 13 | Raul de Almeida | Jaime Simão | | |
| 14 | Marta de Almeida | Jose Ningo | | |
| 15 | Raul de Almeida | Jose Ningo | | |
| 16 | Jaime de Almeida | Domingos | 927 086892, cafeje2@gmail.com | |
| 17 | Jaime de Almeida | | | |
| 18 | | | | |
| 19 | | | | |
| 20 | | | | |
| 21 | | | | |
| 22 | | | | |
| 23 | | | | |
| 24 | | | | |
| 25 | | | | |
| 26 | | | | |
| 27 | | | | |
| 28 | | | | |
| 29 | | | | |
| 30 | | | | |
| 31 | | | | |
| 32 | | | | |
| 33 | | | | |
| 34 | | | | |
| 35 | | | | |
| 36 | | | | |
| 37 | | | | |
| 38 | | | | |
| 39 | | | | |
| 40 | | | | |
| 41 | | | | |
| 42 | | | | |
| 43 | | | | |

Figura 14: Lista de presenças da Consulta Pública



MINAGRIF/PDAC



Fotografias:



Figura 15: Especialista Ambiental e Social com o proponente e participantes



Figura 16: participantes da consulta pública



MINAGRIF/PDAC



Figura 17: Proponente, trabalhadores e a equipa de especialistas



MINAGRIF/PDAC



12.2. Anexo II: Croquis de Localização do Subprojecto

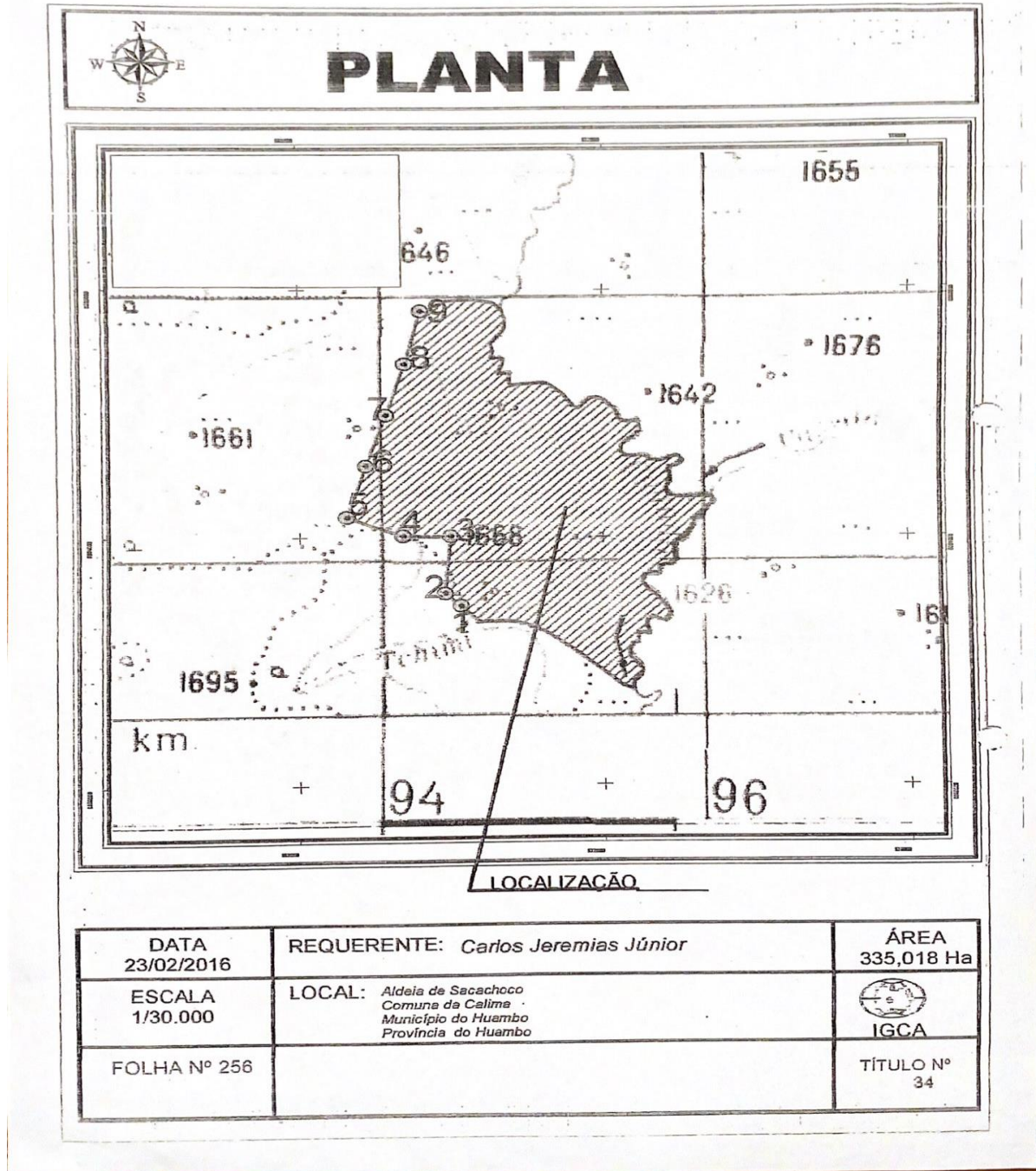


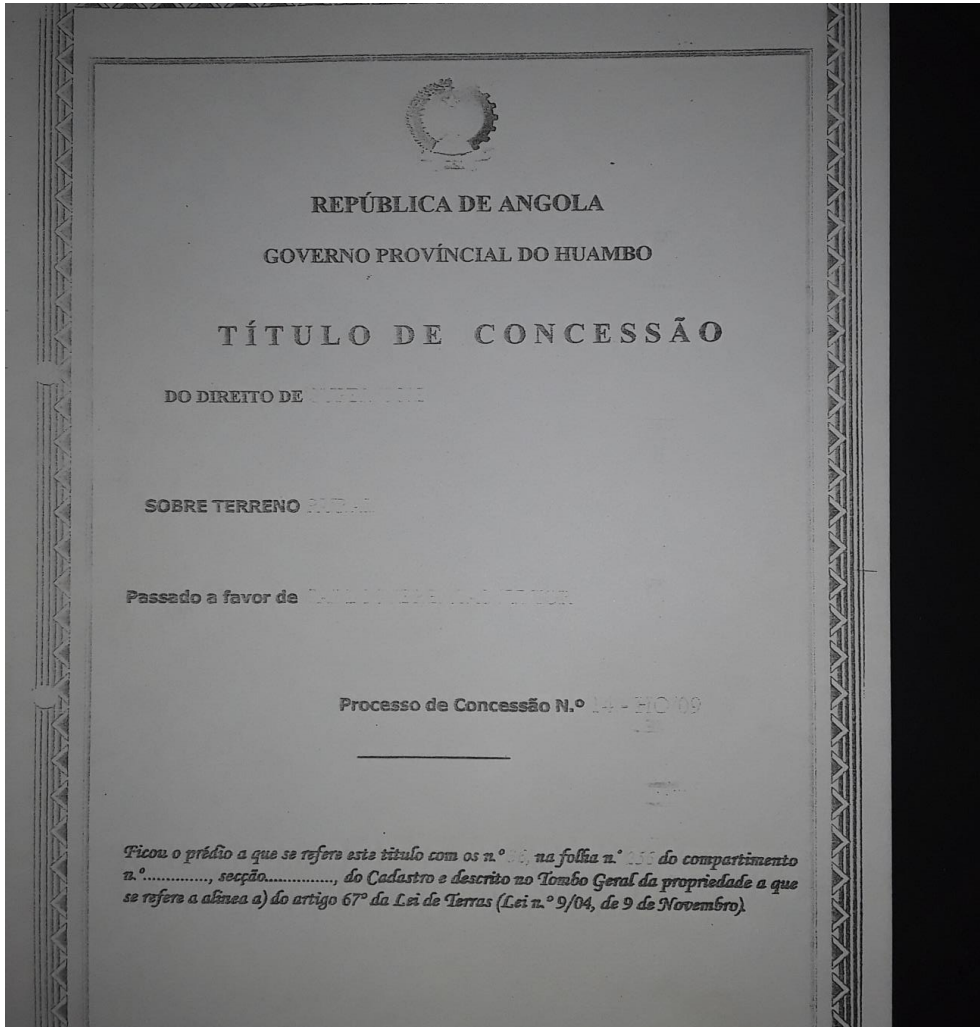
Figura 18: Croqui de Localização



MINAGRIF/PDAC



12.3. Anexo III. Título de Concessão de Terra da Fazenda VERDE NATURAL





MINAGRIF/PDAC

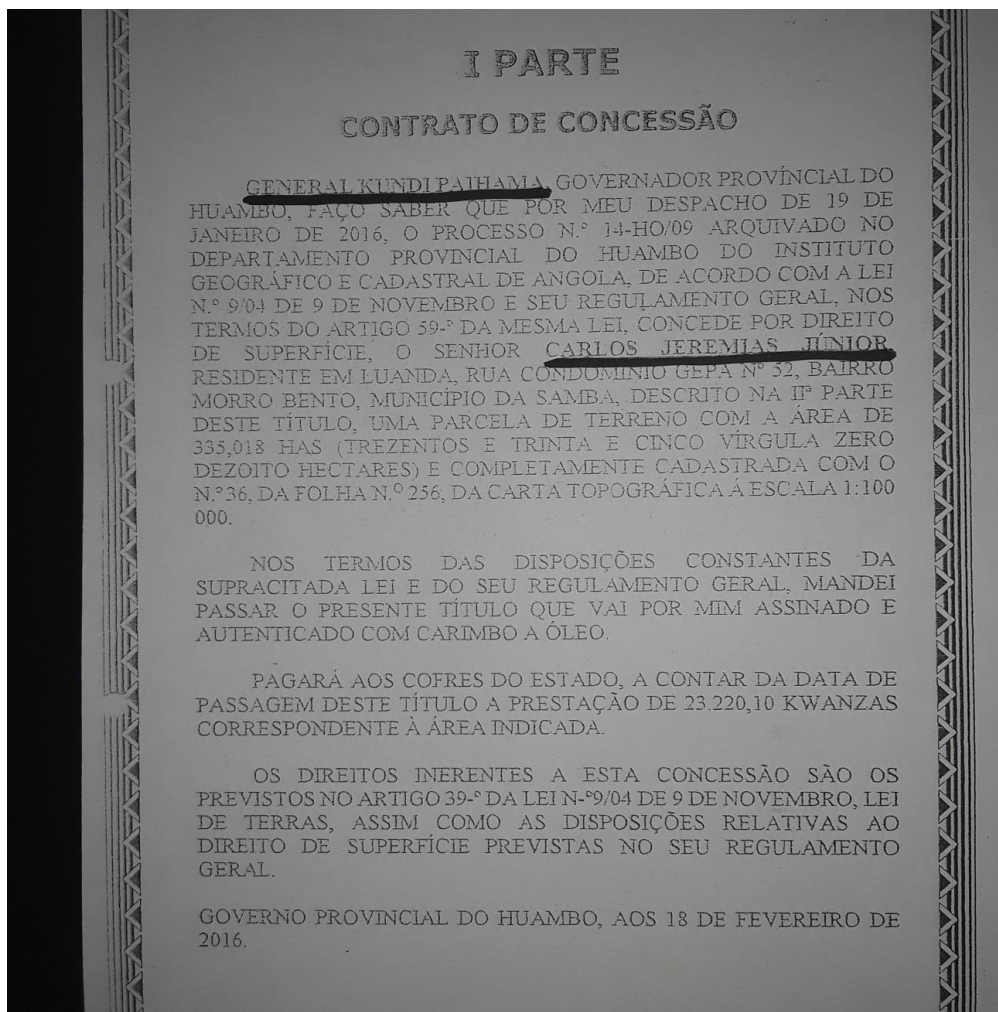


Figura 19: Título de Concessão de Terra da Administração Municipal



MINAGRIF/PDAC



12.4. Anexo IV: Registo fotográfico da Fazenda antes do financiamento



Figura 20: Pormenor de um campo da fazenda Verde Natural



MINAGRIF/PDAC



12.5. Anexo V: Formulário de Mecanismo de Gestão de Sugestões e Gestão de Reclamações - PDAC

Tabela 41: Formulário de Mecanismo de Gestão de Sugestões e Reclamações do PDAC

| Formulário de Mecanismo de Gestão de Sugestões e Reclamações – PDAC | | |
|---|--|--|
| 1 | Identificação (a pessoa pode optar por manter-se no anonimato) | <p>Nome:</p> <p>Idade:</p> <p>Desejo manter-me anónimo: SimNão:.....</p> <p>A minha identidade não poderá ser divulgada sem o meu consentimento: sim..... Não.....</p> |
| 2 | Contactos | <p>Contacte-me por:</p> <p>Telefone.....email.....</p> |
| 3 | Descrição da reclamação | <p>O que aconteceu.....</p> <p>Aonde aconteceu.....</p> <p>Quando aconteceu.....</p> |
| <p>Assinatura:..... Enviado</p> <p>por:..... Data:</p> | | |



MINAGRIF/PDAC



12.6. Anexo VI: Ficha de Registo de Não Conformidades da fazenda Verde Natural

Tabela 42: Relatório De Não Conformidades (RNC)

| | | | |
|---|--|---|-------------|
| Nome do subprojecto: | | RELATÓRIO DE NÃO CONFORMIDADES (RNC) | |
| Fazenda Verde Natural | | | |
| Nome do Colaborador: | | RNC nº: | Data: |
| Origem da Não Conformidade | | | |
| | | | |
| Detalhes da Não Conformidade | | | |
| Descrição | | Abrangência | |
| | | | |
| Acção de Correção (Acção Imediata) | | Data Impl. | Responsável |
| | | | |
| Análise das Causa (Por que ocorreu a não conformidade?) | | | |
| 1 | | Observação: | |
| 2 | | Observação: | |
| 3 | | Observação: | |
| 4 | | Observação: | |



MINAGRIF/PDAC



| | | | | |
|--|--|------------------------------|--------------------|--------------------|
| 5 | | | Observação: | |
| 6 | | | Observação: | |
| Medidas Preventivas | | Riscos/ Oportunidades | Data Limite | Responsável |
| 1 | | | | |
| 2 | | | | |
| 3 | | | | |
| 4 | | | | |
| 5 | | | | |
| 6 | | | | |
| Medidas Correctivas | | Riscos/ Oportunidades | Data Limite | Responsável |
| 1 | | | | |
| 2 | | | | |
| 3 | | | | |
| 4 | | | | |
| 5 | | | | |
| 6 | | | | |
| Acompanhamento da Implementação | | | Responsável | Estado |
| 1 | | | | |
| 2 | | | | |
| 3 | | | | |
| 4 | | | | |



MINAGRIF/PDAC



| | | | |
|-------------------------------|--|-------|---|
| 5 | | | |
| 6 | | | |
| Verificação da Eficácia | | | |
| Responsável pela Verificação: | | Data: | Eficaz |
| | | | Não Eficaz <input type="checkbox"/> Nova RNC: |
| | | | Revisão: |
| | | | Data: |



MINAGRIF/PDAC



12.7. Anexo VII: Código De Conduta



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E FLORESTA
GABINETE DE ESTUDOS, PLANEAMENTO E ESTATÍSTICA
PROJECTO DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA COMERCIAL

CÓDIGO DE CONDUTA INDIVIDUAL

1. OBJETIVOS

O PDAC – Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial, é uma pessoa colectiva de direito público, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial, criada para auxiliar, proteger e contribuir na promoção de condições de Desenvolvimento sustentável participativo das populações mais pobres e/ou em situação de vulnerabilidade, através de Programas de combate à pobreza e estabilização económica.

O PDAC – Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial intervém em zonas críticas que clamam por investimentos públicos, de modo a aumentar a oferta dos serviços sociais básicos e aliviar as carências a nível das comunidades.

O presente código de conduta tem como objectivo assegurar que todos os colaboradores envolvidos em Programas/Projectos implementados pelo PDAC assumam o compromisso de salvaguardar os valores, princípios éticos e normas de conduta adoptadas pela instituição, a serem preservados no seu relacionamento com as Administrações Municipais, empresas, prestadores de serviços, parceiros e a comunidade em geral, por via da observância de valores, princípios e práticas institucionais alicerçadas na: (i) aplicação das normas ambientais, sociais, de saúde e de segurança no trabalho (NASSS) do projecto e de saúde e segurança ocupacional (SSO); (ii) prevenção, reportagem e resposta a Violência Baseada no Género (VBG) e a Violência Contra Crianças (VCC) no local de trabalho, nas comunidades circundantes imediatas e nos municípios, bairros/aldeias alvo da intervenção do PDAC.

As diretrizes deste Código permitem avaliar e minimizar a subjetividade das interpretações pessoais sobre valores e princípios éticos, mas não detalham, necessariamente, todas as situações que possam surgir no dia-a-dia.

O PDAC – Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial considera que o seu incumprimento do código de conduta na sua generalidade e, em particular a participação em actos de Violência Baseada no Género (VBG) ou Violência Contra Crianças, seja no local de trabalho, na sua envolvente ou nas comunidades circundantes, constitui um acto de conduta imprópria sujeito à aplicação de sanções que podem culminar na cessação do termo de compromisso/contrato. A denúncia à Polícia daquele(a)s que cometam actos de VBG ou VCC será realizada caso se justifique.

DEFINIÇÕES

No âmbito da aplicação do presente código de conduta tem-se em consideração as seguintes definições:

PDAC – Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial: É uma pessoa colectiva de direito público, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial criada para auxiliar proteger e contribuir na promoção de condições de



MINAGRIF/PDAC



desenvolvimento sustentável participativo das populações mais pobres ou em condições de vulnerabilidade, através Programas de combate à pobreza e estabilização económica.

Normas de Ambientais, Sociais, Saúde e Segurança (NASSS): É um termo que abrange questões relacionadas com o impacto do projecto no ambiente, nas comunidades e nos trabalhadores.

Saúde e Segurança Ocupacional (SSO): A saúde e a segurança ocupacional foca-se na protecção da segurança, da saúde e do bem-estar dos trabalhadores. A fruição destes padrões ao mais alto nível é um direito humano básico que deve ser acessível a todos os trabalhadores.

Violência Baseada no Género (VBG): É um termo que engloba qualquer acto prejudicial que seja perpetrado contra a vontade de uma pessoa e que se **baseie em diferenças socialmente atribuídas (ou seja, género) entre homens e mulheres**. Inclui ameaças ou actos que inflijam danos físicos, sexuais ou mentais ou sofrimento, coacção e outras privações de liberdade. Estes actos podem ocorrer em público ou em privado. O termo VBG é usado para sublinhar a desigualdade sistémica entre homens e mulheres (que existe em todas as sociedades do mundo) e actua como uma característica unificadora e fundamental da maioria das formas de violência perpetradas contra mulheres e raparigas. A Declaração das Nações Unidas de 1993 sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres define a violência contra as mulheres como "qualquer acto de violência baseada no género que resulte ou seja susceptível de resultar em danos físicos, sexuais ou psicológicos ou sofrimento às mulheres".

Os seis tipos principais de VBG são:

- **Violação:** Penetração não consensual (ainda que ligeira) da vagina, ânus ou boca com o órgão sexual masculino, com outra parte do corpo ou um objecto.
- **Agressão Sexual:** Qualquer forma de contacto sexual não consensual que não resulte ou inclua penetração. Exemplos incluem: tentativa de violação, bem como beijos indesejados, acariciamentos ou toques de genitais e nádegas.

Assédio Sexual: São avanços sexuais indesejáveis, pedidos de favores sexuais e outras condutas verbais ou físicas de natureza sexual. O assédio sexual nem sempre é explícito ou óbvio, pode incluir actos implícitos e subtis, mas envolve sempre uma dinâmica de poder e género em que uma pessoa no poder usa a sua posição para assediar outra com base no seu género. A conduta sexual não é bem-vinda sempre que a pessoa sujeita a ela considera indesejável (por exemplo, olhar alguém de cima a baixo; beijar; uivar ou fazer sons inapropriados; andar à volta de alguém; assobiar; em alguns casos, dar presentes pessoais).

Favores Sexuais: É uma forma de assédio sexual e inclui fazer promessas de tratamento favorável (por exemplo, promoção) ou ameaças de tratamento desfavorável (por exemplo, perda de emprego) dependentes de actos sexuais — ou outras formas de comportamento humilhante, degradante ou explorador.

- **Agressão Física:** Um acto de violência física que não é de natureza sexual. Exemplos incluem: bater, dar estalos, sufocar, cortar, empurrar, queimar, disparar ou usar qualquer arma, ataques com ácidos ou actos que resultem em dor, desconforto, ferimentos ou morte.
- **Casamento Forçado:** O casamento de uma pessoa contra a sua vontade.
- **Negação de Recursos, Oportunidades ou Serviços:** Negação do legítimo acesso a recursos económicos/activos ou oportunidades de subsistência, educação, saúde ou



MINAGRIF/PDAC



podem culminar na cessação do termo de compromisso/contrato. A denúncia à Polícia daquele(a)s que cometam actos de VBG ou VCC será realizada caso se justifique.

Concordo que enquanto estiver a trabalhar em projectos implementados pelo FAS:

1. Participarei nos cursos de formação relacionados com NASSS, SSO, VIH/SIDA, VBG e VCC, proporcionados pela instituição;
2. Usarei o meu equipamento de protecção individual (EPI) e de identificação sempre que estiver a trabalhar ou estiver envolvido em actividades relacionadas com Projectos e Programas do PDAC;
3. Não usarei trajes inadequados para o ambiente de trabalho;
4. Não farei uso de álcool durante o período de trabalho, nem de estupefacientes ou outras substâncias que possam prejudicar as minhas faculdades;
5. Autorizarei a verificação dos meus antecedentes criminais;
6. Tratarei as mulheres, crianças (pessoas com menos de 18 anos) e homens com respeito, independentemente da raça, cor, língua, religião, opinião política ou outra, origem nacional, étnica ou social, deficiência, nascimento ou outro estatuto;
7. Não usarei linguagem inapropriada ou terei comportamentos inapropriados, (assédio, abuso sexual) que sejam humilhantes ou culturalmente inapropriados com mulheres, crianças ou homens;
8. Não praticarei actos de assédio sexual, como sejam avanços sexuais indesejáveis, pedidos de favores sexuais e outras condutas verbais ou físicas de natureza sexual, incluindo actos subtis de tal comportamento (por exemplo, olhar alguém de cima abaixo; beijar, uivar ou emitir sons desapropriado; andar à volta de alguém; assobiar; dar presentes pessoais; fazer comentários sobre a vida sexual de alguém; etc.);
9. Não me envolverei em favores sexuais, por exemplo, fazer promessas ou tratamento favorável dependente de actos sexuais ou outras formas de comportamento humilhante, degradante ou explorador;
10. Não encetarei contactos sexuais ou actividade com beneficiário(a)s do Projecto, seus dependentes, incluindo o aliciamento, ou contacto através de meios digitais. A crença errada sobre a idade de uma criança não será considerada como defesa. O consentimento da criança também não poderá ser usado como defesa ou desculpa.
11. A menos que haja o consentimento total de todas as partes envolvidas, não terei interacções sexuais com membros das comunidades em que trabalho ou nas comunidades circundantes. Isto inclui relações que envolvam a retenção ou a promessa de prestação efectiva de benefícios (monetários ou não monetários) aos membros da comunidade em troca de sexo. Tal actividade sexual é considerada "não consensual" no âmbito do presente Código;
12. Denunciarei às instâncias superiores do PDAC quaisquer actos de VBG ou VCC suspeitos ou reais cometidos por um colega de trabalho, seja ele funcionário de base, com cargos de chefia, quer seja ou não do PDAC, ou quaisquer violações deste Código de Conduta;
13. Manterei informado o PDAC – Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial sobre as questões que afectam as comunidades.

Sempre que realizar visitas domiciliare e tiver necessidade de me dirigir ou dialogar com crianças menores de 18 anos:

14. Certificar-me-ei que outro adulto está presente, enquanto estiver a trabalhar na proximidade das crianças;



MINAGRIF/PDAC



15. Não convidarei crianças desacompanhadas não relacionadas com a minha família para a minha casa, a não ser que estejam em risco imediato de ferimentos ou em perigo físico;
16. Não utilizarei computadores, telemóveis, câmaras de vídeo e digitais ou qualquer outro meio para explorar ou assediar crianças ou aceder a pornografia infantil (ver também "Uso de imagens infantis para fins de trabalho" abaixo);
17. Não aplicarei punição física ou disciplinar a crianças;
18. Abster-me-ei de contratar crianças com idade inferior a 14 anos ¹ (ou outra idade mais elevada que seja referida na legislação nacional) para realizar trabalho doméstico ou outro, ou qualquer trabalho que as coloque em risco significativo de lesão;
19. Cumprirei todas as disposições legais relevantes, incluindo as leis laborais em relação ao trabalho infantil, e as políticas de salvaguarda do Banco Mundial sobre o trabalho infantil e a idade mínima.
20. Terei os devidos cuidados ao fotografar ou filmar crianças para fins profissionais.

Utilização de Imagens Infantis para Fins Relacionados com o Trabalho

Ao fotografar ou filmar uma criança para fins relacionados com o trabalho, devo:

21. Antes de fotografar ou filmar uma criança, avaliar e esforçar-me por cumprir as tradições locais ou as restrições de reprodução de imagens pessoais;
22. Antes de fotografar ou filmar uma criança, obter o consentimento informado da criança e do seu progenitor ou tutor. Como parte disto, devo explicar como a fotografia ou filme será usado;
23. Garantir que fotografias, filmes, vídeos e DVDs apresentam as crianças de forma digna e respeitosa e não de forma vulnerável ou submissa. As crianças devem estar adequadamente vestidas e não estar em poses que possam ser consideradas como sexualmente sugestivas;
24. Certificar-me-ei que as imagens são representações honestas do contexto e dos factos;
25. Certificar-me-ei que as etiquetas de ficheiros digitais para envio por via electrónica não revelam informações sobre a identidade da criança.

Sanções

Entendo que se eu violar este Código de Conduta Individual, o meu empregador tomará medidas disciplinares que podem incluir:

1. Aviso informal.
2. Aviso formal.
3. Treino adicional.
4. Perda de até uma semana de subsídio.
5. Suspensão do emprego (sem pagamento de salário), por um período mínimo de 1 mês até um máximo de 6 meses.
6. Cessação do vínculo laboral/contratual.
7. Denúncia à polícia, se necessário. Abertura de processo-crime junto das entidades judiciais.

¹ Lei sobre a protecção e desenvolvimento integral da Criança (Lei nº 25/12)



MINAGRIF/PDAC



Compreendo que é minha responsabilidade assegurar que as normas ambientais, sociais, e de saúde e segurança sejam cumpridas. Que vou aderir ao plano de gestão da saúde e ocupacional. Que evitarei acções ou comportamentos que possam ser interpretados como VBG ou VCC. Tais acções serão uma violação deste Código de Conduta Individual. Reconheço, por este meio, que li o código de conduta individual acima, aceito cumprir as disposições nele contidas e compreendo as minhas funções e responsabilidades para prevenir e responder às questões ASSS, SSO, VBG e VCC. Compreendo que qualquer acção incompatível com este Código de Conduta Individual ou a ausência de acção mandatada por este Código de Conduta Individual pode resultar em acções disciplinares e podem afectar o meu actual e futuros empregos.

Assinatura: _____

Nome (letra de imprensa): _____

Função: _____

Data: _____



MINAGRIF/PDAC



Compreendo que é minha responsabilidade assegurar que as normas ambientais, sociais, e de saúde e segurança sejam cumpridas. Que vou aderir ao plano de gestão da saúde e ocupacional. Que evitarei acções ou comportamentos que possam ser interpretados como VBG ou VCC. Tais acções serão uma violação deste Código de Conduta Individual. Reconheço, por este meio, que li o código de conduta individual acima, aceito cumprir as disposições nele contidas e compreendo as minhas funções e responsabilidades para prevenir e responder às questões ASSS, SSO, VBG e VCC. Compreendo que qualquer acção incompatível com este Código de Conduta Individual ou a ausência de acção mandatada por este Código de Conduta Individual pode resultar em acções disciplinares e podem afectar o meu actual e futuros empregos.

Assinatura: _____

Nome (letra de imprensa):

Função:

Data:
